



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Ano CIV – Nº 831 – 3º quadrimestre de 2016

ISSN 0011-7641



Armas-Sujas p.33
Reinaldo Nonato de Oliveira Lima

A pistola Parabellum do contrato brasileiro p.47
Douglas de Souza Aguiar Jr.

SISFRON: vetor da Guerra de Informação na fronteira terrestre brasileira p.76
Dardano do Nascimento Mota



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

A DEFESA NACIONAL

Editor

Alexandre Moreno dos Santos

Corpo Redatorial

Richard Fernandez Nunes (presidente)
 Valtir de Sousa
 José Maria da Mota Ferreira
 Reinaldo Nonato de Oliveira Lima
 Ricardo Ribeiro Cavalcanti Baptista
 Fernando Velóz Gomes Perosa (relator)
 Carlos Eduardo de Moura Neves
 Túlio Endres da Silva Gomes

Composição

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
 Praça Gen. Tibúrcio, 125
 Praia Vermelha – Rio de Janeiro-RJ – Brasil
 CEP 22290-270
 Tel.: (21) 3873-3868

Revisão

Jorge Rodrigues Lobato

Diagramação

Julia Duarte
 julia.duarte@gmail.com

Impressão

Edigráfica

Direção, edição e distribuição

BIBLIX

Palácio Duque de Caxias
 Praça D. de Caxias, 25 – 3º andar – Ala Marcílio Dias
 Rio de Janeiro-RJ – Brasil – CEP 20221-260
 Tel.: (21) 2519-5711 – Fax: (21) 2519-5569
 www.bibllex.ensino.eb.br

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas. Salvo expressa disposição em contrário,

é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte

ACEITA-SE INTERCÂMBIO

com publicações nacionais ou estrangeiras. Os originais deverão ser **enviados para a ECEME**

adefesanacional@gmail.com

e serão apreciados para publicação, sempre

que atenderem os seguintes requisitos: documento digital compatível com o programa Microsoft Word®, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (E) e 2.5cm (D), entrelinhamento 1.5.

As figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 300dpi.

O artigo, sendo científico, deverá conter os elementos pré-textuais que o caracterizam

As referências, sob exclusiva responsabilidade dos autores, devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

A venda de números avulsos
 será feita na Administração
 Tel.: (21) 2519-5715



Fac-Símile da portada do N° 1, Ano I – 10/10/1913 de A DEFESA NACIONAL



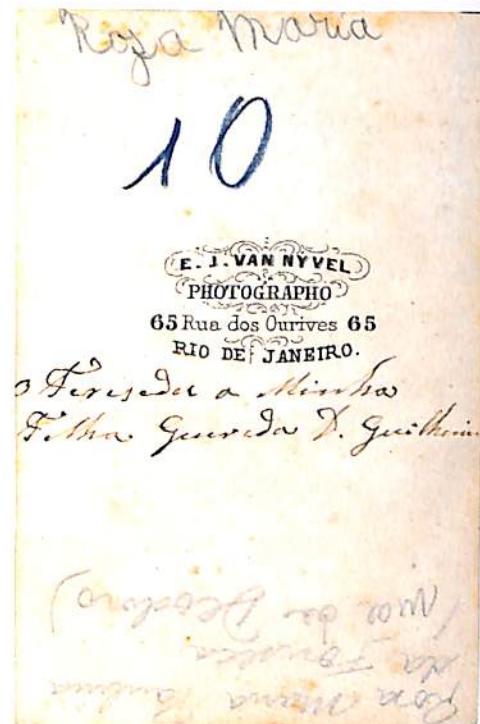
NOSSA CAPA

Homenagem à entronização de D. Rosa Maria Paulina da Fonseca como Patrona da Família Militar e à instituição do dia 18 de setembro como o Dia da Família Militar.

Fotografia de E. J. Van Nyvel

O original, em papel fotográfico (5,5x9cm), faz parte do acervo do Arquivo Histórico do Exército (AHEX). Doação do historiador Carlos Alexandre do Almeida Costa.

Tratamento de imagem e diagramação: Julia Duarte



Verso da fotografia

EDITORIAL

Prezados Leitores,

O emprego das Forças Armadas — e particularmente do Exército — na manutenção ou restauração da ordem pública tem sido uma realidade permanente ao longo da história do Brasil. Esse emprego tem tomado as formas mais variadas, desde a pacificação de áreas conflagradas por movimentos armados rebeldes, até a segurança de grandes eventos esportivos, como se acaba de verificar na Rio 2016. O respaldo constitucional a essa forma de emprego das instituições militares é o tema do artigo *Do emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem*, de autoria do desembargador federal Dr. Reis Friede, cujas colaborações regulares enriquecem este periódico. O autor conclui que, examinando os diversos textos constitucionais adotados pelo Brasil desde a Independência, é possível afirmar que o emprego das Forças Armadas como instrumento de estabilização política sempre esteve respaldado pelas Constituições vigentes.

O segundo artigo desta edição, *O desempenho linguístico de oficiais brasileiros em missões de paz da ONU*, aborda a questão da preparação linguística dos oficiais brasileiros para atuar em operações de paz multinacionais. Seus autores — tenente-coronel R/1 Maristela da Silva Ferreira e capitão Vinícius Melquíades Cunha — constatam as dificuldades enfrentadas por muitos oficiais brasileiros para atuar em estados-maiores combinados ou em funções de observadores militares da ONU, devido à dificuldade de comunicação em outros idiomas, e concluem sugerindo estudos futuros para o encaminhamento de ações de melhoria no ensino e aprendizagem de idiomas estrangeiros.

O artigo *Armas-Sujas*, do coronel R/1 Reinaldo Nonato de Oliveira Lima, discute a questão do que tem

sido chamado de “armas sujas”, embora dê ao termo uma acepção bastante mais abrangente. Segundo o uso corrente, as “armas sujas” são definidas por sua estrutura física, que combina explosivos convencionais com material radioativo. Para o coronel Nonato, a concepção de arma suja vai muito além de sua simples configuração física, e se define mais pelos efeitos desejados com seu emprego bem como pela forma moralmente condenável de sua utilização.

Nesta edição, *A Defesa Nacional* abre espaço para o profundo conhecimento técnico de um aficionado pelas armas de fogo. Com o artigo *A pistola Parabellum do contrato brasileiro*, o colecionador e pesquisador Douglas de Souza Aguiar Jr. nos brinda com a história da adoção da lendária pistola alemã pelo Exército Brasileiro na primeira década do século XX. O artigo discorre sobre o processo de seleção e aquisição da nova arma de porte que substituiria os velhos revólveres de pólvora negra, em uso desde as últimas décadas da Monarquia.

O coronel R/1 Carlos Roberto Carvalho Daróz nos traz nesta edição o artigo *A Companhia de Carros de Assalto: uma oportunidade (quase) perdida*, por meio do qual conta a história da introdução dos veículos blindados no Exército Brasileiro e da criação da Companhia de Carros de Assalto, em 1921, sob o comando do capitão José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. A Companhia teve a breve existência de pouco mais de uma década, mas deixou raízes que renasceriam e frutificariam no futuro das forças blindadas brasileiras a partir da Segunda Guerra Mundial.

O último artigo desta edição, de autoria do major Dardano do Nascimento Mota, trata da vigilância de nossas fronteiras, sob o título *SISFRON: vetor da Guerra de Informação na fronteira terrestre brasileira*. Nele, o autor apresenta as linhas gerais da concepção do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Por meio desse sistema, o governo brasileiro busca garantir superioridade de informações nas regiões lindéiras, a fim

de evitar a porosidade das fronteiras e prevenir a ação do crime transnacional.

Com mais esta edição de *A Defesa Nacional*, esperamos que nossos leitores encontrem objetos para a reflexão produtiva a respeito da atividade militar, sempre com miras naquilo que os fundadores desta revista propuseram para nosso Exército: excelência e profissionalismo.

Ao encerrar-se mais um ano de atividades, desejamos a todos Boas Festas e um feliz ano de 2017.

SUMÁRIO

Do emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem.....	5
<i>Reis Friede</i>	
O desempenho linguístico de oficiais brasileiros em missões de paz da ONU: uma análise comparativa sob a perspectiva da Linguística de <i>Corpus</i>	20
<i>Maristela da Silva Ferreira</i>	
<i>Vinícius Melquíades Cunha</i>	
Armas-Sujas	33
<i>Reinaldo Nonato de Oliveira Lima</i>	
A pistola <i>Parabellum</i> do contrato brasileiro	47
<i>Douglas de Souza Aguiar Jr.</i>	
A Companhia de Carros de Assalto: uma oportunidade (quase) perdida	62
<i>Carlos Roberto Carvalho Daróz</i>	
SISFRON: vetor da Guerra de Informação na fronteira terrestre brasileira	76
<i>Dardano do Nascimento Mota</i>	

Do emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem

Reis Friede¹

Introdução

O presente artigo objetiva analisar como se realiza, à luz do Texto Constitucional e da legislação infra-constitucional aplicável, o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem.

Dentro de um contexto constitucional, analisaremos os debates travados na Assembleia Nacional Constituinte sobre a missão constitucional (em sentido amplo) das Forças Armadas na Constituição de 1988 bem como a razão que motivou a construção dada ao texto atual (art. 142, *caput*, da CF de 1988), notadamente no que se refere ao emprego das Instituições Militares na garantia da lei e da ordem.

Das missões constitucionais das Forças Armadas nas Constituições Brasileiras

Refletindo a respeito das diversas intervenções militares experimentadas ao longo da história brasileira, ocasiões em que as Forças Armadas atuavam como verdadeiro instrumento de *estabilização política*, é possível afirmar que tal emprego, entre outros fatores, possuía alguma relação com o que os dispositivos constitucionais pertinentes

preceituavam acerca das missões conferidas às Instituições Castrenses, o que demanda, *a priori*, uma detalhada análise de tais previsões normativas, como, a seguir, apresentaremos, através das transcrições dos dispositivos concernentes ao tema, abaixo, de acordo com a grafia da época:

I. Na Fase Imperial:

a) Na Constituição de 1824:

Art. 147. A Força Militar é essencialmente obediente; jamais se poderá reunir, sem que lhe seja ordenado pela Autoridade legítima. Art. 148. Ao Poder Executivo compete privativamente empregar a Força Armada de Mar, e Terra, como bem lhe parecer conveniente à Segurança, e defesa do Império. (BRASIL, 1824)

II. Na Fase Republicana:

b) Na Constituição de 1891:

Art. 14. As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior.

A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais. (BRASIL, 1891)

¹ Desembargador federal vice-presidente do TRF/2^a Região e professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

c) *Na Constituição de 1934:*

Art. 162. As forças armadas são instituições nacionais permanentes, e, dentro da lei, essencialmente obedientes aos seus superiores hierárquicos. Destinam-se a defender a Pátria e garantir os Poderes constitucionais, e, ordem e a lei. (BRASIL, 1934)

d) *Na Constituição de 1937:*

Art. 166. Em caso de ameaça externa ou iminência de perturbações internas ou existências de concerto, plano ou conspiração, tendente a perturbar a paz pública ou pôr em perigo a estrutura das instituições, a segurança do Estado ou dos cidadãos, poderá o Presidente da República declarar em todo o território do País, ou na porção do território particularmente ameaçado, o estado de emergência. Desde que se torne necessário o emprego das forças armadas para a defesa do Estado, o Presidente da República declarará em todo o território nacional ou em parte dele, o estado de guerra.

Parágrafo único. Para nenhum desses atos será necessária a autorização do Parlamento nacional, nem este poderá suspender o estado de emergência ou o estado de guerra declarado pelo Presidente da República. (BRASIL, 1937)

e) *Na Constituição de 1946:*

Art. 177. Destinam-se as forças armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. (BRASIL, 1946)

f) *Na Constituição de 1967:*

Art. 92. As forças armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.

§ 1º. Destinam-se as forças armadas a de-

fender a Pátria e a garantir os Poderes constitucionais, a lei e a ordem. (BRASIL, 1967)

g) *Na Emenda Constitucional nº 1, de 1969:*

Art. 90. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.

Art. 91. As Forças Armadas, essenciais à execução da política de segurança nacional, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem. (BRASIL, 1969)

h) *Na Carta de 1988:*

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, *por iniciativa de qualquer destes*, da lei e da ordem.

§ 1º. Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas. (BRASIL, 1988, grifo nosso)

Sintetizando, a Constituição de 1824 consignava expressamente que a Força Militar era essencialmente obediente. A Carta de 1891, por sua vez, previa que as Forças de Terra e Mar eram incumbidas da defesa da Pátria no exterior e da manutenção das leis no interior, sendo obrigadas a *sustentar* as instituições constitucionais. Nos termos da Constituição de 1934, eram destinadas a *defender* a Pátria e a *garantir* os poderes constitucionais, a ordem e a lei. A Carta Varguista,

de 1937, nitidamente relaciona o emprego das *forças armadas* à defesa do Estado. Segundo a Lei Magna de 1946, eram dedicadas a *defender* a Pátria e a *garantir* os poderes constitucionais, a lei e a ordem. A Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional (EC) nº 1, de 1969, estabeleciam que as Forças Armadas eram destinadas a *defender* a Pátria e a *garantir* os poderes constituídos, a lei e a ordem. Por fim, na Carta de 1988, as Instituições Militares passam a ser responsáveis pela defesa da Pátria, pela garantia dos poderes constitucionais e, *por iniciativa de qualquer destes*, da lei e da ordem.

Ainda em relação à Constituição de 1988, prevê o art. 84, XIII, que compete privativamente ao presidente da República exercer o comando supremo das Forças Armadas. Com efeito, nos termos do citado art. 142, *caput*, as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais; e, por iniciativa de qualquer destes, à garantia da lei e da ordem.

Conforme explica Ferreira Filho (2008, p. 239), as duas primeiras destinações mencionadas no aludido dispositivo em vigor (defesa da Pátria; garantia dos poderes constitucionais) retratam o papel *elementar* das Forças Armadas, sendo relativas à própria ideia de soberania do Estado brasileiro. A última, por sua vez, traduz hipótese em que as Forças Armadas poderão ser empregadas na garantia da lei e da ordem, por solicitação de qualquer um dos poderes constitucionais, pleito que, registre-se, será submetido à decisão do presidente da República. No último caso, tal emprego somente poderá ocorrer

quando necessariamente constatado o exaurimento dos órgãos destinados à preservação da segurança pública (ação subsidiária), conforme previsão contida no art. 144 da Constituição Federal.

Interessante destacar, ainda, que, desde a primeira Constituição republicana, há expressa referência às Forças Armadas como instrumento de: *a) sustentação das instituições constitucionais* (art. 14 da CF de 1891), *b) garantia dos poderes constitucionais* (art. 162 da CF de 1934; art. 177 da CF de 1946), *c) garantia dos poderes constituídos* (art. 92, § 1º, da CF de 1967; art. 91 da EC nº 1, de 1969), *d) garantia dos poderes constitucionais* (art. 142, *caput*, da CF).

Segundo Faoro (1984), o estabelecimento, na Constituição de 1891, de um acentuado papel das Forças Armadas (defesa das instituições constitucionais) teria trazido importantes consequências políticas para o Estado brasileiro, citando o autor, como exemplo, o denominado *Golpe de 3 de novembro de 1891*, quando Deodoro dissolveu o congresso nacional (Decreto nº 641, de 3 de novembro de 1891).

Do debate na Assembleia Nacional Constituinte sobre a missão constitucional das Forças Armadas na Constituição de 1988

A leitura dos dispositivos constitucionais de 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e 1988, todos anteriormente transcritos, permite concluir que a redação prevista no art. 142, *caput*, da atual Carta Magna, notadamente a expressão “por iniciativa de qualquer destes”, não era encontrada nas demais

Constituições, o que certamente não ocorreu por acaso. A nosso ver, a razão ponderável para a construção dada ao texto atual (art. 142, *caput*, da CF de 1988) foi justamente evitar o manejo, antes frequente, das Forças Armadas como instrumento de *estabilização política*, como tantas vezes ocorreu durante o século passado.

Cumpre, então, entender como a mencionada expressão em questão restou introduzida no Texto Magno de 1988. Para tanto, socorremo-nos de recortes jornalísticos publicados por ocasião dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, na qual intensos debates foram travados acerca da missão das Forças Armadas no novo cenário que se desenhava, conforme registrou o jornal *O Globo*, na matéria *Forças armadas debatem seu papel na constituição*, p. 3, edição de 14 de janeiro de 1986:

O papel constitucional das Forças Armadas será o principal tema da reunião entre os três Ministros Militares e os Chefes do Serviço Nacional de Informações, Estado-Maior das Forças Armadas e do Gabinete Militar da Presidência da República. A reunião será hoje no Quartel General do Exército e terá início às 10h30min. (FORÇAS ARMADAS..., 1986)

O mesmo tema também foi alvo de assunto publicado no Jornal do Brasil, p. 5, em 29 de agosto de 1987, de autoria do jornalista Ricardo Noblat:

O general Leônidas conheceu um artigo, mas o que saiu impresso no substitutivo foi outro. Os ministros militares queriam — e continuarão querendo — que o artigo reservado ao emprego das Forças Armadas fizesse expressa menção à função delas de garantirem, também, a lei e a ordem, como está

dito, por exemplo, na Constituição atual. A referência à manutenção da lei e da ordem desapareceu no substitutivo de Cabral. Poderá retornar depois que o substitutivo for examinado na Comissão de Sistematização. (NOBLAT, 1987)

A questão relativa à definição da função constitucional das Forças Armadas era mesmo tormentosa, sendo que o Projeto de Constituição não trazia a redação que, ao final, acabou por vingar. O seu art. 247, por exemplo, não contemplava a expressão (“por iniciativa de qualquer destes”) hoje encontrada no art. 142, *caput*, da Carta de 1988. Vejamos a redação originalmente prevista no Projeto:

Art. 246. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República.

Parágrafo único. Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.

Art. 247. As Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

Parágrafo único. Cabe ao Presidente da República a direção da política de guerra e a escolha dos Comandantes-Chefes. (BRASIL, 1987)

No entanto, o Substitutivo às emendas de Plenário, aprovado pela Comissão de Sistematização, passou a mencionar algo bem parecido com a aludida frase:

Art. 160. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema

ma do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, *por iniciativa de um destes, da lei e da ordem*.

§ 1º. Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas. (BRASIL, 1987, grifo nosso)

Nota-se que a redação prevista no art. 160, *caput*, do Substitutivo em muito se assemelha à que finalmente restou aprovada em 1988.

Newton Rodrigues, em artigo publicado na Folha de São Paulo, em 2 de setembro de 1987, sob o título *As Forças Armadas e sua função institucional*, corrobora a opinião de que o Judiciário de então, apesar de formalmente independente, ainda não havia alcançado o *status institucional* atual, tanto que, ao comentar o debate travado acerca da controvertida expressão (“por iniciativa de qualquer destes”), demonstrou, por via oblíqua, o papel que as Forças Armadas exerciam naquela ocasião:

O artigo do substitutivo Bernardo Cabral, que tanta celeuma causa, é suscetível de melhor redação. Mas está sendo atacado no que tem de melhor, no seu conteúdo fundamental e imprescindível, consistente em negar aos militares a atribuição incontrolável de intérprete da lei (função do Judiciário) e em sujeitar sua atuação coercitiva ao pedido dos poderes constitucionais. (RODRIGUES, 1987)

Após intensas disputas na Constituinte, a expressão “por iniciativa de qualquer destes”, ora prevista no art. 142, *caput*, da Constituição de 1988, foi finalmente aprovada, conforme relata a matéria publicada em 13 de abril de 1988, na Folha de São Paulo, de autoria de Dalton Moreira:

Apenas os partidos de “esquerda” foram contra a aprovação do artigo que regulamenta o papel constitucional das Forças Armadas. Por 326 a 102 votos e cinco abstenções, o plenário do Congresso constituinte manteve ontem o texto da Comissão de Sistematização (idêntico ao do Centrão) que permite aos militares defender o território nacional, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de um destes (referência aos três Poderes), a lei e a ordem. [...].

“Se manteve a tutela militar porque a extensão da expressão ‘da lei e da ordem’ é muito abrangente. Pode ser tanto uma intervenção numa greve quanto um golpe militar”, disse o deputado José Genoíno (PT-SP), autor da tentativa de restringir os poderes das Forças Armadas. Sua emenda, que reproduzia integralmente o texto da ex-comissão de Estudos Constitucionais presidida pelo hoje senador Afonso Arinos (PFL-RJ), limitava a ação dos militares à defesa “da ordem constitucional”. (MOREIRA, 1988, p. 6)

Diante do quadro constitucional desenhado a partir da Constituição de 1988, entendemos como pertinente a introdução da referida expressão, de modo a não deixar qualquer margem de dúvida quanto ao papel das Forças Armadas no que se refere à garantia da lei e da ordem, atuação absolutamente atrelada à iniciativa dos poderes constituídos, conforme trataremos em seguida.

Do emprego das Forças Armadas na Defesa Nacional e na garantia da lei e da ordem

Com efeito, e após intensos debates, dispõe o art. 142 da Carta vigente que as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares,

organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. O Constituinte também determinou que as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas fossem estabelecidas através de Lei complementar (art. 142, § 1º, da CF de 1988).

As Forças Armadas, desde a Constituição de 1891, sempre foram empregadas na garantia da lei e da ordem (GLO), missão que se manteve, como vimos, na Carta atual. A despeito dessa tradição, por conta do comando inserto no art. 142, § 1º, da Lei Maior, foi preciso, para se evitar que antigos episódios se repetissem, que o papel das Forças Armadas, particularmente quanto à garantia da lei e da ordem, estivesse devidamente delineado e em perfeita consonância com os contornos próprios de um Estado Democrático de Direito, inviabilizando, portanto, qualquer possibilidade de ação *ex officio*.

Assim, objetivando balizar de vez o emprego das Forças Armadas em missões dessa natureza, a regulamentação do art. 142, § 1º, da Constituição de 1988 veio a lume através da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, nos termos da qual o ministro da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas, competindo-lhe, além das demais competências previstas em lei, formular a política e as diretrizes referentes aos produtos de defesa empregados nas atividades operacionais, inclusive armamentos, munições, meios de transporte e de comu-

nicações, fardamentos e materiais de uso individual e coletivo (art. 11-A), sendo assessorado pelo Conselho Militar de Defesa, órgão permanente de assessoramento, pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e pelos demais órgãos, conforme definido em lei (art. 9º).

Outrossim, o art. 15 da citada Lei Complementar assevera que o emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em operações de paz, é de responsabilidade do presidente da República, que determinará ao ministro da Defesa a ativação de órgãos operacionais. Da mesma forma, o parágrafo 1º do mesmo art. 15 confere ao presidente da República a decisão do emprego das Forças Armadas, por iniciativa própria ou em atendimento a pedido manifestado por quaisquer dos poderes constitucionais, por intermédio dos presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados. Ademais, nos termos art. 15, § 2º, a atuação das instituições militares na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do presidente da República, após esgotados (caráter subsidiário) os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal.

Ao tratar do tema *garantia da lei e da ordem*, a Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Decreto Legislativo Nº 373, de 25 de setembro de 2013, estabelece como importante providência compatibilizar a legislação e adestrar meios específicos das Forças

Armadas para o emprego *episódico* dessas missões, tudo em sintonia com os exatos termos da Constituição Federal. Isso evidencia que a atuação das Forças Armadas, no plano atual, encontra-se constitucional e legalmente delineada.

Outrossim, consoante dispõe o Livro Branco de Defesa Nacional, a expressão *defesa nacional* pode ser caracterizada como o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

Por sua vez, conforme previstos na Política Nacional de Defesa, também aprovada pelo Decreto Legislativo Nº 373, de 25 de setembro de 2013, os objetivos nacionais de defesa são: garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior; contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais; contribuir para a estabilidade regional; contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais; intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais; manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional; conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do país; desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis; estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades,

dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais; e desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional.

Nota-se que a atuação das Forças Armadas, consoante o arcabouço normativo citado (Constituição Federal, Lei Complementar nº 97/99, Estratégia Nacional de Defesa, Livro Branco de Defesa Nacional, Política Nacional de Defesa), encontra-se muito bem definida, o que não ocorria em tempos passados, quadro que permitiu uma verdadeira guinada na concepção estratégica das instituições marciais.

Tendo em vista a importância dos quais se revestem, os três últimos documentos norteadores da atuação das Forças Armadas foram lembrados, inclusive, pelo general Enzo Martins Peri, por ocasião de seu discurso de despedida do Comando do Exército Brasileiro, em 5 de fevereiro de 2015. A propósito, cumpre destacar que o comandante Enzo, em nenhuma linha sequer de seu discurso, teceu qualquer comentário de natureza política, o que apenas reforça o nosso entendimento de que as Forças Armadas, definitivamente, conhecem o importante lugar que ocupam no quadro institucional brasileiro.

Tal modo de proceder certamente também faz parte da ordem do dia do atual comandante do Exército, general Villas Bôas.

Diante desse amplo mapa normativo, pode-se afirmar que, nos termos do art. 142, *caput*, da Constituição em vigor, as Forças Armadas cumprem um duplo papel. No plano principal, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais. Secundariamente, por iniciativa de qualquer

dos poderes constituídos, garantem a lei e a ordem, o que somente acontecerá *subsidiariamente*, ou seja, quando verificada a impossibilidade de os órgãos de segurança pública (art. 144 da Lei Maior) fornecerem uma resposta à demanda constatada (art. 15, § 2º, da Lei Complementar nº 97/99). Por conseguinte, o emprego das Forças Armadas em missões de GLO deve ser entendido como algo excepcional, passível de acontecer somente em situações que efetivamente fogem à ação dos órgãos de segurança pública, pela razão simples de que tal atuação, nos termos da lei de regência, deve ser subsidiária. Nesse sentido, afirma José Afonso:

Só subsidiária e eventualmente lhes incumbe a defesa da lei e da ordem, porque essa defesa é de competência primária das forças de segurança pública, que compreendem a polícia federal e as polícias civil e militar dos Estados e do Distrito Federal. Sua interferência na defesa da lei e da ordem dependem, além do mais, de convocação dos legítimos representantes de qualquer dos poderes federais: Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Presidente da República ou Presidente do Supremo Tribunal Federal. Ministro não é poder constitucional. Juiz de Direito não é poder constitucional. Juiz Federal não é poder constitucional. Deputado não é poder constitucional. Senador não é poder constitucional. São simples membros dos poderes e não os representam. (SILVA, 2005, p. 772)

Assim, considerando a missão (excepcional e sempre subsidiária) conferida pelo art. 142, § 1º, da Constituição às Forças Armadas bem como a disciplina assentada na Lei Complementar nº 97/99, o Poder Executivo editou o Decreto nº 3.897, de 24 de

agosto 2001, através do qual foram fixadas as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, matéria de competência exclusiva do presidente da República (art. 2º), sendo que tal decisão presidencial poderá ocorrer por sua própria iniciativa, ou dos outros poderes constitucionais, representados pelos presidentes do STF, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados (art. 2º, § 1º).

Em necessária adição, prescreve o art. 3º do mencionado decreto que, no caso de atuação das Forças Armadas em missões dessa natureza, objetivando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, porque esgotados os instrumentos a isso dedicados (art. 144 da Constituição), lhes incumbirá, sempre que se faça indispensável, desenvolver as ações de polícia ostensiva, como as demais, de natureza preventiva ou repressiva, que se incluem na competência (constitucional e legal) das polícias militares, observados os termos e limites impostos, a estas últimas, pelo ordenamento jurídico.

Em perfeito arremate, o parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 3.897/01 preceitua que

consideram-se esgotados os meios previstos no art. 144 da Constituição, inclusive no que concerne às Polícias Militares, quando, em determinado momento, indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional.

Reforçando ainda mais a ideia de subsidiariedade inerente ao tema, dispõe o art. 5º do citado decreto que o emprego das For-

ças Armadas na GLO deverá ser *episódico*, em área previamente definida e ter a menor duração possível.

Cite-se, como exemplo da atuação das Forças Armadas em cumprimento de missão de GLO, o seu contemporâneo emprego no *Complexo da Maré*, localizado no Rio de Janeiro, um conjunto de 15 comunidades, onde residem cerca de 130 mil pessoas, o que se dá com amparo no art. 142, § 1º, da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 97/99, no Decreto nº 3.897/01, bem como na Diretriz Ministerial nº 9, assinada pelo ministro da Defesa, que autoriza as Forças Armadas a realizarem patrulhamento, abordagens, revistas e prisões em flagrante.

Da ampla subordinação atual das Forças Armadas aos Poderes Constitucionais, em especial ao Poder Judiciário

Pontuamos, antes, quão regrada é a atuação das Forças Armadas em missões de garantia da lei e da ordem. Incogitável, portanto, que o emprego militar ocorra ao alvedrio de algum comandante de Força. Isso decorre da ampla subordinação (constitucional e legal) das Forças Armadas aos *poderes constitucionais*, e não aos integrantes dos mesmos, inexistindo, portanto, o vácuo jurídico de outrora, de modo que hoje é quase impossível imaginar os militares ostentando o poder político de ocasiões passadas, lacuna que, de certa forma, permitia as diversas intervenções experimentadas em momentos de crise, quando os castrenses, literalmente, tomavam (*ex officio*) as rédeas da situação, muitas das vezes, importante registrar, estimulados por lideranças civis de então, para

as quais a atuação marcial era por demais conveniente, seja para a manutenção do poder (pelo governo), seja para a sua destituição (pelos opositores).

É também a opinião de Maria Celina D'Araujo (2009), para quem a antiga experiência brasileira de envolver as Forças Armadas na política e no combate político estigmatizou profundamente as instituições militares, cicatriz institucional que, diga-se de passagem, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) fez questão de aprofundar, no meadamento ao recomendar, no seu relatório final o seguinte:

O conteúdo curricular dos cursos ministrados nas academias militares e de polícia deve ser alterado, considerando parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC), a fim de enfatizar o necessário respeito dos integrantes das Forças Armadas e dos órgãos de segurança pública aos princípios e preceitos inerentes à democracia e aos direitos humanos. Tal recomendação é necessária para que, nos processos de formação e capacitação dos respectivos efetivos, haja o pleno alinhamento das Forças Armadas e das polícias ao Estado democrático de direito, com a supressão das referências à doutrina de segurança nacional. (BRASIL, 2014)

Definitivamente, a CNV desconhece o amplo mapa normativo (constitucional e infraconstitucional) acima elencado, derivado, na essência, de decisão soberana emanada da Assembleia Nacional Constituinte, a qual, como visto, deliberou e inseriu, no art. 142, *caput*, da Carta de 1998, uma expressão (“por iniciativa de qualquer destes”) que tornou as Forças Armadas absolutamente subordinadas aos poderes constitucionais,

inviabilizando práticas intervencionistas de outrora, quando, não raro, os governos civis eram os primeiros a incentivar a insubordinação e a quebra da hierarquia e da disciplina, valores tão caros para os militares. Nesse sentido, discorrendo sobre o comportamento (antedecedente à eclosão do movimento político-militar de 1964) adotado por Jango, Fernando Henrique Cardoso, em entrevista ao site UOL Notícias, em 30 de março de 2014, anotou:

A situação era de impossibilidade de alguma solução. Jango fez um erro enorme, que foi permitir a quebra de hierarquia de militar. Quebrou a hierarquia, como é que se faz? Quem é que segura a tropa? Ele quebrou [a hierarquia] no tribunal dos sargentos (revolta dos sargentos em Brasília, em 1963), que ele foi lá e fez discurso aos sargentos. Os generais, os coronéis, os oficiais ficaram com medo. Jango foi ficando num beco sem saída. (CARDOSO, 2014)

O desfecho daquele ano de 1964, quando as Forças Armadas instauraram o Regime Militar, todos nós o sabemos e está devidamente registrado na história. No entanto, é possível dizer que, com o advento da Constituição de 1988, as Forças Armadas deixaram de intervir na vida constitucional e se restringiram ao seu papel clássico, próprio de um Estado Democrático de Direito, como, aliás, foi o desejo de Castello Branco ao instituir os fundamentos ideológicos do movimento político-militar de 1964, segundo, inclusive, reconhece o insuspeito jornalista A. C. Scartezini (2015):

Ao assumir o poder, o Marechal Castelo Branco providenciou uma reforma nas

Forças Armadas, que criou a chamada expulsória: a partir dos 70 anos, os militares passam à reserva automaticamente.

Além da idade, duas providências abreviaram a carreira de generais: nenhum oficial podia ser general por mais de 12 anos; e cada um dos três graus do generalato devia renovar anualmente um quarto de seu quadro. [...]. Os coronéis deviam permanecer na patente por pelo menos sete anos, mas não mais do que nove.

A ideia era castrar o amadurecimento de lideranças internas entre militares [...]. (SCARTEZINI, 2015)

Assim, não há como negar a evolução institucional vivenciada pelas Forças Armadas de hoje, cuja subordinação constitucional aos poderes constituídos não permite mais o seu emprego como mecanismo de solução política.

Afinal, como bem advertiu o ministro Celso de Mello, quando de sua posse na Presidência do STF, em 22 de maio de 1997, as crises políticas devem ser solucionadas dentro do quadro normativo delineado pelo ordenamento constitucional, com os instrumentos jurídicos nele previstos e com fundamento exclusivo no predomínio da Constituição e das leis, o que confere ao Judiciário como um todo, e em particular ao STF como guardião do Texto Magno, um relevante papel, assim desenhado por Celso de Mello, relator do Mandado de Segurança nº 26.603/DF, Tribunal Pleno, julgamento em 4 de outubro de 2007:

O exercício da jurisdição constitucional, que tem por objetivo preservar a supremacia da Constituição, põe em evidência a dimensão essencialmente política em que se projeta a atividade institucional do Su-

premo Tribunal Federal, pois, no processo de indagação constitucional, assenta-se a magna prerrogativa de decidir, em última análise, sobre a própria substância do poder. (STF, 2007)

Na mesma linha de dicção, Fernando Henrique Cardoso, em entrevista à Revista Esquerda 21, edição de janeiro de 1996, nº 1, assentou que as Forças Armadas já possuem uma noção a respeito de qual é o papel delas num Estado democrático. O mesmo ex-presidente, em artigo (*Chegou a hora*) publicado no jornal Estadão, em 1º de fevereiro de 2015, ao analisar a atual crise (moral, política, econômica, energética etc.) vivida pelo país, assentou que a atual conjuntura, diversamente do que ocorria no passado, impede que os militares resolvam adotar alguma solução golpista para os graves problemas que atingem o país, justamente por estarem absolutamente compromissados com os alicerces de um Estado Democrático de Direito.

Questionada quanto à distinção entre os comandantes militares da época do Regime Militar e os atuais, Maria Celina D'Araujo situou a seguinte distinção:

O que observamos entre os comandantes militares atuais é uma diferença abissal. Hoje os comandantes militares têm uma ideia de profissionalismo muito mais forte, eles não têm um projeto político, são servidores do Estado e obedecem ao governo democrático de direito e à Constituição. Não se apresentam mais como atores políticos, que podem ter um projeto próprio ou falar em nome de um setor. É uma mudança muito grande e positiva, que indica o fortalecimento da democracia no Brasil. As democracias têm como característica a subordinação dos militares ao poder civil e democrático. Isso dá mais segurança ao regime democrático. (D'ARAUJO, 2009)

Ao contrário, as Forças Armadas de hoje, tendo em vista o princípio da subordinação, demonstram rejeitar qualquer proposta autoritária, seja de *esquerda* ou de *direita*, estando perfeitamente conscientes do papel institucional que lhes foi reservado no contexto do Estado Democrático de Direito, bem como de sua absoluta subordinação aos poderes constitucionais.

Nesse sentido, tivemos a oportunidade de proferir palestra na Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, em 26 de maio de 2015, para os 470 cadetes do último ano, sobre o tema *Democracia e Regime Democrático*, ocasião em que expressamente pontuamos o papel das Forças Armadas e, em especial, do Exército Brasileiro, na defesa do atual regime democrático nacional:

A vida da norma jurídica encontra-se no seu descumprimento. Porém, é exatamente no silêncio de sua rigorosa observância que ela cumpre plenamente o seu papel [...].

De igual forma, o Exército Brasileiro não perdeu sua importância ao sair da arena política nacional. Pelo contrário, o seu retorno aos quartéis é a prova mais contundente de que cumpriu e vem cumprindo majestosamente a sua função de garantia do pleno funcionamento dos Poderes Constitucionais, notadamente o Poder Judiciário, cujas decisões acata não como ato de submissão mas, ao contrário, de serenidade de quem reconhece a importância da consolidação da harmonia institucional, com suas respectivas competências.

Conclusão

A partir de uma reflexão sobre os diversos dispositivos constitucionais relativos à

missão das Forças Armadas, é possível afirmar que o emprego das mesmas como instrumento de *estabilização política* não se dava ao arreio da Constituição então vigente. A análise das Constituições de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, permite concluir, a partir de uma interpretação consentânea com as respectivas realidades históricas, que tal mister era, de um modo geral, constitucionalmente válido, bem como convenientemente interessante para o homem político, inclusive para os políticos militares. Assim, não há como afirmar que tal manejo (como mecanismo de *estabilização política*), absolutamente impensável nos dias atuais, ocorresse em afronta aos Textos Magnos.

Corrobora a afirmação que se acaba de fazer o fato de que a Assembleia Nacional Constituinte preocupou-se em consagrar ao atual dispositivo constitucional relativo à missão das Forças Armadas (art. 142 da CF de 1988) uma redação diferente daquelas previstas nas Cartas anteriores.

Ora, como cediço, e em obediência a lições elementares de hermenêutica jurídica, a lei não contém palavras em vão. Se a Constituinte, como visto, foi tão marcada por debates a respeito do tema, isso certamente decorreu, conforme atestam os recortes jor-

nalísticos mencionados no presente texto, da pretensão de se sepultar de vez a experiência militar como fator de equilíbrio político. Essa inferência, a nosso ver, é bastante ponderável, mormente se considerarmos que o art. 142 da CF de 1988, com a redação que lhe foi conferida, subordina as Forças Armadas aos poderes constitucionais, não sendo possível mais que o seu emprego (sempre excepcional) na garantia da lei e da ordem ocorra *ex officio*.

Com efeito, malgrado a atuação das Forças Armadas no campo da segurança pública (garantia da lei e da ordem) já estivesse disciplinada nas Cartas pretéritas, não há como deixar de reconhecer que a inserção da expressão “*por iniciativa de qualquer destes*” foi fundamental para que antigos episódios (talvez necessários naqueles momentos históricos) não se repetissem no presente e no futuro, onde nos encontramos diante de uma nova realidade de amadurecimento democrático e fortalecimento institucional. Da mesma forma, o implemento, no âmbito infraconstitucional, da Lei Complementar nº 97, de 1999, bem como a sua regulamentação através do Decreto nº 3.897, de 2001, reforçam o caráter sempre episódico que deve permear a missão de garantia da lei e da ordem.

Referências

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Projeto de Constituição (do Relator Bernardo Cabral)**, v. I. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, Jul. 1987. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-223.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

_____. Assembleia Nacional Constituinte. **Substitutivo do Relator**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, Set. 1987. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/constituicao-20anos/DocumentosAvulsos/vol-242.pdf>>. Acesso em 30 jan. 2015.

_____. Câmara dos Deputados. Jornal da Constituinte, Brasília, n. 1, 1º jun. 1987. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/103487>>. Acesso em 12 mar. 2015.

_____. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Final, Parte V, Conclusões e Recomendações**. 10 dez. 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_5.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2015.

_____. **Constituição Política do Império do Brasil, 1824**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 26 jun. 2015.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1891**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 26 jun. 2015.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 26 jun. 2015.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 26 jun. 2015.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1946**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 26 jun. 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 26 jun. 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 26 jun. 2015.

_____. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Política de Defesa Nacional**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2015.

_____. **Decreto Legislativo Nº 373, de 25 de setembro de 2013. Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2015.

_____. **Decreto nº 3.897, de 24 de agosto 2001. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm. Acesso em: 28 jul. 2016.

_____. **Emenda Constitucional nº 1, 1969**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 26 jun. 2015.

_____. **Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979**. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp35.htm>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2015.

_____. Ministério da Defesa. Palavras de Despedida do Comandante do Exército, General de Exército Enzo Peri. Brasília, DF, 5 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/terrestre/noticia/18145/Gen-Enzo-Peri---Discurso-de-Despedida-/>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

_____. Senado Federal. **Diplomacia e defesa: uma missão constitucional ativa do parlamento**. Brasília: Senado Federal, 2012, p. 123-125. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/243014/00050.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Discurso de Posse do Ministro Celso de Mello na Presidência do STF**. Brasília, DF, 22 mai. 1997. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/bibliotecadigital/Plaquetas/210995/PDF/210995.pdf#search=%27210995%20210995%27>>. Acesso em: 4 fev. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Segurança nº 26.603/DF, Tribunal Pleno, julgamento em 4 out. 2007. Relatoria do Ministro Celso de Mello. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=570121>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Chegou a hora. O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1º fev. 2015. Disponível em: <<http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,chegou-a-hora-imp-,1627774>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

_____. *Além dos militares, não sei qual força poderia impor uma situação nova*. Entrevista. Site **UOL Notícias**, 30 mar. 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/03/30/fhc-nao-sei-qual-forca-que-poderia-alem-dos-militares-impor-uma-situacao-nova.htm>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

_____. Entrevista. **Revista Esquerda** 21, nº 1, jan. 1996.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O papel das Forças Armadas no Brasil e na América Latina**. 28 nov. 2009. Disponível em: <http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/print.asp?cod_noticia=13821&cod_canal=41>. Acesso em: 4 fev. 2015.

DREIFUSS, R. A; DULCI, O. S. *As forças armadas e a política*. In SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. (Orgs.) **Sociedade política no Brasil pós-61** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 132-181. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/b4km4/pdf/sorj-9788599662632-05.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

FAORO, Raymundo. *Democratização e Forças Armadas*. **Revista Senhor**, n. 185, 3 out. 1984, São Paulo, p. 1-5.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 34ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

FORÇAS ARMADAS debatem seu papel na constituição. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 jan. 1986, p. 3. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/114532/1986_JAN%20a%20JUL_008.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 jan. 2015.

MOREIRA, Dalton. *Constituinte mantém atribuições das Forças Armadas*. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 abr. 1988, p. 6. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/108099/1988_10%20a%2015%20de%20Abril_%20068b.pdf?sequence=3>. Acesso em: 30 jan. 2015.

NOBLAT, Ricardo. *Anistia não é o alvo de Leônidas*. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 ago. 1987, p. 5. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/127872/Agosto%201987%20-%200555.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

PÉREZ, José Lorenzo. *Democracia limitada y poder militar*. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 47, mar./abr. 1980, p. 5-13. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/708_1.pdf>. Acesso em 30 jan. 2015.

RODRIGUES, Newton. *As Forças Armadas e sua função institucional*. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 set. 1987. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/127512/Setembro%2087%20-%200027.pdf?sequence=1>>. Acesso em 30 jan. 2015.

SCARTEZINI, A. C. *Rara Lição da Ditadura*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 mai. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/rara-licao-da-ditadura-16229204>>. Acesso em 1 jul. 2015.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 24^a ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, Ligia Osório. *Desenvolvimentismo e intervencionismo militar*. **E-premissas, Revista de Estudos Estratégicos**, Dossiê Dreifuss, n. 1, jun./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/nee/e-premissas/pdfs/01.07.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2015.

_____. Ministério da Defesa. Palavras de Despedida do Comandante do Exército, General de Exército Enzo Peri. Brasília, DF, 5 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/terrestre/noticia/18145/Gen-Enzo-Peri---Discurso-de-Despedida-/>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

_____. Senado Federal. **Diplomacia e defesa: uma missão constitucional ativa do parlamento**. Brasília: Senado Federal, 2012, p. 123-125. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/243014/00050.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Discurso de Posse do Ministro Celso de Mello na Presidência do STF**. Brasília, DF, 22 mai. 1997. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/bibliotecadigital/Plaquetas/210995/PDF/210995.pdf#search=%27210995%20210995%27>>. Acesso em: 4 fev. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Segurança nº 26.603/DF, Tribunal Pleno, julgamento em 4 out. 2007. Relatoria do Ministro Celso de Mello. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=570121>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Chegou a hora. O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1º fev. 2015. Disponível em: <<http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,chegou-a-hora-imp-,1627774>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

_____. *Além dos militares, não sei qual força poderia impor uma situação nova*. Entrevista. Site UOL Notícias, 30 mar. 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/03/30/fhc-nao-sei-qual-forca-que-poderia-alem-dos-militares-impor-uma-situacao-nova.htm>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

_____. Entrevista. **Revista Esquerda 21**, nº 1, jan. 1996.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O papel das Forças Armadas no Brasil e na América Latina**. 28 nov. 2009. Disponível em: <http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/print.asp?cod_noticia=13821&cod_canal=41>. Acesso em: 4 fev. 2015.

DREIFUSS, R. A; DULCI, O. S. *As forças armadas e a política*. In SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. (Orgs.) **Sociedade política no Brasil pós-61** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 132-181. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/b4km4/pdf/sorj-9788599662632-05.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

FAORO, Raymundo. *Democratização e Forças Armadas*. **Revista Senhor**, n. 185, 3 out. 1984, São Paulo, p. 1-5.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 34ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

FORÇAS ARMADAS debatem seu papel na constituição. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 jan. 1986, p. 3. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/114532/1986_JAN%20%20JUL_008.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 jan. 2015.

MOREIRA, Dalton. *Constituinte mantém atribuições das Forças Armadas*. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 abr. 1988, p. 6. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/108099/1988_10%20a%2015%20de%20Abril_%20068b.pdf?sequence=3>. Acesso em: 30 jan. 2015.

NOBLAT, Ricardo. *Anistia não é o alvo de Leônidas*. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 ago. 1987, p. 5. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/127872/Agosto%201987%20-%200555.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

PÉREZ, José Lorenzo. *Democracia limitada y poder militar*. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 47, mar./abr. 1980, p. 5-13. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/708_1.pdf>. Acesso em 30 jan. 2015.

RODRIGUES, Newton. *As Forças Armadas e sua função institucional*. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 set. 1987. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/127512/Setembro%2087%20-%200027.pdf?sequence=1>>. Acesso em 30 jan. 2015.

SCARTEZINI, A. C. *Rara Lição da Ditadura*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 mai. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/rara-licao-da-ditadura-16229204>>. Acesso em 1 jul. 2015.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 24^a ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, Ligia Osório. *Desenvolvimentismo e intervencionismo militar*. **E-premissas, Revista de Estudos Estratégicos**, Dossiê Dreifuss, n. 1, jun./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/01.07.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

O desempenho linguístico de oficiais brasileiros em missões de paz da ONU

Uma análise comparativa sob a perspectiva da Linguística de *Corpus*

Maristela da Silva Ferreiraⁱ

Vinícius Melquiades Cunhaⁱⁱ

Introdução

Desde o traumático período da Segunda Guerra Mundial, a comunidade internacional ainda não encontrou uma forma estável e segura para a paz, e verificam-se hoje, ainda, principalmente na África e no Oriente Médio, graves conflitos. A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada após a Segunda Grande Guerra, com a finalidade de manutenção da paz e da segurança internacionais e com a prerrogativa de poder, para esse fim, “tomar medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz”.¹

No contexto dessas ações e desse amparo legal, é que surgem as missões de paz, cujas tarefas primordiais consistem em realizar a implementação de acordos de paz e em estabelecer as estruturas básicas para que um país necessitado tenha condições de alcançar uma paz permanente e duradoura. No início, eram missões voltadas para a garantia de um cessar-fogo e do alívio das

tensões sociais; atualmente, contudo, evoluíram para complexas operações em campos multidimensionais, rompendo as nuances tradicionais do combate, envolvendo forças-tarefas de vários países.

Tais missões iniciavam, por vezes, com ações de imposição da paz, com força coercitiva para conter conflitos internos, e acabavam evoluindo para ações de manutenção da paz. Assim, o diálogo, a negociação e as ações de reconstrução social passaram a ser instrumentos de poderoso auxílio à progressiva estabilização dos níveis de segurança local.

Nas missões de paz da ONU, é comum em um contingente o envolvimento de vários países, que geralmente possuem idiomas distintos entre si e distintos também do idioma do país onde a missão é desdobrada. O uso do idioma estrangeiro torna-se crucial neste tipo de missão, para a comunicação interna da tropa, composta por várias nações, e também para a comunicação com a população local. O conhecimento e a proficiência no uso do idioma passaram a ser importantes

ⁱ Ten Cel QCO R/1, doutora em Letras/Estudos da Linguagem (PUC-Rio/10), mestre em Letras/Linguística (UFJF-MG/05), pesquisadora do CEPHiMEx. (estelajf@gmail.com)

ⁱⁱ Cap Inf (AMAN/06), especialista em Língua Inglesa com ênfase em Linguística de *Corpus* (PUC-Rio/13), mestre em Ciências Militares (EsAO/15). (cunhainfa26@gmail.com)

ferramentas de trabalho, definindo o sucesso e o fracasso das missões em que eram necessárias coordenações diversas, *briefings*, apresentações, negociações em idioma estrangeiro.

Do ponto de vista estratégico, a capacidade de comunicação de um Exército em idioma estrangeiro é elemento que define a quantidade de informações que podem ser absorvidas e transmitidas em uma missão internacional. As ações militares são guiadas por orientações doutrinárias, por métodos de planejamento e pela emissão de ordens de execução em diversos níveis hierárquicos. Uma vez que uma tropa se insere em um contexto internacional, todo esse processo dependerá da língua franca falada na missão, considerando-se a pluralidade de idiomas e culturas das tropas participantes.

Israel Alves de Souza Júnior (2015), em seu artigo *Tradução e interpretação militar brasileira em missões de paz da ONU: a relevância de um serviço especializado*, constante da publicação *Military Review*, informa que diversos militares brasileiros apresentam dificuldades nesse tipo de interação, dependendo da atuação de intérpretes para que possam realizar seu trabalho de forma produtiva. Com o aumento da demanda das nossas tropas para esse tipo de missão, a preparação linguística passou a ser ainda mais necessária, uma vez que não se dispunha de efetivo suficiente de intérpretes.

Dessa forma, considerando-se o contexto de dificuldades de comunicação apresentado, a pesquisa desenvolvida buscou responder à seguinte questão: **quais são os recursos linguísticos necessários aos oficiais brasileiros para desenvolver satisfatoriamente a comunicação em idioma estran-**

geiro nas diversas situações de emprego em missões de paz da ONU?

Nesses termos, o estudo realizado tomou como objetivo geral **identificar necessidades específicas de uso satisfatório do idioma estrangeiro por oficiais do Exército Brasileiro empregados em missões de paz da ONU**. Uma vez identificadas essas necessidades, com auxílio do questionário aplicado aos veteranos de missão de paz e da análise feita através do *software* WordSmith Tools, pretendeu-se: (i) registrar como os militares percebiam sua preparação linguística, e (ii) destacar, através dos resultados da análise linguística feita pelo *software* WordSmith Tools, somada às experiências de veteranos do Iraque e do Afeganistão compartilhadas por meio de respostas dadas ao questionário aplicado, diversas situações em que foi essencial o uso da língua estrangeira bem como (iii) identificar possibilidades de exploração pedagógica específica.

O Brasil, por sua dimensão e poderio econômico, tende a continuar sua representatividade na ONU através de missões de paz em variados países. Essa grande exposição do Exército Brasileiro aumenta ainda mais a expectativa de se encontrarem militares brasileiros altamente preparados para atuar em ambiente internacional.

O presente artigo apresenta um estudo sobre a preparação linguística dos oficiais brasileiros enviados para as missões de paz da ONU, revelando oportunidades de melhoria que podem vir a contribuir para melhor representação do Exército Brasileiro no exterior. O mundo está crescentemente mais conectado, e, para que os oficiais brasileiros acompanhem essa demanda internacional,

devem aprofundar sua preparação linguística de maneira específica, obtendo poder de persuasão e negociação. Pode-se confiar totalmente em um intérprete nativo? Um intérprete nativo teria o mesmo comprometimento que um membro da própria força de paz? O oficial em função pode até ser auxiliado nas traduções, mas, a partir do momento em que depende totalmente do trabalho do intérprete, perde parte do seu poder de decisão.

Acredita-se que as informações específicas encontradas neste estudo poderão ser trabalhadas na formulação de materiais pedagógicos direcionados aos desafios de interação linguística em idioma estrangeiro que os oficiais brasileiros estão sujeitos a encontrar, melhorando nossa representatividade em ambiente internacional.

Metodologia

Em linhas gerais, a pesquisa desenvolvida utilizou-se de três procedimentos metodológicos, que, associados, possibilitaram a descoberta e confirmação de diversas informações pertinentes ao alcance dos objetivos propostos. Foram realizadas: pesquisa bibliográfica, aplicação de questionário, e uma análise linguística.

Para a solução do problema proposto na pesquisa, buscou-se, inicialmente, a identificação das principais características de uma missão de paz da ONU para que se pudesse compreender, em caráter geral, como a comunicação em língua estrangeira estaria inserida nesse contexto. Através de livros, manuais, artigos, revistas militares e publicações *online*, foram reconhecidas diversas

situações de comunicação em idioma estrangeiro. O referido material também permitiu que fossem identificadas algumas das habilidades linguísticas esperadas para um oficial que estivesse executando uma missão de paz bem como as especificidades dessa comunicação de acordo com a função exercida.

A aplicação de um questionário² a uma amostra de 28 oficiais veteranos de missões de paz da ONU permitiu a obtenção de informações precisas e complementares à da pesquisa bibliográfica, com relatos e opiniões de militares com notório saber e experiência em missões de paz. Participaram dessa aplicação 28 oficiais, todos voluntários que exercearam, dentre outras, funções de comandantes em variados níveis (pelotão e subunidade), e membros de estado-maior. Como variável independente, destaca-se “o uso de idioma estrangeiro em missões de paz”, devido ao fato de que a totalidade das missões de paz realizadas pelo Exército Brasileiro tenha sido em território estrangeiro, com a presença de uma comunidade linguística plural. A variável dependente proposta foi a “habilitação em idioma estrangeiro para missões de paz”, considerando-se a dependência do método, sistema de ensino de idiomas e investimentos na área. As perguntas do questionário/intervista foram feitas em caráter aberto, permitindo a total liberdade de os oficiais escreverem livremente sobre suas impressões e experiências a respeito do uso da comunicação em língua estrangeira em seu contingente.

Foi utilizado, em caráter complementar, o resultado de questionário aplicado a veteranos do Iraque e Afeganistão (CUNHA, 2013), a fim de promover uma análise com-

parativa entre as questões do uso de idioma estrangeiro por militares americanos em áreas de conflito, em operações de *Key Leader Engagement* (KLE)³, e por militares brasileiros em missões de paz.

Após a coleta dos resultados obtidos, o material escrito pelas amostras foi selecionado e transcrito em um novo documento em formato “.txt”, originando o *corpus* para análise linguística com auxílio do *software* WordSmith Tools. Obtiveram-se *word lists* (listas de palavras), com frequências de aparecimento geral no *corpus* e por texto gerado por cada questionário transcrito. Em seguida, foram selecionadas algumas de maior relevância para que se gerassem *concordance lists* (listas de concordância), para a análise dos contextos de aplicabilidade das palavras selecionadas. Os resultados obtidos por essa modalidade de análise trouxeram precisão para o entendimento das diversas necessidades de uso do idioma estrangeiro em uma missão de paz, contribuindo para que, de forma analítica e comparativa, se respondesse ao problema proposto: **quais são os recursos linguísticos necessários aos oficiais brasileiros para desenvolver satisfatoriamente a comunicação em idioma estrangeiro nas diversas situações de emprego em missões de paz da ONU?**

O caminho metodológico percorrido por esta pesquisa permitiu que, antes de se obter diretamente a resposta ao problema proposto, fossem identificadas as diversas nuances envolvidas na comunicação em idioma estrangeiro em uma missão de paz. Os dados obtidos por meio das amostras — 28 questionários aplicados a militares participantes de missões de paz —, a comparação

feita com o questionário aplicado a militares americanos veteranos do Iraque e do Afeganistão e a precisão da análise linguística obtida por meio do *software* WordSmith Tools viabilizaram a constatação das necessidades de melhoria nas ações de preparação linguística dos oficiais brasileiros enviados para as missões de paz da ONU.

Os resultados iniciaram-se com a pesquisa bibliográfica, conduzida para se obtemrem informações gerais sobre: (i) as missões de paz da ONU; (ii) a doutrina *Key Leader Engagement* (KLE), extremamente pertinente à condução de estudos sobre o uso de língua estrangeira em combate; (iii) o poder do discurso, que propiciou a verificação do poder transformativo que o discurso propositalmente formado possui sobre o comportamento das pessoas, indispensável para projeção de poder de um exército; e (iv) a Linguística de *Corpus*,⁴ usada como ferramenta de análise de todo material linguístico coletado ao longo deste estudo. Com a análise das respostas dadas ao questionário aplicado a oficiais veteranos do Iraque e Afeganistão (CUNHA, 2013), verificou-se que a doutrina *Key Leader Engagement* (KLE) se adapta perfeitamente às necessidades de comunicação de uma missão de paz, que, apesar de não ter o nível de beligerância dos conflitos no Iraque e Afeganistão, possui necessidades semelhantes de contato com a população local.

Como terceiro recurso metodológico, foi realizada uma análise linguística do material escrito produzido pelos veteranos ao responderem ao questionário, sob a ótica teórica da linguística de *corpus*. Os questionários foram formulados propositalmente

com questões abertas, em que cada participante tinha a liberdade e o espaço para não somente escrever opiniões, mas também justificativas e descrições diversas de situações de comunicação.

Após a conclusão da aplicação dos questionários, realizou-se a formatação dos *corpora* textuais em formato “.txt”, utilizados como banco de dados linguístico para alimentar o *software* WordSmith Tools. Uma vez alimentado, esse programa possibilitou a geração de *word lists*, listas de palavras com informações de frequência de aparecimento por cada *corpus* gerado por cada questionário respondido e pelo *corpus* geral, formado pela soma de todos os *corpora* gerados. Focando-se no objetivo deste estudo, foram identificadas palavras que tiveram destaque pela alta frequência de aparecimento, como por exemplo “inglês”, “população” e “coordenação”. A partir dessa seleção, seguiu-se para uma *segunda análise*, mais profunda, que, ~~especialmente = para a identificação da fonte de apenas algumas palavras destacadas entre outras —, revelou uma grande variedade de contextos comunicativos vivenciados pelos veteranos de missões de paz.~~

Resultados e discussão

Como resultado, verificou-se a grande variedade de atividades de um contingente de missão de paz, nas quais, por diversas ocasiões, é essencial o contato com nativos e elementos estrangeiros para coordenações diversas, desde atividades de cunho pacífico, como CIMIC (civil-military coordination), até operações complexas de cerco e patrulhas. Em algumas funções, há uma tendência

maior de que o oficial responsável se engaje em conversações com estrangeiros. Destacou-se a função do oficial de comunicação social, que, na maioria das vezes, conduz o planejamento e execução do CIMIC, uma das operações de maior destaque no cenário das missões de paz, por ter contato direto com a população local. Nesse tipo de missão, uma comunicação eficiente é capaz de convencer a população local sobre a aceitação da missão da tropa, ganhando corações e mentes. Essa comunicação feita em idioma estrangeiro é realizada não apenas em momentos de negociações: ela deve começar nos contatos corriqueiros do dia a dia, que é o lastro para a construção e manutenção da harmonia entre a tropa e a população.

O questionário forneceu ricas informações acerca das experiências comunicativas dos veteranos das missões de paz da ONU, ~~contribuindo para a identificação das necessidades específicas do uso da língua estrangeira nos diversos relatos dos veteranos. Os resultados também mostraram que a maior parte dos oficiais enviados para as missões de paz recebeu preparação linguística; ainda assim, a maioria se sentiu sem preparo suficiente para enfrentar os desafios de comunicação que encontraram.~~

O fato é que problemas de comunicação em língua estrangeira em operações militares podem causar mais do que ruídos inofensivos ao entendimento conjunto e ao desempenho operacional da tropa; podem colocar em risco vidas humanas. De forma unânime, foi reconhecida a importância de uma preparação linguística adequada para uma missão de paz, para que os oficiais possam cumprir com melhor desempenho e

segurança suas responsabilidades nas operações internacionais.

Dentre as operações realizadas pelos veteranos, tiveram maior destaque: patrulhas, operações em ambiente interagência, garantia da lei e da ordem (GLO) e escolta de comboios. Esse resultado foi coerente com outro obtido na aplicação do questionário realizado com ex-combatentes americanos, no qual os veteranos reconheceram a importância da associação da instrução militar com o idioma estrangeiro bem como a necessidade do desenvolvimento de comunicação estratégica para a obtenção de informações

e para convencimento dos habitantes locais.

Após a apreciação dos resultados obtidos pela aplicação do questionário, foi realizada uma comparação (CUNHA, 2013) com as experiências dos veteranos americanos do Iraque e Afeganistão, focando-se nas ocasiões em que a comunicação em língua estrangeira se fez necessária. A fim de facilitar a observação dos resultados e suas aplicabilidades em preparações linguísticas mais específicas, realizou-se a organização do **Quadro 1**, categorizando as situações comuns do cotidiano de uma missão de paz e suas correspondentes funções de combate.

Necessidades de uso do idioma estrangeiro	
Situações comuns	Função de combate
Abordagem de líderes locais	Inteligência, comando e controle
Operações conjuntas com militares estrangeiros	Movimento e manobra
Informações culturais	Inteligência
Contato com nativos	Inteligência
Briefings operacionais	Movimento e manobra
Leitura de documentos	Comando e controle
<i>Contatos via telefone</i> <i>uso de intermediários culturais</i>	Comando e controle
<i>Posto de controle de estradas</i>	<i>Inteligência, comando e controle</i>
Aprendizado do idioma local	Inteligência
Primeiros socorros	Proteção
Relacionamentos sociais	Inteligência e proteção
Transporte de materiais em comboios	Logística
Leitura de grafites	Inteligência e proteção
Emissão de ordens de operações	Movimento e manobra Comando e controle
CIMIC	Inteligência
Localização de endereços e rotas	Movimento e manobra Comando e controle Logística Inteligência
Revistas de pessoal	Comando e controle

Quadro 1 – Necessidades de uso do idioma estrangeiro

Fonte: os autores

O levantamento feito por meio do instrumental teórico e analítico da Linguística de *Corpus* permitiu a descoberta detalhada de diversas necessidades de comunicação em língua estrangeira em missões de paz, por não somente analisar as palavras destacadas de forma isolada, mas também no seu contexto de uso. Para cada situação que o uso do instrumental da Linguística de *Corpus* permite descrever, é possível gerar uma necessidade de preparação linguística específica, com espaço para o desenvolvimento de diversas propostas pedagógicas convenientes, dentre as quais destacamos o ensino e prática de:

- a. comandos de ordem unida em língua inglesa (podem ser usados em missões em que haja progressão da tropa);
- b. verbos na forma imperativa para comandos diversos a subordinados (aplicáveis aos habitantes locais durante as operações);
- c. vocabulário para introduzir, desenvolver e concluir apresentação, palestra ou reunião (estruturas linguísticas que facilitam a construção do discurso);
- d. oratória em língua inglesa, língua franca da maioria das missões, na condução de briefings e reuniões (emissão e recebimento de ordens em idioma estrangeiro);
- e. preparação de atas e relatórios de reunião com vocabulário específico (importante para debriefings);
- f. estruturas formais e informais da língua inglesa aplicadas na escrita do gênero textual relatório (formais para a estrutura da produção escrita deste gênero linguístico, informais

para reconhecer e relatar alguma fala de habitante local);

- g. expressões idiomáticas (importante reconhecê-las e usá-las quando necessário);
- h. conversação via telefone e rádio; naturalmente impõe dificuldade (deve ser treinado o uso de idioma estrangeiro com os ruídos naturais desses modos de comunicação);
- i. conectores textuais diversos (adição de ideias, graduação de importância, sequência de argumentos, contraste, comparação etc.);
- j. vocabulário médico básico (para solicitar e prestar socorro);
- k. narrativas (associadas à produção de relatórios);
- l. vocabulário associado à geografia local (para descrição de locais e identificação de possíveis posições inimigas);
- m. vocabulário relativo à história do país local (fundamental para a aproximação cultural com a população local);
- n. leitura e interpretação de textos locais, jornais e revistas (para atualização da inteligência das operações e nível de agressividade da tropa);
- o. linguagem descritiva (para os relatórios);
- p. linguagem relativa ao sistema de medida local (fundamental para noções de distância, peso e massa);
- q. adjetivos com intuito descritivo (para detalhamento dos relatórios escritos e verbais);
- r. advérbios de frequência (para detalhamento dos relatórios escritos e verbais);

- s. condução de briefings (tranquilidade à frente de audiência internacional);
- t. preparação para entrevista com mídia local (fundamental para bem representar a Força);
- u. vocabulário referente aos tipos de ações militares mais usados em uma missão de paz: patrulhas, escoltas, cercos, investidas, postos de bloqueio e controle de estradas, CIMIC etc. (condução dessas operações com força-tarefa internacional);
- v. verbos e preposições necessários à comunicação para coordenação (em inglês, verbs followed by prepositions, na condução de operações com força tarefa internacional);
- w. substantivos e seus complementos para a coordenação de operações (em inglês, nouns followed by prepositions, na condução de operações com força-tarefa internacional);
- x. vocabulário descritivo com uso de adjetivos e nomes com função adjetiva (para detalhamento dos relatórios escritos e verbais);
- y. interpretação de texto informal (por vezes mensagens são colhidas da internet, de pichações nas ruas, entre outras formas; ressalta-se a importância de reconhecimento das gírias e expressões idiomáticas locais);
- z. vocabulário comercial para a aquisição de materiais ou solicitação em ações de CIMIC (por vezes o próprio oficial de comunicação social deve intermediar a compra de determinado material necessário à execução da missão por saber especificamente o que é necessário; pelo fato de a quantidade ser pequena, pode-se evitar o envolvimento de um oficial de logística);
- aa. exercícios de conversação em dois ou mais idiomas (por vezes, isso é necessário para a intermediação de uma comunicação entre dois estrangeiros que não dominam a língua franca);
- bb. exercícios de escuta em dois ou mais idiomas (por vezes, isso é necessário para a intermediação de uma comunicação entre dois estrangeiros que não dominam a língua franca);
- cc. realização de comunicação estratégica (para aproximação entre a tropa e a população local, United States Joint Force Command, 2010);
- dd. uso de smart cards e cultural cards,⁵ essencial para rápidos estudos prévios, preparativos à reuniões e diálogos com habitantes locais;
- ee. evolução histórica em idioma estrangeiro (complementa a compreensão geral sobre o país onde a missão é desdobrada);
- ff. descrição de costumes locais em língua estrangeira (saudações, refeições etc.);
- gg. pronomes de tratamento para homens, mulheres (casado/a, solteiro/a ou quando não se identifica o estado civil);
- hh. interpretação de entonação, ironia e ênfase em conversação; essencial para a previsão de uso de certos

- vocabulários e expressões durante uma conversação, o que facilita a compreensão auditiva em ambiente com ruídos;
- ii. construções no modo imperativo;
 - jj. tempos verbais em conversas informais (estruturas gramaticais complexas por vezes não são apropriadas para conversas informais);
 - kk. tempos verbais em conversas formais;
 - ll. atividades de pré-leitura (facilita a compreensão contextual de textos complexos);
 - mm. atividades de interpretação de textos com expressões idiomáticas (não basta enriquecer apenas a compreensão de vocabulário isoladamente);
 - nn. análise de discurso de caráter persuasivo;
 - oo. dispositivos linguísticos que interfiram no convencimento (interessante a prática de exercícios identificando as características de escolhas lexicais e de tempos verbais de discursos de figuras representativas na comunicação proposta para o convencimento).

A extração de padrões de linguagem de uso coletivo a partir de estudos linguísticos com *corpora* eletrônicos, como esta seção buscou demonstrar, pode conduzir os docentes de língua estrangeira para fins específicos, no caso particular, para desempenho em missões de paz, a ações pedagógicas mais eficientes, adequando o material didático às reais necessidades de uso do idioma, ou mesmo produzindo material próprio.

Considerações finais

O cenário mundial atual dos conflitos bélicos nunca esteve tão atrelado às observâncias internacionais no que tange aos direitos e deveres das partes envolvidas em algum tipo de operação militar. A pressão da opinião pública e o acompanhamento pela mídia acontecem em tempo real, sendo que qualquer “desentendimento” entre a tropa e a população local pode ocasionar reações graves dos organismos internacionais sobre qualquer atitude que viole indevidamente a vida, a integridade física ou os direitos de alguém.

O Exército Brasileiro, apesar de não estar envolvido em uma campanha expedição contra um inimigo declarado desde a Segunda Guerra Mundial, participa de diversas missões de paz da ONU, ocasiões em que representa nosso país em variadas regiões do mundo, com destaque para o Canal de Suez, África e, atualmente, o Haiti. Guardadas as proporções de aplicação de violência, uma missão de paz da ONU possui características semelhantes às das missões de guerra com ocupação regular de um país. O mesmo pode-se dizer das dificuldades em se comunicar com os habitantes locais e o staff internacional envolvido. Nesse mister, a investigação realizada preocupou-se com o desempenho linguístico dos oficiais brasileiros em missões de paz e realizou uma análise comparativa sob a perspectiva da linguística de corpus.

O estudo desenvolveu-se com o objetivo de responder ao seguinte questionamento: quais são os recursos linguísticos necessários aos oficiais brasileiros para desenvolver

satisfatoriamente a comunicação em idioma estrangeiro nas diversas situações de emprego em missões de paz da ONU?

Para que esse problema pudesse ser respondido, buscou-se identificar necessidades específicas de uso satisfatório do idioma estrangeiro por oficiais do Exército Brasileiro empregados em missões de paz da ONU, e, a partir dessa identificação, os trabalhos de análise e discussão de resultados levaram à construção da resposta ao problema proposto.

A pesquisa bibliográfica corroborou para que se identificassem diversas características específicas de comunicação em idioma estrangeiro nas missões de paz, disponibilizando conhecimentos úteis sobre esse tipo de operação militar e destacando as especificidades e necessidades das situações de comunicação em ambiente de missões de paz.

Do resultado fornecido pela aplicação do questionário aos veteranos brasileiros de missões de paz da ONU, pode-se concluir que a grande maioria ainda não possui recursos linguísticos suficientes para desenvolver satisfatoriamente comunicação em idioma estrangeiro em missões dessa natureza, o que pode comprometer estrategicamente o sucesso da missão e nossa projeção internacional.

Reconhece-se que atualmente existe um esforço para que nossos oficiais recebam preparação específica em idioma estrangeiro para atuação em missões de paz, mas ficou claro, pela análise das respostas, que os militares entrevistados ainda não se sentem suficientemente preparados. Muitos relataram ter buscado, por investimento particular, au-

xílio por meio de aulas particulares de idiomas, sendo que a maior parte reconheceu o quanto importante é o domínio de uma língua estrangeira para a execução dos trabalhos em uma missão de paz.

Foi observada a dificuldade em se contar com a presença de intérpretes todo o tempo durante as variadas missões. Foi, ainda, questionado o nível de confiabilidade dos nativos que atuam como intérpretes, em cooperação com as tropas brasileiras. Concluiu-se que a preparação linguística em nível ainda insuficiente para as necessidades de comunicação em missões de paz coloca em risco a vida de militares e civis pela falta de entendimento mútuo em interações de caráter persuasivo e coercitivo, presentes nas ações de coordenação e segurança das operações.

A comparação entre o questionário aplicado aos veteranos brasileiros e americanos do Iraque e Afeganistão resultou no conhecimento de diversas semelhanças de necessidades de comunicação entre as duas partes, em missões de paz e conflitos regulares. Os ensinamentos colhidos foram divididos por afinidades em relação às funções de combate a fim de que possam ser organizados para uma futura exploração pedagógica. Confirmou-se, por meio dos exemplos passados pelos veteranos, a extrema relevância metodológica da doutrina Key Leader Engagement para a condução e estruturação teórica da comunicação estratégica em idioma estrangeiro em área de conflito.

Como terceiro procedimento metodológico utilizado para que se respondesse ainda de forma mais precisa ao problema proposto e se alcançasse o objetivo geral da

pesquisa desenvolvida, foi realizada a análise linguística do *corpus* textual fornecido pelos relatos dos veteranos brasileiros através do questionário aplicado. Tal análise permitiu que se identificassem as situações de comunicação mais recorrentes em uma missão de paz, com exemplos reais de aplicação de recursos linguísticos para que o trabalho daqueles oficiais fosse realizado.

Uma imensa variedade de necessidades foi apresentada quando se analisou as palavras com maior frequência através do *software* WordSmith Tools, entre as demais do *corpus* formado, inseridas nos diversos contextos de comunicação. Cada um desses contextos representou uma necessidade específica, mostrando com detalhes o que se esperava, em termos de recursos linguísticos, para que um oficial brasileiro realizasse satisfatoriamente a comunicação em idioma estrangeiro em uma missão de paz da ONU.

Pelos resultados expostos, obtidos através da aplicação das possibilidades analíticas da Linguística de *Corpus*, foi possível a identificação dos recursos linguísticos necessários ao desempenho satisfatório em idioma estrangeiro dos oficiais brasileiros empregados em missões de paz.

Cabe destacar que o instrumental teórico e analítico utilizado, a Linguística de *Corpus*, disponibiliza formas exploratórias capazes de indicar e promover os elementos necessários para se iniciar uma reestruturação nas propostas pedagógicas aplicadas à preparação dos oficiais enviados para as missões de paz. Acreditamos que, com uma preparação linguística ade-

quada às necessidades específicas desse tipo de missão, o Exército Brasileiro terá condições de melhorar sua capacidade de trabalho e sua projeção perante o *staff* internacional que participa dos contingentes e, também, perante os habitantes locais do país auxiliado pela ONU.

Por fim, observa-se que os resultados obtidos sugerem estudos futuros para o encaminhamento de ações de melhoria no ambiente de ensino e aprendizagem de idioma estrangeiro, especialmente no que diz respeito a:

- a. necessidades de uso de idiomas estrangeiros com vocabulário específico, contextualizado para as necessidades de comunicação das diversas situações características das ações em missões de paz;
- b. necessidades de uso de idiomas estrangeiros com vocabulário específico (jargão da área) das armas, quadro e serviço;
- c. aplicabilidade da inclusão do ensino do método de KLE para missões de paz;
- d. aplicabilidade da instauração da função oficial de idiomas e assuntos estrangeiros por organização militar;
- e. criação de curso de idiomas estrangeiros em plataforma virtual para treinamento, nos moldes da doutrina Key Leader Engagement, e adaptado para as missões de paz;
- f. aplicação de treinamentos de reconhecimento de sotaques estrangeiros por videoconferências em parceria com nações amigas.

Referências

- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Carta das nações unidas e estatuto da corte internacional de justiça. San Francisco: 26 jun 1945. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/informacao-sobre-a-onu/12>. Acesso em 08 de setembro de 2016.
- CUNHA, V. M. Foreign languages in combat: military and English teaching through a corpus-based perspective. 2013. 124f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- KENNEDY, G. *An introduction to corpus linguistics*. New York: Longman, 1998
- SOUZA JÚNIOR, I. A. Tradução e interpretação militar brasileira em missões de paz da ONU: a relevância de um serviço especializado. *Military Review*, Fort Leavenworth, v. 70, n. 3, p.68-78, maio/jun, 2015.
- UNITED STATES JOINT FORCES COMMAND. *Commander's handbook for strategic communication and communication strategy*. Suffolk, VA.: US Joint Forces Command, Joint Warfighting Center, 2010.
- N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Artigo 1, Capítulo 1 da Carta da ONU, <https://nacoesunidas.org/carta/cap1/>.

² A coleta de dados de um dos informantes se deu pelo instrumento *entrevista*, em razão de sua elevada posição hierárquica.

³ A doutrina KLE promove a compreensão, por parte das lideranças locais, dos propósitos da missão, das expectativas da tropa e vice-versa, reduzindo os desentendimentos entre as partes. Essa doutrina não somente engaja os principais líderes em momentos de crise, mas atua processualmente na construção do relacionamento e deve estar presente todo o tempo.

⁴ Linguística de *Corpus*: área de estudo da linguística que utiliza um *software* para a realização de análise de um conjunto de textos, o *corpus* linguístico. Este, por sua vez, é utilizado para alimentar o *software* como um banco de dados, que passa ser fonte de uma infinidade de informações a respeito do léxico e dos padrões linguísticos analisados. (KENNEDY, 1998)

⁵ Cartões ilustrados, com anotações de apoio, contendo informações culturais a respeito de hábitos, costumes, datas festivas, eventos religiosos, comidas típicas e simbologias significativas, representantes da vida cotidiana dos falantes do idioma estrangeiro em questão. Integra o material didático do *Commander's handbook for strategic communication and communication strategy*.

Biblioteca do Exército

Tradição e Cultura

Desde sua criação, em 1881, a Biblioteca do Exército (BIBLIEC) tem sido importante vetor de difusão cultural. Seu acervo de consulta está à disposição do público civil e militar, com obras sobre História Militar, Relações Internacionais, Geopolítica, Estratégia e outros assuntos correlatos.

Em 1937, iniciou um programa editorial que firmou a tradição pela qualidade de suas publicações, as quais são distribuídas aos seus assinantes e também disponibilizadas para venda avulsa.

Seja um assinante da BIBLIEC! Receba livros e revistas a preços com desconto.

As publicações da BIBLIEC são obras de natureza profissional-militar e de cultura geral.

Livros da Coleção General Benício e revistas são disponibilizados para civis e militares mediante assinatura, uma forma de aquisição que oferece ao cliente as seguintes vantagens:

- ✓ comodidade de recebimento em seu endereço, por via postal;
- ✓ preço com expressivo desconto;
- ✓ pagamento facilitado para militares (em até 12 vezes);
- ✓ pagamento mediante Guia de Recolhimento da União (GRU).

	Assinatura anual	Valor (R\$)
Coleção Gen Benício	Completa – 10 livros	280,00
	Compacta – 5 livros	150,00
Revistas	A Defesa Nacional (quadrimestral)	
	Revista do Exército Brasileiro (quadrimestral)	40,00
	Revista Militar de Ciência e Tecnologia (trimestral)	

Visite nossa homepage
www.bibliex.ensino.eb.br

assinantes@bibliex.ensino.eb.br / vendas@bibliex.ensino.eb.br

Tel.: (21) 2519-5715 e 2519-5716 / 2519-5732 e 2457-4747

Fax.: (21) 2519-5569

Armas-Sujas¹

*Reinaldo Nonato de Oliveira Lima**

Preâmbulo

Em pesquisas realizadas, verifica-se que o conceito de “armas-sujas” assenta-se eminentemente em sua estrutura física, qual seja, em seus elementos constitutivos, mediante a combinação de explosivos convencionais com material radioativo. Segundo esse parâmetro, a denominação mais comum para essas armas tem sido a de “bombas sujas”.

Descrição extraída da Wikipédia apresenta o seguinte comentário:

Bomba suja é uma arma radiológica especulativa que combina material radioativo com explosivos convencionais. Seu objetivo é contaminar a área em torno da explosão com material radioativo. Sua finalidade seria criar impacto psicológico, mais do que físico, por pânico em massa e terror. Além disso, a contenção e a descontaminação de milhares de vítimas, bem como a descontaminação da área afetada, poderia (sic) exigir tempo e gastos consideráveis, tornando as regiões afetadas parcialmente inutilizadas, o que causaria danos econômicos.²

A partir dessa descrição, pode-se inferir que o conceito de “armas-sujas” encerra outros elementos além de sua sim-

plex configuração, envolvendo inclusive aspectos de ordem psicossocial.

A concepção de arma suja vai muito além de sua simples configuração física.

Assim, o presente artigo tem como escopo apresentar uma conceituação bem mais abrangente de tais artefatos, extrapolando sua estrutura física e orientando-se mais pelos efeitos desejados com seu emprego, a par da forma bárbara com que têm sido utilizados.

Naturalmente que as armas que compõem a dotação das forças regulares do Estado, tanto as destinadas à defesa nacional quanto as de emprego na segurança pública, não se enquadram no universo conceitual de armas-sujas ora apresentado. As armas do Estado constituem meios legais e ostensivos para o exercício de atividades constitucionais e, como tais, somente devem ser empregadas segundo normas legais de amplo conhecimento da sociedade e de forças adversas que, porventura, ameacem interesses nacionais.

Além dos ditames constitucionais, a Política Nacional de Defesa do Brasil estabelece que o Estado

* Cel Art R/1 (AMAN/72), cursou a EsAO em 1981 e a ECEME em 1987. Atualmente, exerce a função de instrutor na ECEME.

detém o monopólio legítimo dos meios de coerção para fazer valer a lei e a ordem, estabelecidas democraticamente, provendo, também, a segurança. A defesa externa é a destinação precípua das Forças Armadas. (BRASIL, 2016, p. 1)

Duas referências históricas

Na Antiguidade, os gregos, durante a Guerra de Troia, exerciam um cerco que já durava nove anos à cidade fortificada de Troia. Porém, esta se mantinha inexpugnável.

Entretanto, em determinado momento, as tropas gregas simplesmente abandonaram o campo de batalha, dando a entender que, finalmente, haviam desistido de prosseguir no seu intento. Ao se retirarem, os gregos deixaram à mercê dos troianos um imenso cavalo de madeira, que, antes, parecia servir de apoio para a escalada das muralhas de Troia. Os troianos, por sua vez, interpretaram aquele abandono realmente como uma desistência grega e tomaram o cavalo como troféu de guerra, introduzindo-o em sua cidadela.



Figura 1 – Ilustração do Cavalo de Troia

Fonte: <http://io9.gizmodo.com/What's-the-Historical-Reality-Behind-the-Trojan-Horse>

À noite, porém, guerreiros gregos ocultados no interior do grande cavalo saíram, renderam as sentinelas troianas e escancaram os portões para a entrada das tropas gregas que aguardavam abrigadas à distância.

A partir daí, a derrota troiana foi fatal...

Lenda ou não, esse estratagema, hoje conhecido como “presente de grego”, rompeu com a concepção bélica da época, em que as tropas se confrontavam ostensivamente, frente a frente, em guerras declaradas, e a figura do herói encerrava um quê de romantismo.

Teria sido essa artimanha um “jogo sujo”, segundo a associação que se faz hoje à expressão “presente de grego” como algo enganador?

Na Idade Média (séculos V ao XV), em que proliferavam as guerras entre feudos e reinos — como a Guerra dos Cem Anos —, e até mesmo por questões religiosas — como as Cruzadas —, uma das táticas predominantes era o “sítio”, que buscava o isolamento dos habitantes das fortalezas (castelos), provocando sua rendição pela fome. Nessas oportunidades, era comum o derramamento de óleo fervente sobre os combatentes que tentavam escalar as muralhas das praças fortes adversárias. Embora fosse empregada no contexto da batalha, essa “arma” provocava sofrimentos atrozes nas vítimas, uma verdadeira tortura, com danos irreparáveis. Sob esse enfoque, o uso do óleo fervente tinha nítida conotação de arma-suja.

Por outro lado, o cerco, destinado a exaurir pessoas pela fome, também se mostrava como arma-suja. Aliás, até nos dias atuais, essa arma vem sendo empregada, conforme constatado na guerra civil que assola

a Síria há mais de cinco anos. Esses cercos de cidades impedem que moradores recebam ajuda humanitária, como alimentação e medicamentos, redundando em muitas mortes por inanição e epidemias.

Uma visão atual

De acordo com a proposta deste artigo, a abordagem que se faz de “armas-sujas”, conforme será exemplificado mais adiante, concentra-se, principalmente, em seus efeitos deletérios de toda ordem, a par do *modus operandi* com que são empregadas indistintamente. Esse enfoque não exclui considerações sobre a constituição física de tais artefatos, já que eles se valem de elementos proscritos por diversas convenções internacionais.

Artefatos explosivos são de fáceis fabricação e obtenção, inclusive mediante ampla orientação disponível na Internet.

O material explosivo, em sua maioria o TNT (trinitrotolueno), encontra-se disponível no comércio ou extraviado de empreendimentos onde são largamente empregados, como pedreiras, abertura de túneis, demolições, construção de infraestruturas etc.

Quanto ao material radioativo que normalmente se associa aos explosivos, para caracterizá-los como “bombas-sujas”, também ele não se mostra de tão difícil obtenção, já que é encontrado em hospitais (medicina nuclear, radiologia etc.), indústrias de equipamentos hospitalares, centros de pesquisa científica, instalações de radiação de alimentos e em geradores termoelétricos, entre outras fontes, onde se sobressaem elementos como o césio-137, o cobalto-60 e o estrôncio-90.

Portanto, a construção e o emprego de uma “bomba-suja” é algo que não requer complexos arranjos, conforme será demonstrado no contexto das considerações sobre sua qualificação segundo os critérios propostos no presente artigo.

Um dos grandes temas abordados na IV Cúpula de Segurança Nuclear, realizada em março de 2016 em Washington, foi a necessidade de uma ação conjunta dos países no sentido de se evitar que material nuclear (radioativo) caia em mãos de terroristas, principalmente do Estado Islâmico (Daesh), tendo em vista que essa organização é usuária contumaz de armas-sujas.

Considerações sobre o entendimento de armas-sujas

Segundo a abordagem ora proposta, o conceito de arma-suja estende-se além de sua simples configuração física.

Assim, inúmeros aspectos podem servir de escopo para se qualificarem essas armas como tais, seja em decorrência de seus bárbaros efeitos, seja pela forma indiscriminada com que são empregadas, com requintes de crueldade, afetando principalmente pessoas inocentes, que nada têm a ver com as idiossincrasias de seus autores.

A seguir, são apresentadas considerações gerais sobre a qualificação de armas-sujas segundo a proposta deste artigo.

Jeremy Scahill, autor de *Blackwater* (2008), escreveu o livro *Guerras Sujas – o Mundo é um campo de batalha*. Nessa obra, o autor faz menção a eliminações de pessoas perpetradas por Estados como parte essencial de “política de segurança nacional”.

O livro narra a história da expansão das guerras secretas dos Estados Unidos, do abuso das prerrogativas do Poder Executivo e do instituto dos segredos de Estado, bem como do emprego de unidades militares de elite que prestam contas exclusivamente à Casa Branca,

no complexo contexto das ações contra o terrorismo. Essa consideração permite inferir conjecturas sobre o enredo de armas-sujas que se desenvolve nos bastidores de políticas de Estado quando está em jogo o “tudo ou nada”.

É fácil deduzir o que acontece de emprego de armas-sujas em campos de batalha não declarados, onde as organizações terroristas são os mais extremados adeptos da utilização de tais armas, como será exemplificado mais adiante.

A I Guerra Mundial (1914-1918) caracterizou-se por ser uma “guerra de trincheiras”, em que se empregou em larga escala o gás clorô (gás clorídrico), caracterizando a primeira utilização ostensiva de armas químicas.

Os efeitos adversos provocados pela inalação desse gás tóxico levavam à asfixia dos combatentes, além de queimaduras nos olhos, na garganta e nos pulmões, bem como cegueira, náuseas e fortes dores de cabeça, culminando muitas vezes com a morte lenta de combatentes.

Além do gás clorídrico, foi empregado também o gás mostarda, ainda mais letal. Segundo dados coletados sobre a I Guerra Mundial, mais de 124 mil toneladas de 21 agentes tóxicos diferentes provocaram um milhão de baixas, com 90 mil mortes.

Pelo fato de o emprego desses agentes químicos caracterizar um verdadeiro ato de



Figura 2 – Trincheira na I Guerra Mundial

Fonte: o autor

tortura, qual seja, uma arma-suja, o Protocolo de Genebra (1925) proibiu terminantemente o uso de armas químicas nos campos de batalha.

No contexto da II Guerra Mundial (1939-1945), também houve o emprego de armas químicas, embora já proscritas anteriormente. Muitos combatentes foram literalmente incinerados ao vivo com o emprego de lança-chamas. Mas, o paroxismo do uso de armas-sujas verificou-se no lançamento de bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki e nos fornos de cremação de judeus confinados em campos de concentração nazistas, redundando no extermínio de milhões de civis não envolvidos nos combates.

As armas nucleares são consideradas armas de destruição em massa, afetando muito mais comunidades civis do que combatentes nos campos de batalha; fora, portanto, do propósito imediato de destruir forças armadas em confronto. Daí, sua nítida característica de armas-sujas, causadoras, além da morte, do caos social, de mutilações irreversíveis, de deterioração ambiental, entre outros efeitos deletérios.



Figura 3 – Bomba atômica

Fonte: www.americainwwii.com (Victory Mania!)

Segundo especialistas, uma bomba termonuclear (hidrogênio), pesando pouco mais de um quilo, como a Coreia do Norte afirma já ter desenvolvido, pode produzir uma força explosiva equivalente à detonação de cerca de um milhão de toneladas de TNT.

As principais potências nucleares da atualidade, com destaque para os Estados Unidos, têm promovido encontros de cúpula, como o ocorrido em 2016, em Washington, no sentido de incrementar esforços globais para impedir que armas nucleares caiam em mãos de organizações terroristas, principalmente do Estado Islâmico, além de desestimular a posse desse tipo de arsenal por novos detentores nacionais, a exemplo do que se fez em relação ao Irã e das sanções em vigor contra a Coreia do Norte.

Entretanto, verifica-se um eloquente contrassenso nessas iniciativas, visto que, diante da hecatombe que tais armas podem provocar, o mais sensato seria a formação de



Figura 4 – Cremação de judeus

Fonte: o autor

um consenso mundial no sentido de se eliminarem definitivamente esses arsenais. Porém, os atuais detentores não querem abrir mão dessa “capacidade dissuasória”, exemplo que só serve para estimular o surgimento de novas potências nucleares.

Segundo o historiador britânico Robert Service (2015), no auge dos regimes comunistas implementados no século XX, particularmente na Europa e na China, dissidentes [e foram muitos] da ideologia marxista-leninista implantada em seus países eram barbaramente internados em campos de trabalho forçado, com todas as suas adversidades, sob o propósito de sofrer “puriificação mental”. Nesses casos, os prisioneiros eram, muitas vezes, submetidos à ingestão forçada de drogas “psicóticas” em hospitais psiquiátricos, com a finalidade de serem demovidos de sua reação ao regime.

Essa atuação totalitária de Estados comunistas, buscando neutralizar a individu-

alidade de cidadãos, nada mais foi do que uma arma-suja oficial, de amplo emprego na vertente psicossocial, caracterizando mais uma faceta desse tipo de arma.

A Guerra do Vietnã, ocorrida no Sudeste Asiático entre os anos de 1955 e 1975, foi pródiga no uso de armas-sujas, principalmente em decorrência da ampla atuação das forças guerrilheiras vietcongues.

A variedade de armas-sujas desenvolvidas ao longo dessa guerra revelou o requinte de crueldade dos idealizadores nativos, pois a maioria delas, à base de estacas pontiagudas e infectadas com fezes, visava a impingir dores atrozes às vítimas, culminando muitas vezes com uma morte lenta e bastante sofrida. Paralelamente, os vietcongues infiltravam, nos vilarejos, combatentes descaracterizados como tais, dissimulados de camponeses sul-vietnamitas, o que levou tropas americanas a atuar operativamente contra vários civis inocentes. Tal fato chegou a provocar massacres de comunidades locais, como o de My Lai, e a incitar soldados americanos a cometer barbaridades, como o

estupro de jovens sul-vietnamitas. Era arma-suja provocandoarma-suja...

A atitude irregular dos vietcongues foi consequência da assimetria do poder de combate diante dos americanos, como forma de compensar sua inferioridade bélica.

Em contrapartida, as forças americanas fizeram extensivo uso de armas químicas desfolhantes, que arrasaram vasta área florestal, além de napalm, de elevado poder incendiário.

Houve também largo emprego de lança-chamas e gases para desalojar guerrilheiros escondidos no emaranhado dos túneis subterrâneos por eles construídos.

O fato é que o pregaro dos combatentes americanos para uma guerra convencional mostrou-se ineficaz diante das armas-sujas com que depararam nesse conflito, levando a que muitos deles, no fragor do combate, relegassem os valores morais adquiridos e passassem a retaliar o inimigo indistintamente — civis e militares —, de forma a anular sua atuação solerte. Foi, enfim, uma guerra de armas-sujas por excelência...



Figura 5 – Armadilha vietcongue

Fonte: o autor



Figura 6 – Armadilha vietcongue

Fonte: o autor



Figura 7 – Menina vítima de napalm

Fonte: www.pragmatismopolitico.com.br (Fotografia histórica da Guerra...)

Uma arma-suja que teve emprego exponencial em vários conflitos no Mundo foram as minas antipessoal (AP).

Essas armas mataram e mutilaram indistintamente civis e combatentes onde foram empregadas. Sua ação persistiu (e ainda persiste?) por muito tempo após o término dos conflitos em que foram empregadas.

Além dos danos pessoais irreversíveis, elas impediam a utilização das áreas onde foram lançadas para quaisquer empreendimentos, principalmente os de natureza agropecuária.

As minas AP foram amplamente empregadas na II Guerra Mundial, na Guerra do Vietnã e, mais recentemente, em conflitos na África, na América Central e na América do Sul, fazendo milhares de mortos e mutilados.

Não foi em vão que inúmeros acordos internacionais e diplomas legais, como a Resolução nº 51/45 da Assembleia-Geral das Nações Unidas

(1996) e a Convenção de Oslo (1997), entre outros, foram acatados em todo o Mundo com o firme comprometimento de proibir a utilização, a produção e a armazenagem de minas AP, bem como de impor aos detentores a destruição total de tais artefatos.



Figura 8 – Um tipo de mina AP

Fonte: [//ciencia.hsw.uol.com.br/minas-terrestres2.htm](http://ciencia.hsw.uol.com.br/minas-terrestres2.htm)

No ano de 1995, em Tóquio, membros da seita religioso-terrorista Aum Shinrikyo dispersaram grande volume de gás *sarin* (incolor e letal) no metrô, exatamente na hora do *rush* (8 horas), afetando mais de seis mil pessoas e causando muitos óbitos. Este é mais um de tantos exemplos de emprego inesperado de armas-sujas contra grandes concentrações populares.

Mais recentemente, armas-sujas têm proliferado por conta de atividades terroristas e guerras civis. Organizações terroristas são pródigas no emprego dessas armas.

As ações terroristas caracterizam-se principalmente pela surpresa e pela incidência em áreas urbanas com grandes concentrações de pessoas. Esse aspecto, por si só, já demonstra que, diante do propósito de obter o máximo de repercussão para seus pleitos, os resultados pretendidos redundam em atos desumanos, pois são praticados indistintamente, contra alvos inocentes, de maneira covarde e amplamente traumática.

Na guerra civil que há cinco anos assola a Síria, tem-se verificado o emprego de várias armas-sujas. Entre elas, foram localizados tambores recheados com explosivos e sucatas metálicas lançados de aeronaves sobre áreas humanizadas, sob o argumento de destruir redutos insurgentes, porém cei-

fando vidas indistintamente. Também nesse conflito, foi confirmado por relatórios de observadores da ONU o uso de gases *sarin* e mostarda em condições similares às acima descritas.

Em setembro de 2001, os Estados Unidos viram-se surpreendidos por um inesperado ataque terrorista da al-Qaeda contra as Torres Gêmeas do World Trade Center (WTC), em New York, e o Pentágono, em Washington (DC).

As armas então utilizadas foram quatro aeronaves civis de grande porte, seqüestradas com passageiros, três atiradas contra aquelas edificações e uma que caiu nas proximidades de Shanksville (Pensilvânia). Em nenhuma das quatro houve sobreviventes, e muitas mortes foram provocadas no WTC.

Essa ação de transformar aeronaves de carreira em armas-sujas deixou o Mundo estupefato...



Figura 9 – Ataque ao WTC

Fonte: www.perfilnews.com.br (Terroristas abalaram...)

Além dessa inusitada ação contra os Estados Unidos, a al-Qaeda tem longa atuação também no Oriente Médio, na África, na Ásia e até na Europa, valendo-se de várias ramificações terroristas que comungam os ideais extremistas daquela organização e têm perpetrado inúmeras ações terroristas nas regiões mencionadas.

As mais diversas formas de armas-sujas têm sido desenvolvidas e empregadas por essa organização fundamentalista islâmica e suas congêneres, particularmente no Afeganistão e no Paquistão, onde seu líder máximo — Osama bin Laden — acabou sendo eliminado por forças especiais dos Estados Unidos em 2011, quando se encontrava clandestinamente em sua mansão em Abbottabad.

Por ação dessas organizações, podem ser citadas, entre outras, armas-sujas como: homens-bomba; carros-bomba; bombas artesanais, inclusive presas a cachorros, acionadas por controle remoto; objetos armadilhados “despretensiosamente” deixados ao alcance público; ataques com armas de fogo pesadas; tudo empregado indistintamente contra concentrações populares, em cumprimento à segunda *fatwa* de declaração de guerra aos Estados Unidos e seus aliados, segundo a qual “matar americanos e seus aliados, civis e militares, é um dever individual de todo muçulmano capaz de fazê-lo”.

O Taleban (Talibã) é um movimento fundamentalista islâmico com expressiva atuação no Afeganistão e no Paquistão.

Sua origem remonta à invasão do Afeganistão (1979-1989), oportunidade em que os Estados Unidos forneceram armas aos *mujahidins* para atuar contra os invasores.

A partir daí, essa organização passou à prática de guerrilha contra as tropas russas, ação que não prescindia do emprego de armas-sujas.

Dentre as muitas ações terroristas que o Taleban vem praticando, exemplifica-se com a mais recente (março de 2016):

[...] a explosão de um homem-bomba em um parque onde famílias cristãs celebravam a Páscoa, em Lahore, provocando inúmeros mortos e feridos, sendo a maioria de mulheres e crianças. Só em 2015, 7 mil cristãos foram mortos por motivos religiosos. (Revista VEJA nº 2472 – 6/4/2016)

O Hezbollah (“Partido de Deus”) é uma organização paramilitar islâmica xiita natural do Líbano. A par de alguns serviços sociais (escolas, hospitais etc.) que conduz naquele país, seu braço armado (Jihad Islâmica) atua como organização terrorista que se vale também de armas-sujas, principalmente intensos explosivos. Além disso, exerce controle sobre o plantio e a produção de drogas, como marijuana e haxixe, no vale do Bekaa.

Em Beirute, no ano de 1983, a Jihad Islâmica desencadeou pesado ataque contra a Embaixada americana, provocando a morte de 241 marines dos Estados Unidos e 58 paraquedistas franceses, integrantes de uma força de paz.

O Hezbollah foi acusado de ter conduzido um ataque com carro-bomba contra a Associação Mutual Israelita da Argentina (AMIA) em 1994, por “procuração” do Irã. O evento redundou na morte de 85 pessoas, além da destruição da sede da AMIA.

A organização terrorista Boko Haram, cuja *sharia* prega o combate a tudo o que se relaciona à cultura ocidental, atua intensamente na África, em especial na Nigéria. Esse grupo extremista sequestra mulheres jovens e as submete à condição de escravas sexuais, dissemina ataques a bomba em diversas cidades nigerianas,



Figura 10 – Grupo extremista do Boko Haram

Fonte: o autor

extermina pessoas aleatoriamente, mutila mulheres, principalmente jovens, em suas partes genitais, provoca explosões em templos religiosos, degola pessoas indistintamente, dentre tantas outras atrocidades. Ou seja, essa organização é altamente contumaz no uso de armas-sujas. Além disso, o Boko Haram tem utilizado crianças em seus ataques suicidas (crianças-bomba). Até hoje, dezenas de crianças já foram forçadas a cometer esses ataques suicidas. Com isso, a violência do Boko Haram está contribuindo para a destruição de uma geração nigeriana.

Segundo divulgado na Imprensa, soldados do Sudão do Sul (África) têm sido autorizados por seu governo a se valer de estupros e terror contra jovens e crianças em vilas e cidades como “instrumento de guerra” e como “forma de pagamento” (compensação) pelos serviços militares prestados. Em outras palavras, grupos paramilitares aliados ao governo estão sendo autorizados a violentar mulheres em substituição aos pagamentos. É mais um típico exemplo de uso oficial da força como arma-suja.

Atualmente, uma expressiva atuação de natureza eminentemente terrorista, com requintes de barbarismo, verifica-se na Síria e no Iraque — trata-se da organização extremista, de orientação wahhabita (sunita), conhecida por Estado Islâmico (EI), cuja pretensão maior é instalar um califado naquela região.

As armas-sujas empregadas pelo EI têm sido as mais cruéis imagináveis, como:

- execuções a sangue frio de pessoas, mediante tiros de pistola na nuca;
- decapitação coletiva de grupos “infiéis” por meio de cordel detonante envolvendo os pescoços;
- incineração de pessoas vivas aprisionadas em gaiolas de ferro;
- afogamentos de pessoas também presas em gaiolas;
- degola e amputações de mãos e pés a sangue frio, por meio de facas afiadas;
- lançamento de carros-bomba contra instalações sensíveis;

- destruição maciça de cidades e monumentos históricos, preservados como patrimônios da Humanidade, à guisa de “limpeza cultural”, implicando prejuízo irreversível para a História;
- pilhagem, seguida de venda, de tesouros arqueológicos e documentos históricos;
- violência sexual contra mulheres feitas prisioneiras;
- emprego de agentes químicos contra populações e forças adversas na Síria, principalmente gás mostarda.

Relatos de ex-integrantes do EI aportam que essa organização se vale de “drogas de combate” para tornar seus agentes insensíveis a quaisquer valores humanos, além de mais agressivos. Este é mais um tipo de arma-suja com o objetivo de desumanizar seus integrantes.

A atuação dos membros do EI tem sido tão horripilante que, na região do Oriente Médio, não há nenhum governo ou nenhuma outra organização que se disponha a compactuar com seus métodos terroristas. Em consequência, o EI é a única organização local que não conseguiu estabelecer qualquer tipo de aliança, tal a repulsa que a brutalidade de suas ações tem causado.

Outros tipos de armas-sujas

Além do exposto até aqui e diante do quadro de excrescência no uso de armas-sujas apresentado, é possível inferir o emprego de outras formas desses atos ou artefatos, conforme descrito a seguir, sempre sob o enfoque de barbarismo e dissimulação que os caracterizam. São tipos de armas-sujas cuja configura-

ção pode se materializar ou não, mas que são passíveis de emprego extemporâneo diante de qualquer descuido em sua avaliação.

Sob o prisma de degradação social e, por consequência, de enfraquecimento ou conturbação do moral nacional, forças adversas “subterrâneas” podem estimular um amplo consumo de drogas alucinógenas no seio da juventude do país-alvo, principalmente no universo dos soldados das Forças Regulares, com reflexos significativamente negativos para a defesa nacional. Há indícios de que esse tipo de arma-suja já se encontra em vigor em algumas partes do Mundo.

Uma forma de também denegrir a imagem de um país e, como tal, comprometer sua confiabilidade e a possibilidade de estabelecer alianças estratégicas é por meio da sabotagem de empreendimentos desse país, particularmente quando inseridos na cadeia produtiva internacional. Além dos prejuízos econômicos decorrentes, essa faceta sutil de arma-suja contribui para comprometer as condições de vida da sociedade, enfraquecendo o poder nacional.

Outro tipo velado de arma-suja, embora incomum, é a contaminação com toxinas ou agentes infecciosos de reservatórios de água potável, seja em estações de tratamento seja nas redes de distribuição.

Embora aparentemente incomum, essa hipótese não pode ser desconsiderada, principalmente no contexto de uma guerra civil ou de ação terrorista.

Na área cibernética, o emprego de armas-sujas tem adquirido expressivo vulto.

O envio de *e-mails*, por *hackers*, a funcionários de empresas que trabalham com infraestruturas críticas, como usinas nucleares e hidrelétricas, pode causar interrupções cruciais,

provocando verdadeiro caos nos grandes centros populacionais. Um exemplo recente foi o corte de energia elétrica, provocado por *e-mail*, na cidade ucraniana de Ivano-Frankivsk, deixando 1,4 milhão de pessoas sem energia durante seis horas.

Ainda nessa área de ameaças cibernéticas, a arma-suja pode ser utilizada por integrantes “inimigos” infiltrados no seio do pessoal que trabalha no sistema. Por essa razão, é fundamental que esses trabalhadores sejam rigorosamente selecionados antes de sua admissão, uma vez que um “estrago” dessa natureza, sutil, pode acarretar prejuízos e caos imensuráveis no país-alvo.

Uma arma-suja velada, que atua eminentemente no âmbito psicossocial, é a infiltração de elementos especializados em “doutrinar” principalmente estudantes e grupos jovens no sentido de que estes assimilem e passem a lutar por ideologias extremistas. Essa ação tem sido verificada também, de forma ostensiva, por leniência de governos comprometidos com outros valores que não os nacionais e em *sites* da rede internacional de computadores (Internet).

Alguns especialistas têm classificado as armas não letais como armas-sujas, já que causam dor, forte incômodo e até ferimentos sem, normalmente, provocar a morte. Nesse contexto, destacam-se munição de borracha (balas de borracha), *spray* de pimenta e bastões de eletrochoque. Na realidade, seu emprego é ostensivo e direcionado para o controle de distúrbios civis, principalmente quando culminam em manifestações violentas com depredações do patrimônio público e privado.

Complementando este tópico, podem ser citadas também armas-sujas como mochilas recheadas de explosivos, cartas-bomba e cor-

respondências contendo elementos infectantes como o antraz. Tais armas são normalmente dirigidas a alvos seletivos (autoridades), não implicando maiores danos para uma coletividade.

Conclusão

O propósito do presente artigo foi apresentar um enfoque mais abrangente do que sejam armas-sujas, extrapolando o conceito mais comumente encontrado, que se restringe à sua configuração física.

Para tal, foram tomados como base critérios referentes ao seu uso indiscriminado contra multidões pacíficas, suas características de artefatos torturantes e mutiladores, seu emprego como mídia negativa de cunho extremista ou ideológico, entre outros.

Em outros termos: arma-suja é aquela que, além dos danos físicos que provoca, fere a dignidade do ser humano, sua integridade psicológica; atinge indistintamente pessoas inocentes, indefesas, principalmente crianças; é aquela que traduz a insanidade mental de seus autores, cujo propósito, quando associada ao terrorismo, é dar repercussão a causas extremistas, defendidas por fanáticos alienados. A arma-suja é, enfim, aquela que, velada ou ostensiva, extrapola os valores humanitários e se reveste de características desumanas.

Mas, o fato é que, no labirinto de interesses nacionais e de organizações terroristas que conformam a conjuntura hodierna, as armas-sujas têm adquirido expressão inquietante para a sociedade internacional.

Hoje, o emprego dessas armas encerra abrangência global, principalmente atrelado a ações terroristas, alertando para o fato de que nenhum país está livre de sua ação deletéria.

Como tal, além de um consenso internacional no sentido de se implementar intensa campanha para sua proscrição, há que se dar ênfase total às **ações preventivas**.

Sob esse enfoque, ressalta-se a imprescindibilidade do trabalho integrado dos órgãos de Inteligência e de Direitos Humanos, em âmbito internacional, desde as atividades por eles desenvolvidas nas mais recônditas localidades do Mundo até aos mais elevados foros capazes de atuar nessa prevenção. Essa interligação tem de ser necessariamente ágil, desprovida de barreiras burocráticas, visto que é direcionada para o interesse de toda a Humanidade.

Os traumas psicológicos e físicos causados em milhões, ou bilhões, de seres humanos

pelo emprego em larga escala de armas-sujas clamam por uma reação mais eficaz da governança mundial, sob pena de a atual etapa da História ficar marcada por bilhões de casos de estresse pós-traumático, esquizofrenias, suicídios, mutilações, patologias que poderão seguir em trajetória ascendente caso não se adotem medidas radicais de contenção.

De qualquer forma, os profissionais da guerra — os militares principalmente — não podem ignorar a relevância da temática das armas-sujas, visto que, no contexto dos conflitos de amplo espectro, elas fatalmente serão empregadas nas localidades, no seio da população civil e nos campos de batalha, que, por sinal, se apresentam, cada vez mais, desprovidos de nítidas delimitações. ☺

Referências

- AL-QAEDA: Declarations & Acts of War.** The Heritage Foundation. Disponível em: <http://www.heritage.org/research/projects/enemy-detention/al-qaeda-declarations>. Acesso em 28/07/2016.
- BONSOR, Kevin.** *Minas Antipessoal. Como Tudo Funciona.* Disponível em: <http://ciencia.hsw.uol.com.br/minas-terrestres2.htm>. Acesso em 28/07/2016.
- BRASIL. Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2016.
- _____. Presidência da República. **Decreto no. 3.128, de 5 de agosto de 1999. Promulga a Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destrução** (1997). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3128.htm. Acesso em 27/07/2016.
- CENTRO SUPERIOR DE ESTUDIOS DE LA DEFENSA NACIONAL. La seguridad frente a artefactos explosivos.** [Madrid]: Ministerio de Defensa, 2009.
- FOTOGRAFIA HISTÓRICA** da Guerra do Vietnã completa 40 anos. **Pragmatismo Político.** 01/Jun/2012. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/06/fotografia-historica-da-guerra-do-vietna-completa-40-anos.html>. Acesso em 28/07/2016.
- GALDI, Madison.** Nigerian Military Captures regional Boko Haram emir, rescues Women & Children. **Center for Security Policy.** September 25, 2015. Disponível em: [3º QUADRIMESTRE DE 2016 | ADN](http://www.center-</p></div><div data-bbox=)

forsecuritypolicy.org/2015/09/25/nigerian-military-captures-regional-boko-haram-emir-rescues-women-children-2/. Acesso em 28/07/2016.

HASTINGS, Max. **O mundo em guerra: 1939-1945**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

INGLIS-ARKELL, Esther. **What's the Historical Reality Behind the Trojan Horse?**. 12/08/2014. Disponível em: <http://io9.gizmodo.com/whats-the-historical-reality-behind-the-trojan-horse-1668300685>. Acesso em 28/07/2016.

REVISTA VEJA. **Edição nº 2472**, 6/4/2016.

SERVICE, Robert. **Camaradas: uma história do comunismo mundial**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2015.

SCAHILL, Jeremy. **Blackwater: Ascensão do exército mercenário mais poderoso do mundo**. Tradução de Cláudio Carina e Ivan Weisz Kuck. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

_____. **Dirty Wars: the world is a battlefield**. New York, NY: Nation Books. 2013.

TERRORISTAS ABALARAM o mundo com a derrubada das torres gêmeas dos EUA. **Perfil News**. 11/09/2014. Disponível em: <http://www.perfilnews.com.br/noticias/brasil-mundo/terroristas-abalaram-o-mundo-com-a-derrubada-das-torres-gemeas-dos-eua>. Acesso em 28/07/2016.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Resolutions Adopted by the General Assembly [on the report of the First Committee (A/51/566/Add.11)]. 51/45. General and complete disarmament**. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/51/45. Acesso em 27/07/2016.

USA. **National Security Strategy**. Washington(DC). Feb/2015.

VICTORY MANIA! **America in WWII**. Disponível em: <http://www.americainwwii.com/galleries/victory-mania/>. Acesso em 28/07/2016.

VOLKOGONOV, Dmitri Antonovich. **Os sete chefes do império soviético**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ O termo arma-suja grafado com hífen tem o propósito de caracterizar uma unidade semântica, diferenciando-se de armas que estejam simplesmente sujas em decorrência do uso ou da falta de manutenção. (Nota do autor)

² Ver termo “Bomba suja” na Wikipedia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bomba_suja. Acesso em 27/07/2016.

A pistola *Parabellum* do contrato brasileiro

Douglas de Souza Aguiar Jr.*

Embora seja, ainda hoje, um ícone militar alemão da primeira metade do século XX, a longa história da pistola *Parabellum* (também muito conhecida como “Luger”) é caracterizada também pelo seu uso significativo por forças militares e policiais de vários países ao redor do mundo. E, no caminho para sua consagração como a mais conhecida arma de sua categoria, sua carreira no mercado militar internacional se mostrou tão importante quanto sua adoção pelas forças militares alemãs no limiar do século XX.

Entre os países que a adotaram como armamento regulamentar, o Brasil talvez seja o mais improvável. Contudo, embora à época a aquisição do que hoje se denomina “Luger do Contrato Brasileiro”¹ ou “Modelo 1906 do Contrato Brasileiro”² tenha sido considerável, esta é uma das variantes mais negligenciadas em obras especializadas, sendo que as informações restringem-se, na maioria das vezes, ao mesmo punhado de parágrafos e informações básicas repetidas *ad nauseam*.

Desse modo, essa carência de informações sobre o serviço da *Parabellum* nas fileiras do Exército de Caxias deixa escapar a rique-

za do contexto histórico que levou à sua adoção, as dificuldades de sua introdução e de seu uso em nossas terras e até mesmo seu impacto cultural — além de lacunas que ainda persistem em sua história.

A corrida armamentista na América do Sul

A década de 1890 havia sido turbulenta para o Brasil, sacudido por várias revoltas internas e uma guerra civil no sul do país, consequência da transição do regime monárquico para o republicano, ocorrida em novembro de 1889. Além de contribuir para o evidente desgaste do equipamento militar, a agitação também minou as finanças públicas, tornando impossível, em curto prazo, qualquer plano de modernização das forças armadas.

No campo das armas de infantaria e, em especial das armas de porte, os oficiais e graduados brasileiros ainda fiavam-se nos vetustos revólveres Girard Modelo 1878 e Nagant Modelo 1883 (ou 1893, dependendo da data de aquisição) — ambos ainda utilizando pólvora negra como propelente. A compra de armamento, quando ocorria, focava-se em armas de necessida-

* Advogado graduado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP) e com pós-graduação *lato sensu* pela PUC/SP. Pesquisador autônomo de História Militar há mais de vinte anos, com foco em armas portáteis do período compreendido entre 1850 e 1945, com trabalhos e colaborações publicados no Brasil e no exterior, responde atualmente pela Curadoria de Armamentos do Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo.



Figura 1 – As armas regulamentares do exército entre o fim do Império e início da República: o Girardot Modelo 1878 (esquerda) e o Nagant Modelo 1883 (direita)

Fonte: acervo de coleção particular, foto do autor

de mais premente, como fuzis de repetição (no caso, os Mauser dos modelos 1888 e 1894), metralhadoras (como as Nordenfeldt) e artilharia de campanha. Mas várias armas ainda provenientes dos tempos do Império (como os fuzis e carabinas Comblain, Spencer e Winchester, adquiridos durante as décadas de 1870 e 1880) ainda eram vistas frequentemente em serviço.

A virada do século tornou a situação ainda mais periclitante diante do fato de que as duas outras forças regionais, Argentina e Chile — países sempre considerados os antagonistas diretos da hegemonia brasileira na América do Sul —, encontravam-se em pleno processo de modernização de seus exércitos e forças navais.

Era o início de uma frenética corrida armamentista entre os três países, que perduraria por quase 15 anos, quando cada uma destas nações buscava uma rápida modernização de suas forças armadas, em preparação para uma guerra que, em vários momentos, pareceu iminente. Tudo era comprado em fabricantes europeus e norte-americanos de primeira grandeza,

de modo a assegurar a última palavra em tecnologia militar: artilharia, fuzis de repetição, metralhadoras, belonaves.

Há indícios de que, já por volta de 1897, o Exército Brasileiro tenha conduzido testes com a pistola alemã Borchardt C.93,³ projetada por Hugo Borchardt (1845-1924) e então produzida pela Deutsche Waffen und Munitionfabriken (Fábrica Alemã de Armas e Munições – DWM). Levando-se em conta que a Borchardt é considerada a primeira pistola semiautomática produzida em escala industrial, não deixa de ser impressionante o fato de que o Exército Brasileiro já estivesse flertando com esse tipo de armamento desde os primórdios de seu desenvolvimento, muito antes de outras potências mundiais e ainda quando muitos militares as viam apenas como curiosidades excêntricas.

No entanto, em razão do já mencionado contexto econômico e político desfavorável, os testes não resultaram em qualquer medida concreta. O Exército Brasileiro teria de esperar ainda mais alguns anos.



Figura 2 – Um exemplar excepcional da primeira pistola semiautomática produzida em escala industrial, a Borchardt C.93. Exemplares desta arma foram examinados pelo Exército Brasileiro por volta de 1897, sem maiores resultados

Fonte: Rock Island Auctions (catálogo *on line*,⁴ setembro de 2014)

O advento da pistola *Parabellum*

Ainda em 1897, a DWM havia submetido a mesma pistola Borchardt testada pelo nosso Exército a uma licitação conduzida pelas Forças Armadas da Suíça. Embora tenham se impressionado com sua munição, os examinadores daquele país haviam feito ressalvas às maiores limitações da arma: com 35cm de comprimento e peso de 1,300kg, tinha uma empunhadura pouco ergonômica (resultando em uma arma desbalanceada para atirar e empunhar) e uma complexidade mecânica desnecessária para o mercado civil e indesejada para o uso militar.

Como Hugo Borchardt recusou-se a aprimorar qualquer coisa em sua arma, a DWM recorreu a outra pessoa. O engenheiro austríaco Georg Luger (1849-1923) trabalhava para a DWM principalmente como seu responsável técnico em demonstrações comerciais. Era o representante da empresa em todos os eventos em que armas da empresa eram submetidas a testes por autoridades, e isso — aliado à sua própria vivência como militar quando jovem — permitiu a Luger desenvolver uma ótima

compreensão do que os seus compradores desejavam em uma arma.

Luger tinha também um ótimo tino comercial, rapidamente percebendo o potencial da C.93, mas, também, suas falhas. Norteando-se pelas exigências estabelecidas na concorrência

do exército suíço, ele lançou-se à tarefa de, gradativamente, refinar o projeto para obter uma arma mais portátil, equilibrada e simples de manusear. Essa foi a gênese da pistola que seria conhecida como *Parabellum*.⁵

Embora tenha mantido o ferrolho articulado da Borchardt C.93 (popularmente chamado de “ação de joelho” — uma herança das metralhadoras Maxim), Luger reposicionou sua mola de recuperação para a empunhadura, a qual também se tornou mais inclinada e ergonômica. Os demais componentes foram todos redesenados e os primeiros protótipos ficaram prontos em 1898-1899, em tempo de participar do certame suíço.

Os testes conduzidos foram árduos, estando presentes também outros projetos contemporâneos de Ferdinand von Mannlicher, Theodor Bergmann e Peter Paul



Figura 3 – Georg Luger (1849-1923), fotografado em 1913

Fonte: GÖRTZ, J.; STURGESS, Dr. G. “The Borchardt & Luger Automatic Pistols”. Galesburg: Simpson Publishing, 2011. p. 11 (volume 1)

Mauser, entre outros. Contudo, a arma da DWM cativou os suíços em razão do estágio adiantado do desenvolvimento do protótipo e pela precisão de seu calibre. O exército suíço exigiu mais algumas modificações (visando principalmente à redução de seu peso), além de outros pormenores, os quais foram rapidamente implementados por Luger. A adoção da pistola *Parabellum* foi oficializada por um ato do parlamento suíço em quatro de maio de 1900, permanecendo como arma regulamentar do exército daquele país pelas cinco décadas seguintes.

A adoção pelos suíços serviu de excelente propaganda para a nova arma (que brevemente foi também chamada de “Borchardt-Luger”), e rapidamente a DWM começou a oferecê-la para o mercado civil internacional. Assim, no início do século XX, a *Parabellum* surgia como uma promissora alternativa para as forças armadas que buscavam adotar uma pistola semiautomática — e, agora, o Exército Brasileiro estava entre eles.



Figura 4 – A *Parabellum* tal como foi adotada pelos suíços em sua versão aprimorada, acompanhada do respectivo coldre. Essas armas ficariam em serviço até 1949 no exército suíço

Fonte: acervo de coleção particular, foto do autor

As reformas no Exército e a adoção da *Parabellum*

No Brasil, a melhora da situação econômica a partir de 1902, impulsionada pela alta dos preços dos principais produtos de exportação brasileiros (café e borracha), aliada à pacificação do país e uma relativa estabilidade política, permitiu que as Forças Armadas começassem a recuperar o tempo perdido.

Mas a mudança também era ideológica: o “exército de bacharéis” que havia sido preconizado por Benjamin Constant (1833-1891) no fim do Império e início da República estava dando lugar a um conceito de força armada mais moderno e profissional, voltado para preparar oficiais e graduados para a tarefa premente de qualquer força militar: a defesa nacional.

Essa guinada conceitual, concebida já pelo marechal João Nepomuceno Mallet (1840-1907) enquanto ministro da Guerra (1898-1902), atingiria seu ápice na pessoa do general (e depois marechal e presidente da República) Hermes da Fonseca (1855-1923). Este último seria a principal força motriz da modernização do Exército na primeira década do século XX, introduzindo novos uniformes, reformulando a estrutura das organizações militares e, por fim, conseguindo a aprovação da lei do serviço militar obrigatório. Nesse contexto de profundas mudanças, lideradas por oficiais visionários, a modernização deu-se através de dois procedimentos muito comuns na América Latina de então: a contratação de uma “missão estrangeira” (um corpo de oficiais estrangeiros que seriam responsáveis pela formação doutrinária do oficialato nacional) e a compra de armamento em países da Europa.⁶ Assim, o Exército Brasileiro



Figura 5 – O marechal Hermes da Fonseca (1855-1923), que, enquanto ministro da Guerra, foi o principal personagem da modernização da força terrestre

Fonte: Presidência da República⁷

iniciava as negociações para se reequipar com o que havia de mais moderno — e as recém-criadas pistolas semiautomáticas eram a última palavra em termos de armas de porte.

Somente em 1904/1905 os testes para as armas de porte foram retomados pelo Exército Brasileiro, e, nessa ocasião, a DWM submeteu à apreciação dos examinadores não mais a Borchardt, mas, sim, a nova pistola *Parabellum*. A versão testada era em calibre 7,65 X 21, tinha um cano de 120mm de comprimento, era dotada de tecla de segurança na empunhadura, apresentava a manopla do ferrolho recortada (que, no Brasil, ganhou a alcunha de “orelha cortada”), extrator reto e mola principal em forma de lâmina.⁸ Essa versão era idêntica ao modelo adotado como arma regulamentar pela Su-

íça e que então se encontrava em testes em vários outros países.

Há indícios de que a opção pela *Parabellum* foi feita rapidamente. Em uma carta de 14 de janeiro de 1906 enviada pelo projetista Georg Luger a Hans Tauscher (representante comercial da DWM nos EUA), recentemente localizada no National Archives em Washington, D.C. (EUA), o inventor afirma que “os governos do Chile, Brasil e Portugal adquiriram grandes quantidades de nossas pistolas automáticas”.⁹ Mesmo que se desconsidere o otimismo exacerbado e os exageros de bom comerciante típicos de Georg Luger (o Chile nunca adotou a sua pistola), é razoável supor que o governo brasileiro já tinha indicado que sua escolha havia sido pela nova *Parabellum*.



Figura 6 – Pistola *Parabellum*, na versão submetida ao Exército Brasileiro em 1904-05. Essa versão seria depois chamada “alter Art” (“modelo antigo”) ou como Modelo 1900 (em razão do ano de sua introdução) e é reconhecida pela manopla de acionamento do ferrolho que, no Brasil, era chamada de “orelha cortada”

Fonte: acervo de coleção particular, foto do autor

No entanto, a escolha não se traduziu em uma compra imediata por razões orçamentárias: ainda em 1906, um novo plano de rearmamento naval fora aprovado e incluía a aquisição de vários navios — depois modificado para incluir dois modernos encouraçados —, comprometendo boa parte das verbas destinadas ao reaparelhamento bélico.¹⁰

Apenas no início de 1908, na esteira de uma compra muito maior de armas junto à Alemanha, é que foi aprovada pelo Congresso brasileiro a dotação orçamentária que permitia o envio de uma comissão militar visando à aquisição de armas para o Exército. Chefiada pelo próprio ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca, a comissão finalmente partiu para a Europa para negociar a aquisição de novos fuzis, artilharia de campanha e metralhadoras.

Na Alemanha, a comissão concluiu a compra de 400.000 novos fuzis, os quais eram baseados no *Gewehr 1898* (G98), então o fuzil regulamentar do exército alemão. No Brasil, esses fuzis — todos no calibre 7mm Mauser (7X57) — ficariam conhecidos como “Fuzil Mauser modelo brasileiro 1908”¹¹ (posteriormente, a nomenclatura passaria a “Fuzil 7 M908”) e prestariam serviço por praticamente todo o século XX, ainda sendo encontrados hoje em diversas organizações militares, onde são usados em eventos cerimoniais. Embora o projeto fosse da empresa Waffenfabrik Mauser, as armas destinadas ao Brasil foram fabricadas por outra empresa do mesmo conglomerado econômico: a já mencionada DWM.

Deste modo, surgiu a oportunidade para, na mesma ocasião, firmar-se o contrato

para aquisição de 5.000 pistolas *Parabellum* junto à própria DWM. A demora acabou sendo benéfica aos brasileiros, pois a compra recaiu sobre o “novo Modelo” (“neuer Art”), introduzido em 1906. Embora mantivesse características gerais, como o calibre 7,65mm *Parabellum*, cano de 120mm e tecla de segurança na empunhadura, essa nova versão era dotada de vários aperfeiçoamentos em seu desenho: um novo extrator, mola principal no formato tradicional (helicoidal, bem mais robusta) e manoplas do ferrolho integrais, características que seriam mantidas até o fim da produção. As pistolas do contrato brasileiro receberam uma sequência numérica própria (de 01 a 5000), sendo que as partes menores eram numeradas com os dois últimos dígitos do número de série, mas de modo que não ficavam visíveis ao usuário (assim como ocorria em exemplares destinados ao mercado civil). O extrator era marcado “Carregada” (em português), e as armas também traziam a marca do inspetor militar brasileiro (a letra “B” dentro de um círculo) estampada apenas no lado esquerdo da câmara (e nunca nos canos ou carregadores, ao contrário do que afirmam obras mais antigas). A mesma prova também era utilizada nos fuzis e mosquetões adquiridos na mesma ocasião.

Existem dois modelos de coldres que foram usados pelas pistolas *Parabellum* no Brasil. O primeiro modelo, que foi recebido junto com as armas, era confeccionado em couro macio preto e era quase idêntico àquele utilizado pelas pistolas *Parabellum* adquiridas por Portugal (cuja compra também ocorreu em 1908), diferenciando-se apenas por pequenos detalhes.¹²

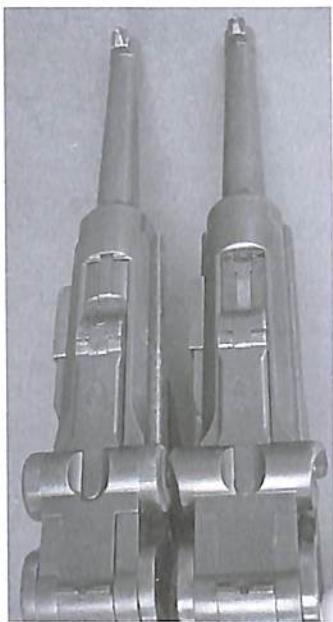


Figura 7 – Visão da parte superior de uma pistola do “Novo Modelo” (esquerda) e do “Antigo Modelo” (direita), onde ficam evidentes as diferenças nas manoplas, no extrator e no desenho do ferrolho

Fonte: acervo de coleção particular, foto do autor

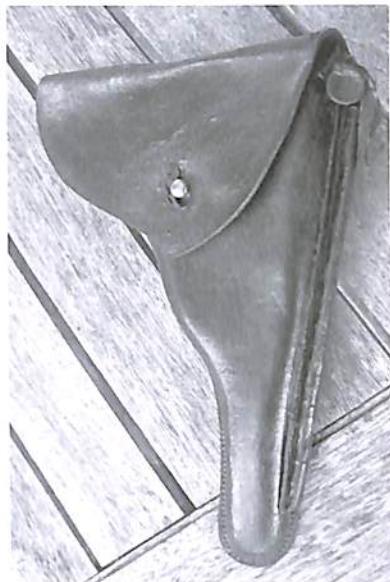


Figura 8 – Exemplar do primeiro modelo de coldre, que veio com as pistolas da Alemanha

Fonte: acervo de coleção particular, foto do autor



Figura 9 – Imagem do extrator da Luger do contrato brasileiro, que tem marcada a palavra “Carregada” no idioma português (ao contrário do “Geladen” em língua alemã, como seria em uma arma comercial)

Fonte: acervo de coleção particular, foto do autor



Figura 10 – Exemplar do segundo modelo de coldre, com um compartimento para o carregador sobressalente

Fonte: acervo de coleção particular, foto do autor

Esses coldres não se mostraram resistentes o suficiente para o uso severo a que foram submetidos, muitas vezes em áreas inóspitas. Surgiu assim, um novo modelo de coldre, introduzido em fins da década de 1910, construído no Brasil, feito em couro rígido marrom e dotado de um porta-carregador na sua parte anterior.

Evidências fotográficas demonstram que essa versão posterior foi mais bem-sucedida e permaneceu como equipamento regular no Exército Brasileiro juntamente com um modelo de lona de uso universal até, pelo menos, 1935, quando a transição para o equipamento em lona “Mills” foi finalmente concluída.

Mas subsistem algumas dúvidas sobre certos detalhes dessa compra.

O mistério mais evidente é a completa ausência, na *Parabellum* do Exército Brasileiro, de um símbolo nacional sobre a câmara, presente na grande maioria dos contratos estrangeiros e mesmo em algumas armas civis destinadas a mercados específicos (como nos EUA e Rússia). O próprio fuzil Mauser modelo 1908, adquirido junto à DWM na mesma ocasião, possuía o brasão de armas da República — então, por que omiti-lo na pistola? Há algumas hipóteses, mas nenhuma conclusiva, por falta de evidências concretas.

A primeira é que poderia ser uma mera medida de economia, importante para um país com recursos limitados (embora o custo adicional da adição dos brasões devesse ser ínfimo, uma vez que já era usado nos fuzis desde 1894).

A segunda tese é que as pistolas teriam sido adquiridas com um desconto substancial (como um bônus) em face da compra monumental representada pelos fuzis. Nesse contexto, as pistolas seriam simplesmente montadas, provadas e numeradas a partir de partes desti-



Figura 11 – Exemplos de símbolos nacionais utilizados em outras pistolas *Parabellum* na mesma época em que o contrato brasileiro foi produzido (esq. p/dir.): Estados Unidos (exemplar destinado ao mercado civil), Suíça (modelo de escudo adotado após 1906) e Portugal (com o Monograma do Rei Manuel II)

Fonte: acervo de coleção particular, foto do autor



Figura 12 – As “Armas do Brasil” tal como aparecem nos fuzis Modelo 1908 — comprados na mesma ocasião que as *Parabellum* e produzidos na mesma fábrica — e que inexplicavelmente não foram utilizadas nas pistolas

Fonte: acervo do Museu da Polícia Militar de São Paulo, foto do autor

nadas ao mercado civil, acelerando o processo de entrega.

A outra questão é que, aparentemente, o contrato teria contemplado a produção de canos destinados a um provável lote de peças de reposição que nunca se concretizou. Esses canos sobressalentes receberam a mesma marcação presente nas armas brasileiras (o “B” dentro de um círculo), mas, por razões que

são desconhecidas até o momento, não vieram para o Brasil e terminaram sendo instalados em pistolas comerciais, notadamente exemplares situados entre os números de série “44000” e “49000” e vendidas ao redor do mundo.

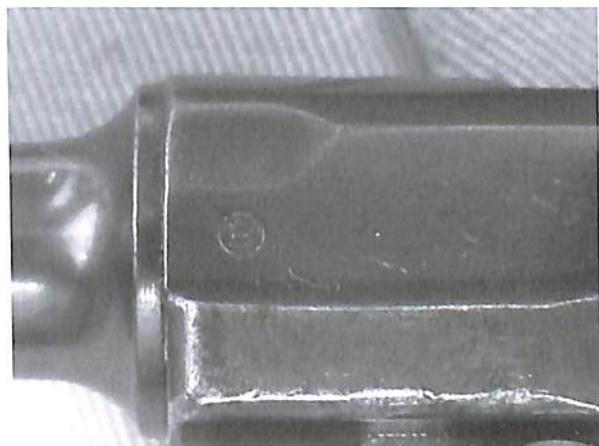


Figura 13 – A prova de inspeção e adoção das *Parabellum* brasileiras

Fonte: acervo de coleção particular, foto do autor

Início difícil

De acordo com pesquisas recentes,¹³ as armas do contrato brasileiro foram produzidas em 1910 e entregues durante o ano seguinte. Ao chegarem ao Brasil, receberam a denominação oficial de “pistola *Parabellum*” (sem menção ao ano de adoção) e foram destinadas primordialmente aos oficiais — os praças e sargentos continuaram utilizando revólveres.

O modo apressado com que as pistolas foram introduzidas, sem qualquer instrução prévia ou manual impresso, criou inúmeras dificuldades, que deram à Luger uma péssima fama entre a tropa.



Figura 14 – Militar brasileiro fotografado durante a Revolução de 1924, em São Paulo, tendo preso ao seu cinto o inconfundível coldre da *Parabellum* do contrato brasileiro

Fonte: cartão postal de época, acervo particular

Em um artigo denominado *A Pistola Parabellum*, publicado na revista militar *A Defesa Nacional*, em 1914, voltado a explicar o seu funcionamento e defender seu uso, o tenente Newton Cavalcanti registrou esse início de carreira atribulado nas fileiras do Exército Brasileiro:

Distribuída sem nenhuma instrução, foi necessário que a curiosidade de alguns officiaes investigasse seu funcionamento, d'ahí os maus resultados apresentados por ella, que, logo nos primeiros mezes de uso, foi atirada à margem como inútil para arma de guerra, taes os defeitos que parecia apresentar.¹⁴

O mesmo artigo ainda deixa claro que boa parte dos problemas decorria do sistema de trava situado na empunhadura, pois como

[...] o esforço necessário à compressão da aza do registro [N.A.: tecla de segurança] não é feito, a arma conserva-se travada, não permitindo seu livre funcionamento. D'ahí os esforços inúteis e maos resultados do tiro.¹⁵

O texto relata outro problema que afetou o desempenho da *Parabellum*: munição inadequada. Segundo o tenente Cavalcanti, munições inicialmente utilizadas não tinham uma carga de propelente adequada, sendo que alguns lotes apresentavam velocidades e pressões inferiores àquelas recomendadas para o correto funcionamento da pistola. A surpresa decorre do fato de que, naquela época, toda munição em uso no Exército Brasileiro era adquirida no exterior, principalmente de fabricantes alemães.

A propaganda de descrédito em torno desta arma foi feita, sua fama corria de boca em boca, como se ella fosse uma inutilidade, e os seus defeitos apareciam a cada momento confirmando em tudo o que se dizia. Esta campanha, nascida da falta de conhecimento de seu manejo amainou com a publicação das instruções e terminou com o brilhante resultado do campeonato de tiro organizado o anno passado [1913] pela 9^a Região Militar, do qual grande número de officiaes concorreram com Ella, obtendo magníficas colocações, tendo o vencedor da prova de 25 metros atirado com a *Parabellum*.¹⁶

A melhora relatada no artigo do tenente Cavalcanti muito provavelmente deu-se com a publicação das *Instruções para o Tiro da Pistola Parabellum*, ocorrida no Boletim do Exército nº 214 de 05 de julho de 1912. Além de trazer dados técnicos, esse documento continha informações sobre uso, manutenção e detalhes do mecanismo, através de ilustrações elaboradas.

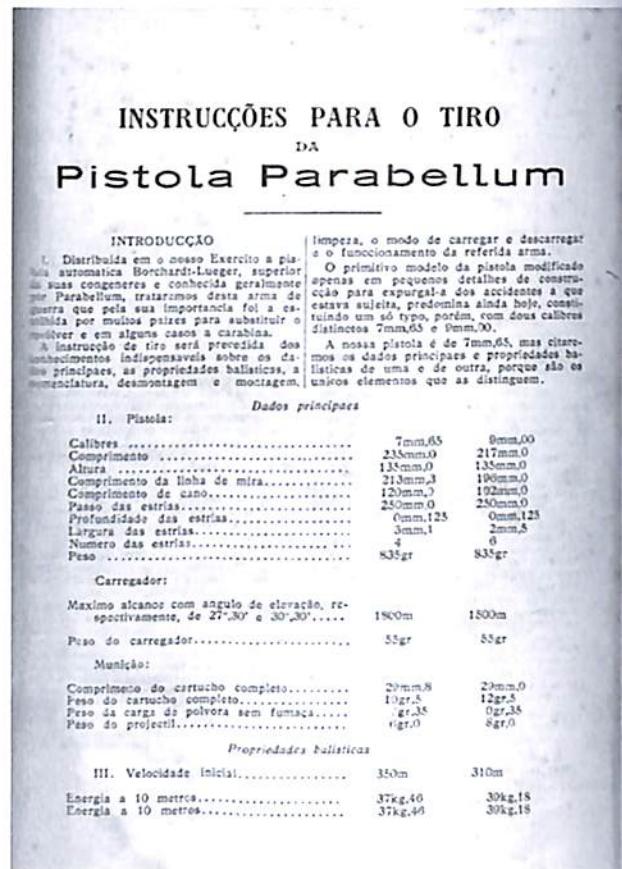


Figura 15 – Reprodução parcial das *Instruções para o Tiro com a Pistola Parabellum* (Boletim do Exército nº 214 de 05/07/1912). Documento apresentava as características técnicas e mecânicas da arma e estabelecia instruções de tiro prático

Fonte: acervo do Sr. Everaldo Guilmann

Em um país com recursos limitados, a ideia era que alguns oficiais se tornassem multiplicadores da informação, passando as instruções de uso da pistola para outros membros da tropa que a utilizassem. Essas “*Instruções para o Tiro*” foram periodicamente republicadas nos anos seguintes em outros comunicados internos tanto do Exército quanto das forças policiais, garantindo que a *Parabellum* pudesse ser usada eficientemen-

te. Desse modo, nunca existiu um manual específico editado como um volume avulso para a pistola, tal como ocorreu em outros contratos estrangeiros.

Rebeldes, policiais e bandidos

As pistolas *Parabellum* tiveram também uma carreira extensa nas polícias de vários Estados brasileiros, pois, já a partir do início da década de 1920, o Exército começa a repassar armas para algumas forças policiais estaduais. Algumas unidades das então chamadas “Forças Públicas” até mesmo chegaram a reeditar as *Instruções para o Tiro* em seus manuais na década de 1920.

Consequentemente, várias pistolas foram repassadas para tropas estaduais, onde serviriam por vários anos e, muitas vezes, sob condições precárias. É por isso — e pela completa ausência de peças de reposição — que a grande maioria das armas encontradas atualmente apresenta reparos e restaurações

mecânicas e estéticas, sendo frequente o uso de peças retiradas de outros exemplares.

Esse uso amplo resultou na presença da *Parabellum* em vários episódios sangrentos ocorridos na primeira

metade do século XX no Brasil. Essas pistolas tiveram seu batismo de fogo durante a Guerra do Contestado (1912-1916) e estiveram presentes nos movimentos que abalaram a República Velha na década de

1920 (no levante dos “18 do Forte”, em 1922; na Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul; na Revolução de 1924, em São Paulo; e na Coluna Miguel Costa-Carlos Prestes, de 1925/27), culminando na Revolução de 1930 e na Revolução Constitucionalista de 1932.

Por seu turno, a *Parabellum* alcançaria notoriedade além dos muros dos quartéis, permeando o imaginário popular, tanto através da literatura culta,¹⁷ quanto do folclore, através de seu uso nas mãos de bandidos e policiais que lutaram no interior semiárido dos estados pobres do nordeste do Brasil durante o “Cangaço”.

Capturada de soldados aprisionados ou roubada de arsenais da polícia, a “parabéu” ou “parabelo” (como era chamada pelos sertanejos)¹⁸ fez sua fama como arma de escolha de vários destes fora da lei e era a arma de uso do bando de Virgulino Ferreira da Silva (1898-1938), o “Lampião”. Após ser morto em uma emboscada da polícia em julho de 1938, ele, sua companheira e outros nove membros de seu grupo foram decapitados, e suas cabeças, expostas em público — ao lado de várias pisto-



Figura 16 – Imagem de uma barricada legalista durante a Revolução de 1924, com o soldado ao centro empunhando uma pistola *Parabellum*
Fonte: acervo do Sr. Ricardo Madeira



Figura 17 – Soldados do 4º Regimento de Infantaria fotografados durante a Revolução de 1932, com seus coldres para pistolas *Parabellum*
Fonte: acervo do autor

las *Parabellum*. Entretanto, a rápida evolução do armamento portátil experimentada na primeira metade do século passado resultou na superação tecnológica da *Parabellum* em um período relativamente curto — embora tenha permanecido em uso na Alemanha até 1945. No Brasil, à medida que iam sendo repassadas às forças policiais, inutilizadas ou perdidas, essas pistolas foram sendo substituídas por uma gama diversa de revólveres Smith & Wesson e Colt (ou por suas cópias espanholas).



Figura 18 – A famosa foto macabra das cabeças de Lampião (embaixo), de sua companheira Maria Bonita e dos demais membros de seu bando mortos após a emboscada armada na gruta de Angicos (Alagoas) em 28.07.1938. Observe-se o grande número de pistolas *Parabellum* apreendidas com os cangaceiros

Fonte: CASTRO, José, in: *Ciclo do Cangaço, Memórias da Bahia*, vol. 4, Empresa Baiana de Jornalismo, Salvador, 2002

Com a adoção, em 1937, da pistola Colt M1911A1 (Pst .45 M937) e do revólver Smith & Wesson Modelo 1917 (Rv .45 M937), ambos em calibre .45 ACP, as pistolas alemãs sobreviventes foram finalmente retiradas de serviço na Força Terrestre. Quando o Brasil enviou sua Força Expedicionária para a épica campanha no teatro de operações italiano em 1944, em plena II Guerra Mundial, a *Parabellum* já era passado

no Exército Brasileiro. Algumas pistolas ainda estavam em serviço no fim dos anos 40, principalmente em unidades policiais de áreas mais afastadas, mas foram, por fim, recolhidas aos arsenais no início da década de 1950. Grande parte das armas sobreviventes foi vendida para negociantes de excedentes militares norte-americanos já a partir do fim daquela mesma década, sendo oferecidas com frequência pelos vinte anos seguintes.

Esquecimento e falsificações

Informações imprecisas sobre as *Parabellum* usadas no Brasil circulam amiúde desde que elas começaram a chegar ao mercado de sobras de guerra e de coleção, por razões que vão da ignorância à má-fé.

Em sua obra pioneira, *The Luger Pistol*, Fred A. Datig apenas menciona que “examinou um exemplar (...) e que não possuía fotos”.¹⁹ Em um anúncio²⁰ de 1959 publicado pela *Golden State Arms Corporation*, da Califórnia, as



Figura 19 – Anúncio de uma partida de Pistolas do contrato Brasileiro como as “Lugers portuguesas perdidas”. Interessante é o Pão de Açúcar ao fundo do anúncio e o preço de oferta: US\$ 49.95

Fonte: Edição de dezembro de 1959 da revista *American Rifleman*, p. 28

primeiras pistolas que então chegavam ao mercado americano são oferecidas como sendo armas de “segunda mão” compradas pelos brasileiros junto aos portugueses na época da I Guerra Mundial, quando os símbolos nacionais de Portugal teriam sido removidos.

Apenas em 1969, com a primeira edição do livro *Lugers At Random*,²¹ de Charles Kenyon, uma descrição mais correta dessa variação aparece para os colecionadores. Mas, salvo o trabalho mais recente de Görtz & Sturgess, pouco se avançou desde então.

Por outro lado, desde meados da década de 1980, o boato de que um lote de 500 armas em calibre 9mm Luger e com cano de 100mm também havia sido adquirido pelo Brasil na mesma ocasião ganhou vulto. Mas, trata-se, infelizmente, de uma tese sem fundamento, visando ludibriar os desavisados.

Há que se considerar que, em primeiro lugar, não há qualquer menção nos arquivos da DWM sobre a aquisição dessa partida especial. O autor John Walter observa²² que, em 1912, representantes da empresa relacionaram a um oficial do exército suíço todas as vendas efetuadas até então e são categóricos ao afirmar que o Brasil havia comprado 5.000 armas. Por sua vez, nas já citadas *Instruções de Tiro* de 1912, o texto é claro ao afirmar que, embora fosse produzida em dois calibres, “(...) a nossa pistola é de 7,65mm, mas citaremos os dados principais e propriedades balísticas de uma e de outra, pois são os únicos elementos que as distinguem”.²³

Com certeza, uma boa parcela das pistolas *Parabellum* brasileiras foi recalibrada para usar o calibre 9 X 19 nos EUA e Euro-

pa a partir dos anos 70, principalmente por conta da disponibilidade dessa munição. Mas é certo que todas as armas do contrato brasileiro deixaram a fábrica da DWM com canos em calibre 7,65mm *Parabellum* e com 120mm de comprimento.

Conclusão

Ao ser finalmente retirada de serviço, a pistola *Parabellum* havia permanecido em ação por cerca de quatro décadas no Exército Brasileiro e forças policiais, tendo participado das várias revoltas, revoluções e levantes que marcaram o Brasil na primeira metade do século XX.

Tendo em vista essa longa atividade e considerando o tamanho razoável do contrato de fornecimento dessas armas aos brasileiros (comparável à primeira compra da Suíça e de igual porte da aquisição de Portugal), era de esperar que mais material tivesse sido escrito sobre essa variante. A dificuldade em encontrar os devidos registros históricos e outras fontes primárias com certeza contribui para essa lacuna.

Visando remediar essa desoladora falta de informações, a idéia deste breve trabalho foi trazer à luz alguns documentos e referências até então inéditos, apresentando a *Parabellum* do contrato brasileiro dentro de um contexto histórico mais rico e abrangente. Mas ainda há um longo e sinuoso caminho a seguir. ☺

O autor gostaria de expressar seus agradecimentos ao Maj Inf Julio Cesar Fidalgo Zary e ao Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano (através do Centro Histórico Overlord – CHO) pela colaboração na elaboração deste artigo.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

-
- ¹ GÖRTZ, J.; STURGESS, Dr. G. "The Borchardt & Luger Automatic Pistols". Galesburg: Simpson Publishing, 2011. pp. 687-688 (volume 2).
- ² KENYON Jr., C. "Lugers At Radom". Chicago: Handgun Press, 1969. pp 138-139.
- ³ GÖRTZ, J.; STURGESS, Dr. G. op. cit.
- ⁴ CATÁLOGO ON LINE, setembro/2014. <http://www.rockislandauction.com/viewitem/aid/62/lid/345> - consultado em 25.08.2016.
- ⁵ O nome "Parabellum" era o endereço telegráfico da DWM e significa "Para a guerra". O termo havia sido retirado do conhecido aforismo romano "*Si vis pacem para bellum*" ("se queres a paz, prepara-te para a guerra"), do autor romano Publius Flavius Vegetius Renatus (século IV d.C.). O nome "Luger", que acabou se consagrando, foi resultado de uma estratégia de *marketing* de Hugo Tauscher (representante de vendas da DWM para os EUA) para promover a arma no mercado americano.
- ⁶ McCANN, F. D. "Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937". São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 145-150.
- ⁷ SITE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. <http://www2.planalto.gov.br/acervo/galeria-de-presidente> – consultada em 25.08.2016.
- ⁸ WALTER, J. "The Luger Story: The Standard History of the World's Most Famous Handgun". London: Greenhill Books, 2001. p. 127.
- ⁹ LUGER, G. [Tradução de Carta] 14 jan. 1906, Berlim (Alemanha) [para] TAUSCHER, H., Nova York (EUA). 3f. Informa sobre o desenvolvimento de novo tipo de munição e sobre os testes conduzidos em vários países. Carta disponibilizada para download em <http://forum.lugerforum.com/showthread.php?t=27684>. Consultado em 20.06.2016.
- ¹⁰ MARTINS FILHO, J. R. "A Marinha Brasileira na Era dos Encouraçados, 1895-1910: Tecnologia Forças Armadas e Política". Rio de Janeiro: Editora FGV, 1^a Ed., 2010. p. 99-106.
- ¹¹ ARMAMENTO PORTÁTIL. Rio de Janeiro: Casa Editora Henrique Velho, 1935. pp. 07-09.
- ¹² WALTER, J. "The Luger Book: The Encyclopedia of the Borchardt and Borchardt-Luger Handguns 1885-1985". New York: Sterling Publishing Co. Inc. Reedição, 1991. p. 82 e 231. Os coldres brasileiros diferenciam-se dos destinados a Portugal em três aspectos básicos: (1) não possuem o compartimento para o saca-pino; (2) o passador do cinto no verso do coldre é mais estreito que o do modelo português e (3) os coldres da *Parabellum* portuguesa normalmente trazem o timbre "A.E." (Arsenal do Exército) sendo que os brasileiros não apresentam marcação alguma.
- ¹³ GÖRTZ, J.; STURGESS, Dr. G. op. cit.
- ¹⁴ CAVALCANTI, N. A Pistola Parabellum em "A Defesa Nacional" nº 10, Rio de Janeiro, Brasil. 10.07.1914. p. 322
- ¹⁵ CAVALCANTI, N. Idem. p. 323.
- ¹⁶ CAVALCANTI, N. Ibidem. p. 323
- ¹⁷ ROSA, J. G., "A Hora e a Vez de Augusto Matraga" in "Sagarana". São Paulo: Nova Fronteira. 2015. Nesse conto antológico, o autor coloca nas mãos do protagonista uma pistola *Parabellum*.
- ¹⁸ Como exemplo, cita-se a música "Perseguição" (1964) de Sérgio Ricardo e Gláuber Rocha, que traz os versos: "Se entrega Corisco! / eu não me entrego não / Não me entrego ao tenente / Não me entrego ao capitão / Eu me entrego só na morte de parabolo na mão".
- ¹⁹ DATIG, F. A. "The Luger Pistol: Its history and Development from 1893-1945". Hollywood: Fadco Publishing Company, 1958. p. 261.
- ²⁰ AMERICAN RIFLEMAN, Fairfax, dez. 1959, p. 28.
- ²¹ KENYON Jr., C. op. cit.
- ²² WALTER, J. op. cit. p. 30.
- ²³ INSTRUÇÕES PARA O TIRO DA PISTOLA PARABELLUM in "Boletim do Exército" nº 214, Rio de Janeiro, 05/07/1912, p. 1105.

Consórcio Nacional POUPEX

Planeje a realização de seus sonhos

IMÓVEL, CARRO, MOTO E SERVIÇO

VANTAGENS

- atendimento personalizado.
- as melhores taxas.
- alto índice de contemplação.
- agilidade na liberação da carta de crédito.
- grupos financeiramente equilibrados.
- garantia da FHE.



Conheça as condições no site
fhe.org.br/consorcio

ara militares da ativa e inativos, seus pensionistas, cônjuges e filhos, os servidores civis das Forças Armadas e seus pensionistas, os empregados do Banco do Brasil S/A e outros mediante contrato de convênio.

ESCRITÓRIO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO/RJ - ESCRJ

Rua Duque de Caxias - Ala Cristiano Ottoni (PDC) - 3º Andar - Centro - 20221-260
Rio de Janeiro/RJ - Fone (21) 2196-4444 - Fax (21) 2196-4440



Fundação
Habitacional
do Exército



Associação
de Poupança
e Empréstimo

onsulte os endereços e telefones dos Pontos de Atendimento da FHE no site www.fhe.org.br

Central de Teleatendimento ao Cliente 0800 61 3040 | Ouvidoria 0800 647 8877 | Central de Teleatendimento aos Surdos 0800 646 4747

INANCIAMENTO PARA
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

POUPEX

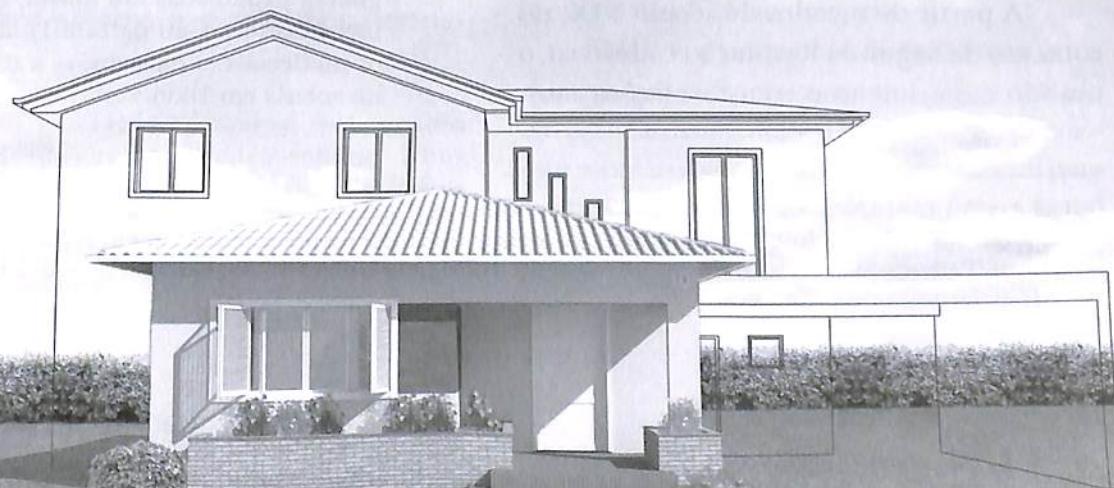
JUROS BAIXOS

PARA O PÚBLICO EM GERAL

(21) 2196-4444

WWW.POUPEX.COM.BR/FMCG

Com a POUPEX, aquele projeto de construir ou reformar o seu imóvel e de comprar armários planejados se materializa. Você pode financiar o material de construção, na loja de sua preferência, no valor de até R\$ 200 mil. Os juros são baixos, a liberação do crédito é ágil e você pode pagar em 96 meses. Além de todas essas facilidades, há uma equipe de profissionais para orientá-lo. Materialize já o seu sonho. Visite o Escritório Regional do Rio de Janeiro, no Palácio Duque de Caxias - Centro.



A Companhia de Carros de Assalto

Uma oportunidade (quase) perdida

Carlos Roberto Carvalho Daróz*

Introdução

Os esforços de guerra empreendidos pela humanidade ao longo do tempo possuem uma prolongada duração histórica e uma profunda relação com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. A própria ciência política justifica o emprego da violência como razão de estado (*raison d'état*)¹. Nessa perspectiva, a função do Estado emerge como construir, dirigir, controlar e subsidiar laboratórios e cientistas, indústrias e seus produtos tecnológicos para manter a segurança estatal mediante o uso da força.

No curso da história, a ciência elaborou e forneceu instrumentos para a continuidade das guerras, tornando-as mais sofisticadas e exponencialmente mais mortíferas. Diversos campos do conhecimento científico e tecnológico, como a matemática, a química, a física e, em sentido amplo, a engenharia, subsidiaram os conflitos e a própria ciência da guerra.²

A partir de meados do século XIX, no contexto da Segunda Revolução Industrial, o mundo experimentou transformações subs-

tanciais com o desenvolvimento do motor a combustão à base de petróleo, da eletricidade e da siderurgia, enquanto cresciam os interesses imperialistas na Ásia e na África. Tais fenômenos resultaram não apenas em mudanças nas relações sociais entre os trabalhadores e a burguesia, e entre as nações, mas também influíram na evolução da arte da guerra, tornando os conflitos mais sangrentos.

Já nos primórdios da segunda fase da Revolução Industrial, a Guerra da Crimeia (1853-1856) e a Guerra Civil Americana (1861-1865) apresentaram ao mundo o novo tipo de conflito típico da era industrial, com a estreia no campo de batalha de diversas inovações tecnológicas aplicadas à destruição do inimigo, características que foram percebidas por Hobsbawm (2009, p.120)

As guerras na década de 1860 já iriam empregar a estrada de ferro para mobilização e transporte adequados, tinham telégrafo disponível para comunicações rápidas [...] a artilharia pesada, as armas de guerra produzidas em massa, incluindo a metralhadora Gatling (1861), assim como os modernos explosivos — a dinamite foi inventada em 1866.

* Cel Art R/1 (AMAN/91), mestre em Operações Militares (EsAO/99), sócio titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), professor do curso de pós-graduação em História Militar da Unisul (Palhoça-SC), mestrandando em História do Brasil pela Universidade Salgado de Oliveira (Niterói-RJ). (cdaroz@yahoo.com.br)

As transformações decorrentes das inovações tecnológicas, contudo, não ficaram afetas apenas às armas e suas munições, mas demonstraram a importância e as possibilidades para os meios de transporte motorizados e comunicações, sobretudo para a mobilização e concentração de tropas em grandes quantidades bem como o transporte dos suprimentos necessários para fazer a guerra. O historiador britânico John Keegan (2003, p.319) identificou a importância dos transportes na nova modalidade de conflito, ao observar a Guerra Civil Americana:

[...] os exércitos do Norte estavam mais bem alimentados do que os do Sul porque seus intendentes controlavam 50 mil quilômetros de ferrovias norte-americanas existentes em 1860 [...]. As estradas de ferro revolucionaram a guerra terrestre, e a guerra civil americana foi a primeira a demonstrar essa tendência.

Os conflitos subsequentes³ deixaram clara a grande letalidade das novas armas e, embora limitados em sua duração, serviram de ensaio para o primeiro dos dois conflitos globais que se abateram sobre o mundo no século XX: a Primeira Guerra Mundial. Nesse período, o teórico da guerra britânico J.F.C. Fuller (2002, p.133) assinalou a dependência cada vez maior dos avanços tecnológicos, e menor da participação humana:

Já na Guerra da Crimeia, tinham sido utilizados tratores para rebocar trens de viaturas carregadas, dos depósitos instalados em Balaclava para a frente, por regiões impraticáveis às viaturas hipomóveis.

A tecnologia na Primeira Guerra Mundial e o surgimento do *tank*

A industrialização trouxe mudanças expressivas aos campos de batalha durante a Primeira Guerra mundial. Máquinas e engenhos de matar recentemente inventados deram início a um novo capítulo dos mecanismos de defesa, o que, em sentido oposto, estimulou o desenvolvimento de novas tecnologias de ataque ainda mais mortíferas. Praticamente todos os aspectos que podemos considerar na guerra moderna (excluindo aqui a tecnologia de armas nucleares) estrearam durante a chamada Grande Guerra. O conflito, o primeiro classificado como “guerra total”⁴, assinalou a introdução, em larga escala, de novas tecnologias, como os encouraçados, os submarinos, os gases venenosos, os aviões e os carros de combate.

O carro de combate foi introduzido pelos britânicos com o nome de *tank*⁵ (tanque), projetado para auxiliar a infantaria a romper o impasse produzido pelas linhas de trincheiras, que se estendiam desde o Mar do Norte até a fronteira com a Suíça. A primeira grande ofensiva liderada pelos blindados deu-se em Cambrai, na última semana de 1917, quando 320 tanques britânicos foram utilizados contra as defesas alemãs. A falta de experiência com a nova arma e as limitações técnicas, contudo, não permitiram que a nova arma surtisse o efeito desejado.

Mas, se o tanque não mostrou ser a arma decisiva que se esperava, até por haver entrado em ação tarde, seu imenso efeito psicológico sobre os soldados inimigos apontaram para promissoras possibilidades de emprego, como observou o marechal Paul von Hindenburg, comandante alemão na Frente Ocidental:

Os efeitos físicos do fogo vindo das metralhadoras e munições leves com o qual o Colossus de aço [tanque] foi providenciado eram muito menos destrutivos do que o efeito moral de sua relativa invulnerabilidade. O infante sentiu que ele não poderia fazer nada contra suas blindagens. Assim que a máquina atravessava nossas trincheiras, o defensor da retaguarda sentia-se ameaçado e abandonava seu posto.⁶

Apesar das dificuldades, as demais potências participantes do conflito trataram de desenvolver seus projetos próprios de tanques, e muitos foram utilizados em apoio à infantaria até o final do conflito.

O Brasil na Primeira Guerra Mundial

Em razão do afundamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães enquanto ainda era um país neutro, o Brasil reconheceu o estado de guerra contra a Alemanha em 1917 e alinhou-se com as Potências Aliadas. Na Conferência Interaliada, realizada em Paris no final desse mesmo ano, foi decidido como se daria a participação brasileira na guerra⁷, que incluía, entre outras ações, o envio da Comissão de Estudos de Operações e Aquisição de Material na França, sob a chefia do general Napoleão Philippe Aché e composta por 24 oficiais pertencentes às diferentes armas do Exército Brasileiro.

Mais do que observar ou apenas estudar, boa parte dos oficiais participou de operações de combate, integrando unidades militares francesas, dentre os quais merece destaque o primeiro-tenente de cavalaria José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que, mais tarde, quando de seu regresso ao Brasil, seria o responsável pela implantação dos blindados no país. Durante o conflito,

comandou um pelotão pertencente ao 4º Regimento de Dragões, unidade subordinada à 2ª Divisão de Cavalaria francesa. Seu pelotão era constituído por soldados coloniais franceses de origem muçulmana, com espírito extremamente agressivo. Na Campanha de Flandres destacou-se pela liderança e capacidade de coordenação, sendo promovido ao posto de capitão por atos de bravura, em 9 de janeiro de 1919, e agraciado com a *Croix de Guerre*, importante condecoração instituída para premiar os soldados franceses e aliados que se houvessem destacado durante a guerra. Como reconhecimento de sua atuação em combate, foi elogiado por seus superiores repetidas vezes, como a referência que recebeu de seu comandante de esquadrão, capitão Marchal: “Conduziu seu pelotão de maneira notável em todas as operações de guerra (ofensiva franco-belga, de setembro, outubro e novembro de 1918)”.⁸

O comandante do 4º Regimento de Dragões, tenente-coronel De Fournas, também reconheceu o trabalho do primeiro-tenente José Pessoa em ação:

Conduziu seu pelotão sob o fogo em condições particularmente delicadas e perigosas. Distinguiu-se pela bravura e sangue frio, tendo solicitado permissão, por várias vezes, para reconhecer as primeiras linhas inimigas, o que levou a efeito debaixo de fogos extremamente violentos.⁹

Embora o 4º Regimento fosse uma unidade essencialmente hipomóvel, durante a perseguição ao inimigo em Flandres, José Pessoa travou contato com a nova arma. Depois do armistício, permaneceu servindo na Comissão de Estudos na França, até 1920 e, nesse período, foi designado para implantar uma unidade de blindados quando retornasse ao Brasil.

se ao Brasil. O capitão Pessoa posicionou-se perante o chefe da Comissão pontuando que,

tendo feito a guerra com a cavalaria, desconhecia, contudo, a técnica e o emprego dos veículos mecanizados de combate [...]. Ponderei ao general a má escolha de minha pessoa para desempenhar missão algo complicada.¹⁰

Apesar dessas considerações, o jovem mas experiente oficial lançou-se ao trabalho. Foi matriculado na Escola de Carros de Combate de Versalhes e, depois de concluído o curso, estagiou no 503º Regimento de Artilharia de Carros de Assalto. Em seguida, frequentou a Escola de Artilharia de Assalto, em Crey, e foi designado para estagiar na fábrica Renault, a fim de estudar o funcionamento e acompanhar a fabricação dos carros de combate, tornando-se o integrante do Exército Brasileiro mais qualificado nas técnicas e táticas dos blindados (DAROZ, no prelo).

Um novo paradigma — os tanks na Guerra Europeia

A experiência adquirida pelo Brasil com sua participação na Primeira Guerra Mundial, apesar de limitada, teve consequências significativas para o Exército Brasileiro, da qual decorreram a contratação de uma missão militar na França, a organização da Aviação Militar e a implantação de seus primeiros blindados, esta, objeto do presente trabalho.

Quando de seu retorno ao Brasil, em 1921, José Pessoa publicou a obra *Os tanks na guerra europeia 1914-1918*¹¹, registrando sua experiência na França, e assinalando as possibilidades dos carros de combate com que travara

conhecimento, particularmente os modelos Schneider, Renault e Saint Chamond. Tratava também o livro do panorama global das transformações que a nova arma estava promovendo nos principais exércitos do mundo, destacando a tática, seus aspectos técnicos e sua organização. É oportuno, portanto, destacar algumas das principais idéias do capitão José Pessoa consubstanciadas em seu tratado, visto que norteariam a aquisição dos primeiros carros de combate do Exército Brasileiro bem como a estruturação inicial de suas forças blindadas.

Tendo vivenciado o emprego dos blindados como instrumento de apoio à infantaria, José Pessoa assinalou a importância do binômio infantaria-carro no novo cenário de batalha e a necessidade de adestrar os infantes para cooperar com os blindados, com o objetivo de estreitar a confiança mútua e melhorar a coordenação.



Os “TANKS” na Guerra Europeia

PELO CAPITÃO
JOSE DESSÔA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Figura 1 – Capa do livro do capitão José Pessoa
Fonte: Centro de Instrução de Blindados

No que tange à organização e ao emprego tático, recomendou que os carros não ficassem dispersos pelos batalhões de infantaria, como ocorreu no Exército Francês, obtendo resultados pífios, mas que fosse adotado o modelo organizacional britânico, no qual os blindados foram reunidos em unidades independentes e foram mais bem-sucedidos.¹²

Em razão da tecnologia rudimentar disponível na época, durante as batalhas da Primeira Guerra Mundial, muitos carros foram postos fora de ação devido a problemas mecânicos, em quantidades muitas vezes superiores às baixas provocadas pela ação do inimigo. José Pessoa citou o caso de um batalhão do 503º Regimento francês, onde estagiou após o fim da guerra, quando o rompimento das correias dos ventiladores provocou a indisponibilidade de 90% dos carros Renault que o integravam. Para reduzir esses problemas, enfatizou a necessidade de cuidados especiais no uso e na manutenção dos carros, e destacou os critérios para a seleção e capacitação das guarnições, que deveriam ser especializados e voluntários. Para ele (ALBURQUERQUE, 1921), os homens deveriam ser selecionados dentre

[...] aqueles que desejem servir na Arma, ou que se mostrem por ela interessados [...] deve-se exigir um severo e meticuloso conhecimento dos processos de lubrificação e conhecimento profundo do mecanismo. Nisto repousa toda a eficiência do material.

De todas as recomendações feitas, uma das mais importantes foi sobre a destinação que o Exército deveria dar aos carros adquiridos. Reconhecendo as restrições orçamentárias do período pós-guerra, que impediriam a aquisição

de blindados em quantidade suficiente para equipar o Exército como um todo, o capitão José Pessoa sugeriu que, mesmo em quantidade reduzida, os carros adquiridos deveriam ser reunidos em uma companhia-escola autônoma, com aquartelamento adequado e meios próprios para seu funcionamento, ficando diretamente subordinada ao comando da divisão onde fosse organizada.

Chegam os blindados brasileiros

A chegada dos primeiros carros de combate ao Brasil deve ser creditada em boa medida ao conhecimento, entusiasmo e boas relações pessoais do capitão José Pessoa.¹³ Quando de seu retorno da França, era seguramente a maior autoridade sobre o tema no país e na América do Sul, e foi exatamente por suas mãos que o novo engenho de guerra chegaria ao Brasil, em 1921, quando o Exército Brasileiro adquiriu um lote de doze carros Renault FT-17 diretamente saídos da fábrica, assumindo, dessa forma, a condição de pioneiro no emprego de blindados no continente.

Profundo conhecedor de praticamente todos os tipos de blindados existentes na época, José Pessoa havia contraindicado a aquisição do modelo Renault, por entender que estes não atendiam aos pressupostos táticos que ele visualizava e devido às diversas deficiências técnicas que o carro frequentemente apresentava. Em seu lugar, recomendava a aquisição do Whippet,¹⁴ de fabricação britânica, o blindado mais veloz em serviço durante a guerra, mais pesado e mais bem armado do que o Renault, e ainda capaz de transportar obstáculos maiores. As recomendações do maior especialista em blindados no Exército, contu-

do, não foram consideradas e, por intermédio da Comissão de Estudos em Operações e Aquisição de Material na França, da qual ele mesmo havia feito parte, o Brasil adquiriu seus primeiros blindados modelo Renault FT-17, de fabricação francesa.

Com o surgimento dos primeiros *tanks* britânicos, o Governo francês, em 1916, convidou o engenheiro Louis Renault para desenvolver o projeto de um “carro para apoiar a infantaria”. Apenas oito meses se passaram até que um protótipo estivesse pronto e passasse às provas e, vencidas as resistências naturais no seio do Exército Francês diante de um novo paradigma tecnológico, um lote inicial de 150 carros foi encomendado, sob a designação de Renault FT-17¹⁵. Em maio de 1917, diante de indícios de uma grande ofensiva alemã, foi emitida nova ordem de produção para 1.500 blindados e, posteriormente, este número foi ampliado para 2.500.

Em razão da grande demanda, parte da produção dos FT-17 foi dividida por diferentes fábricas francesas, tendo a Schneider, a Delaunay Belleville e a Berliet produzido 1.680 unidades. Os Renault saíam da linha de produção em três versões: telégrafo sem fio (TSF); armado com metralhadora Hotchkiss 8mm (6,5 toneladas) e armado com canhão semiautomático Puteaux SA 37mm (6,7 toneladas). O FT-17 era guarnecido por dois homens, que desempenhavam as funções de motorista e comandante/atirador. O projeto incorporava uma inovação tecnológica de grande impacto para a época e em uso nos blindados até hoje, decorrido um século: uma torre blindada giratória capaz de realizar o tiro em todas as direções, cobrindo o campo de 360º, sem que houvesse a necessidade de manobrar o carro.¹⁶

O Renault entrou em ação pela primeira vez em 31 de maio de 1918, na defesa de Paris, oportunidade na qual mostrou-se eficiente e possuidor de boa mobilidade. Na fase final da guerra, os FT-17 foram utilizados em número cada vez maior, atingindo a cifra de 4.500 unidades produzidas. Quando foi assinado o armistício, em 11 de novembro de 1918, o Exército Francês possuía 27 batalhões equipados com o Renault.

A companhia de carros de assalto

Com o recebimento dos doze Renault, todos novos, fabricados pela Delaunay Belleville, o Exército Brasileiro criou a Companhia de Carros de Assalto (Infantaria).¹⁷ Pela própria designação, é possível constatar que a nova organização foi criada como uma subunidade de infantaria blindada,¹⁸ embora seus quadros pudesse ser oriundos de qualquer arma.¹⁹ A denominação “carros de assalto” foi adotada para acompanhar a nomenclatura corrente dos blindados no Exército Francês, país de origem do Renault e da missão militar contratada pelo Governo brasileiro.

O comando da subunidade coube, naturalmente, ao maior especialista em blindados da América do Sul, o capitão de cavalaria José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. A companhia permaneceu subordinada à 1ª Divisão de Infantaria, desempenhando o papel de subunidade-escola para apoiar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, estabelecimento de ensino criado pela missão francesa para aperfeiçoar os capitães do Exército. Compunham o efetivo da companhia mais sete oficiais²⁰ e 93 praças, além de um grupo de 40 operários e artífices, composto quase



Figura 2 – Pavilhão de comando da Companhia de Carros de Assalto

Fonte: revista *O carro de combate*, 1926

integralmente por pessoal recrutado nas oficinas da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Como havia sugerido em seu livro, José Pessoa conseguiu instalar a companhia em aquartelamento próprio, localizado na Vila Militar, ocupando um pavilhão que anteriormente estava destinado ao 3º Regimento de Infantaria.²¹ As instalações eram muito boas e compreendiam um amplo pavilhão de comando, refeitório, biblioteca, estádio, uma oficina bem equipada e garagens com portas de aço corrediças para armazenar os carros.

A companhia começava sua vida sem uma base doutrinária definida, mas obedecia, em muitos aspectos, às lições e recomendações reunidas no livro de José Pessoa, fruto de sua experiência na França. A própria aquisição dos carros deu-se de acordo com a doutrina militar francesa, com predominância de carros armados com canhões 37mm. Os blindados foram organizados em duas seções, cada qual composta por três carros armados com canhão e dois carros armados com metralhadora, ambas comandadas por oficiais subalternos. A seção de comando era constituída pelo carro TSF e pelo carro do comandante, também armado com canhão 37mm. Para apoiar a manutenção e a logística, a companhia dispunha de uma seção de transportes, dotada de caminhões Krupp.

No dia 23 de setembro de 1921, na Vila Militar, a Companhia de Carros de Assalto realizou seu primeiro exercício em campanha, acompanhado pelo ministro da Guerra Pandiá Calógeras e por diversos oficiais generais, fato tornado público pelo *Correio da Manhã*:

Realizaram-se sexta-feira, na Vila Militar, os primeiros exercícios da Companhia de carros de assalto, sob a direção do seu comandante, capitão José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque [...]

Todos os carros funcionaram regularmente, e a prova está nos magníficos e arriscados exercícios [...] Com esses exercícios, demonstrou o capitão Pessoa a sua competência no assunto, aplicando com grande proveito, os conhecimentos hauridos não só na Escola de Carros de Assalto de Versalhes, onde fez seu curso, como também na própria experiência do front.²²

Em outubro, a companhia participou de desfile no Campo dos Afonsos em homenagem ao general francês Charles Mangin, quando de sua visita oficial ao Brasil. A imprensa registrou na ocasião que a companhia destacou-se “pela ordem e disciplina com que se apresentou no campo de aviação militar, conforme exatamente declarou o general Mangin.”²³

Na primeira semana de novembro deste mesmo ano, a subunidade participou de uma grande demonstração na região da Vila Militar, da qual tomou parte a também recém-criada Aviação Militar. Mais uma vez, a imprensa da Capital Federal, na época bastante ciente das questões militares nacionais, cobriu as manobras:

Foram deslumbrantes as provas executadas pelos cinco *tanks* conduzidos, respectivamente, pelos tenentes Aché, João Pereira, Motta, Bitencourt, e 2º sargento mecânico Araújo. [...]

Uma esquadrilha de aviões da Escola de Aviação Militar; em trabalhos de ligação com os carros de assalto, fazendo evoluções sobre o campo dos exercícios dos tanks, enviou várias mensagens a esses últimos durante a execução da referida demonstração.²⁴

Dando continuidade aos trabalhos de implantação da companhia, o capitão José Pessoa apresentou ao Estado-Maior do Exército (EME), em fevereiro de 1922, uma série de manuais e instruções técnicas para a operação e manutenção dos carros. A documentação era baseada na tradução de manuais franceses e tinha por objetivo padronizar os procedimentos e tarefas a serem adotadas pelas guarnições. Os documentos foram aprovados pelo EME e consistiam em:

- Notícia descritiva e regulamento de manobra e conservação do carro;
- Instrução para lubrificação do carro;
- Manual da metralhadora Hotchkiss;
- Notícia sobre o canhão Puteaux de 37mm;
- Notícias sobre postos telegráficos, além de outros documentos de manutenção.²⁵



Figura 4 – Blindados da companhia desfilando em homenagem ao rei Alberto, da Bélgica
Fonte: *Correio da Manhã*

No dia 7 de setembro de 1922 a Companhia de Carros de Assalto fez sua primeira apresentação para o grande público, quando desfilou no centro do Rio de Janeiro em homenagem ao Dia da Pátria e ao rei Alberto, da Bélgica, que realizava visita oficial ao Brasil.

Para atender as necessidades funcionais das guarnições, um uniforme próprio foi adaptado para uso da companhia, do qual se destacava o capacete característico e a bandagem, uma fita de lona que era enrolada na perna do soldado do tornozelo até o joelho, substituindo a perneira padrão. Utilizados pela primeira vez em outubro de 1921, o novo uniforme impressionou vivamente os jornalistas presentes, que cobriam as atividades da subunidade: “Os oficiais e praças achavam-se com o belo capacete de aço com que tomou parte na recente formatura realizada no campo da Escola de Aviação Militar, em homenagem ao general Mangin.”²⁶



Figura 3 – A Companhia de Carros de Assalto durante manobras na Vila Militar
Fonte: *Revista da Semana*

Complementarmente, com o fim de fortalecer o espírito de corpo da subunidade e torná-la conhecida no âmbito do Exército, foi instituído um distintivo confeccionado

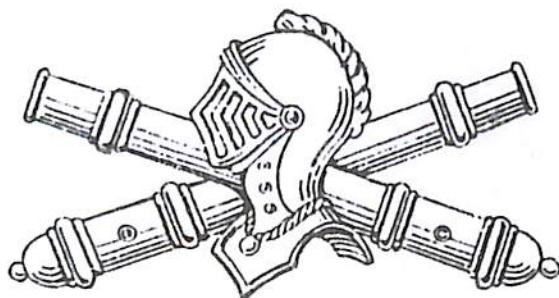


Figura 5 – Insígnia da companhia: os canhões cruzados encimados por um elmo

Fonte: Boletim do Exército

em metal bronzeado, composto por um par de canhões cruzados encimados por um elmo, a ser utilizado na manga esquerda da túnica.²⁷

Em julho de 1924, a companhia foi empregada operacionalmente pela primeira vez, quando uma seção de FT-17 foi deslo-



Figura 6 – Uniforme adotado pelas guarnições, onde se destacam o capacete e as bandagens

Fonte: RODRIGUES; BARROSO, 1922, Estampa 211-A

cada por via férrea para São Paulo, no intuito de debelar o movimento revolucionário tenentista que irrompeu na cidade. Uma coluna de blindados penetrou no bairro do Belenzinho, causando a fuga em pânico das tropas revolucionárias.



Figura 7 – Renault FT-17 “Forte de Coimbra” com sua guarnição, em São Paulo, durante a Revolução de 1924

Fonte: *Correio da Manhã*

Nesse mesmo ano, o capitão José Pessoa foi substituído no comando da companhia pelo capitão de infantaria Newton de Andrade Cavalcanti. Além desta mudança, todos os oficiais da equipe original foram transferidos, sendo substituídos por novos tenentes sem qualquer experiência com blindados. Embora fosse um destacado chefe militar — mais tarde alcançaria o generalato — o novo comandante não possuía nem o conhecimento do capitão José Pessoa, nem a fé na nova arma de guerra. Logo a eficiência da Companhia de Carros de Assalto entraria em declínio.

Renomeada como Companhia de Carros de Combate no início de 1925, a subunidade contava apenas com dois oficiais combatentes,

visto que os demais haviam sido movimentados para outras unidades. Não havia, de um modo geral, interesse do Exército e de seus oficiais pelos carros, o que se refletia no escasso voluntariado para servir na companhia. Os poucos interessados demonstravam mais afinidade com os aspectos técnicos dos carros, relegando seu emprego tático a um patamar inferior.

Decadência e o fim da companhia

Claramente, o Exército tinha dificuldades para incorporar o novo paradigma tecnológico. Em verdade, o carro de combate ainda não se havia estabelecido, após a Primeira Guerra Mundial, como uma arma eficiente e decisiva, e isso se refletia no Brasil. Havia inúmeras dúvidas e incertezas sobre seu emprego e validade, e a nova arma não foi completamente assimilada no decorrer da década de 1920.

A fragilidade técnica dos carros, desenvolvidos e produzidos apressadamente durante a guerra, serviu para que caíssem em descrédito perante boa parte do corpo de oficiais, especialmente os mais antigos. Os infantes, para quem os carros haviam sido desenvolvidos, simplesmente não acreditavam neles e consideravam a operação conjunta demasiadamente complexa e dispendiosa. A cavalaria também rejeitava os blindados, visto que a velocidade máxima dos FT-17 (7,5 km/h) era inferior à da cavalaria hipomóvel, e seu raio de ação, reduzido, não permitindo o cumprimento das missões doutrinárias da Arma. Havia, ainda, o fator emocional do cavalariano, que via no carro uma ameaça a seu nobre meio de combate: o cavalo.

Diante de tanto descrédito e desconfiança, a eficiência operacional da Companhia de Carros de Combate foi declinando,



Figura 8 – Oficiais da companhia em 1926. É possível ver as insígnias nas mangas dos uniformes

Fonte: revista *O carro de combate*, 1926

e os investimentos do Exército para a manutenção, escasseando. As demonstrações de instrução para a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais passaram a ser realizadas por apenas uma única sessão, que reunia os blindados ainda disponíveis. O carro Renault TSF sofreu uma pane em 1925 e não mais voltou a operar, devido à dificuldade e especificidade da manutenção necessária.

No dia 3 de fevereiro, o ministro da Guerra visitou a 1^a Companhia Ferroviária, em vias de extinção por ser considerada obsoleta. No diálogo travado pelo ministro com o comandante da companhia, capitão Raul Guimarães Regadas, devidamente registrado por jornalistas presentes, ficou claro o destino que seria dado também à Companhia de Carros de Combate:

Pois bem, lá no *front*, o sr. não acompanharia a marcha da tropa de guerra, isto é, não serviria, na zona de operações, às necessidades do Exército. O seu material é pesado, mas ainda que leve, não poderia preencher aquelas necessidades. [...] Uma companhia ferroviária é tão obsoleta como uma companhia de carros de assalto. [grifo nosso]²⁸

Assim, por meio do Decreto nº 20.986, de 21 de fevereiro de 1932, a Companhia de Carros de Combate, primeira subunidade a empregar blindados na América do Sul, foi extinta, e seu material ainda aproveitável, recolhido ao Batalhão Escola de Infantaria. Com a eclosão da Revolução Constitucionalista em São Paulo, em julho desse mesmo ano, alguns FT-17 foram empregados isoladamente, em apoio à infantaria, nas frentes mineira e do Vale do Paraíba. Sempre atenta às questões militares, a imprensa do Rio de Janeiro protestou contra o fim da companhia:

O Ministério da Guerra extinguiu a Companhia de Carros de Assalto. A medida faz parte, com certeza, do plano europeu de desarmamento geral, ao qual o nosso país serve de modelo.

Quanto a nós, em caso de guerra, sem tanks e automóveis blindados, nos arranjaremos mesmo com carros de bois.²⁹

Terminava assim, melancolicamente, a primeira experiência com blindados no Exército Brasileiro.

Considerações finais — erros, acertos e oportunidade

Em sua curta existência de pouco mais de uma década, a Companhia de Carros de Assalto experimentou erros e acertos. Certamente houve mais ações e decisões acertadas do que equivocadas. O início da trajetória da companhia, com a aquisição dos doze Renault logo após a Primeira Guerra Mundial, mostrou-se promissora e representou a continuidade de um movimento de transformação do Exército, que vinha em um crescente desde as reformas promovidas pelo marechal Hermes da Fonseca em 1908.

Também mostrou ser acertada a escolha do capitão José Pessoa para comandá-la, visto que era o maior especialista em blindados no Brasil. Sua persistência, conhecimento e experiência permitiram que, do nada, fosse organizada a primeira força blindada da América do Sul. Certamente um caso modelar de um homem certo no lugar certo.

A aquisição dos FT-17, um carro recorrente em apresentar panes e defeitos técnicos, não serviu como motivação para atrair o pessoal para trabalhar com os novos car-

ros. Cabe ponderar, no entanto, que o material talvez fosse o único que o Brasil pudesse adquirir, sob os auspícios da Comissão de Estudos em Operação e Aquisição de Material na França.

Embora adquiridos em pequena quantidade, os carros receberam o destino correto, compondo uma subunidade-escola com a finalidade de preparar os quadros e desenvolver uma mentalidade blindada no país.

Além das deficiências técnicas dos Renault, um fator que dificultou sobremaneira a assimilação dos carros foi a ausência de uma base doutrinária de emprego sólida. Embora o capitão José Pessoa tivesse se esforçado para organizar os rudimentos de uma doutrina, foi somente na década de 1930 que os exércitos das principais potências desenvolveram os princípios doutrinários de emprego dos carros de combate.

Referências

Fontes

Avisos Ministeriais do Ministério da Guerra. Arquivo Histórico do Exército (diversos).

Boletins do Exército. Arquivo Histórico do Exército (diversos).

FIRST WORLD WAR. Primary documents –*The battle of Cambrai by Paul von Hindenburg, 19 November 1917*. Disponível em <http://firstworldwar.com/source/cambrai_hindenburg> Acesso em 10 abr. 2016.

Folhas de alterações do marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Arquivo Histórico do Exército.

Jornal *Correio da Manhã*, diversas edições.

Revista *da Semana*, diversas edições.

Revista *O carro de combate*, de 1926.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti. *Os tanks na guerra europeia 1914-1918*. Rio de Janeiro: Albuquerque e Neves, 1921.

BRIGAGÃO, Clóvis. Guerra e ciência: dois lados de uma mesma moeda humana. In: *ComCiência*. Disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/guerra/guerra19.htm#nota2>> Acesso em 10 abr. 2016.

Alguns países nem isso conseguiram, como bem o demonstrou a França nos anos iniciais da 2ª Guerra Mundial.

Como ocorreu em outros países na mesma época, boa parte das lideranças do Exército não estava preparada para as novas tecnologias resultantes do primeiro conflito mundial. A oportunidade para incorporar o novo paradigma tecnológico quase foi perdida. Não o foi, pois outro capitão de cavalaria, Carlos Flores de Paiva Chaves, reintroduziria, em 1938, os blindados no país, no novo Centro de Instrução de Motomecanização, com 23 autometrilhadoras CV-33 de fabricação italiana. Nesse processo, aproveitou a experiência de José Pessoa e dos pioneiros da Companhia de Carros de Assalto e trabalhou incansavelmente para que a nova experiência fosse bem-sucedida. E efetivamente foi. 

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia*. São Paulo: Contexto, (no prelo).

DUARTE, Antônio Paulo. A visão da “Guerra Total” no pensamento militar. *Revista Nação e Defesa*, Lisboa, n.112, p.33-50, 2005.

FULLER, John Frederick Charles. *A conduta da guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/CPDOC. *José Pessoa*. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em 26 jul.2015.

HOBBSAWN, Eric. *A era do capital 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RODRIGUES, José Wasth; BARROSO, Gustavo. *Uniformes do Exército Brasileiro - 1730-1922: Obra Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Aquarellas e Documentação de José Wasth Rodrigues*. Texto organizado por Gustavo Barroso. Paris: A. Ferroud – F. Ferroud Succr, 1922.

TANKS ENCYCLOPEDIA. *Renault FT*. Disponível em <http://www.tanks-encyclopedia.com/ww1/fr/renault_ft.php> Acesso em 13 abr. 2016.

_____. *Medium Mark A Whippet*. Disponível em <http://www.tanks-encyclopedia.com/ww1/gb/British_medium_Mark-A_whippet.php> Acesso em 14 abr. 2016.

WEBER, Max. *A política como vocação*. Brasília: Editora UNB, 2003.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ WEBER, Max. *A política como vocação*. Brasília: Editora UNB, 2003.

² BRIGAGÃO, Clóvis. Guerra e ciência: dois lados de uma mesma moeda humana. In: *ComCiência*. Disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/guerra/guerra19.htm#nota2>> Acesso em 10 abr. 2016.

³ Os principais conflitos ocorridos desde 1850 até a 1^a Guerra Mundial foram: Guerra da Crimeia (1853-1856), Guerra Civil Americana (1860-1865), Guerra do Paraguai (1864-1870), Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), as duas Guerras dos Bôeres (1880-1881 e 1899-1902), Guerra dos Boxers (1899-1900) e Guerra Russo-Japonesa (1904-1905).

⁴ De acordo com DUARTE (2005, p.36), a Grande Guerra caracteriza-se pela mobilização global e integrada das sociedades. Não é só uma questão de recursos humanos e demográficos, mas de impacto global e intenso da guerra nas sociedades que a viveram.

⁵ A designação “tanque” suscita duas hipóteses, ambas, partes da mesma ideia: a primeira corresponde ao experimento anterior ao Mark I — chamado de “*This Thing*” (“esta coisa”) —, que parecia um tanque d’água devido à abertura do seu teto; a segunda seria relativa ao codinome escolhido pelos ingleses e franceses durante o desenvolvimento do projeto que, em meio ao sigilo total, foram apelidados de “tanques” preventivamente, para o caso de tal informação chegar aos alemães. Os britânicos esperavam que os alemães acreditariam se tratar de reservatórios de líquidos ou afins.

⁶ FIRST WORLD WAR. Primary documents – *The battle of Cambrai by Paul von Hindenburg, 19 November 1917*. Disponível em <http://firstworldwar.com/source/cambrai_hindenburg> Acesso em 10 abr. 2016.

⁷ Além da Comissão, o Brasil enviou à França um hospital militar completo e à Inglaterra, à Itália e aos EUA grupos de aviadores navais para treinamento e posterior operação em combate. A maior participação brasileira na 1^a Guerra Mundial, contudo, foi o envio de uma Divisão Naval para patrulhar a costa ocidental da África, sob o comando do almirante Pedro Max Frontin.

- ⁸ Folhas de alterações do marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Arquivo Histórico do Exército.
- ⁹ Folhas de alterações
- ¹⁰ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/CPDOC. José Pessoa. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em 26 jul. 2015.
- ¹¹ ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti. *Os tanks ..., 1921*.
- ¹² Com relação ao aspecto organizacional, parece que os franceses não aprenderam a lição. Por ocasião da invasão alemã da França, em 1940, durante a 2^a Guerra Mundial, o Exército Francês continuou dispersando seus blindados pelas unidades de infantaria e foi derrotado facilmente pelos alemães, que, apesar de possuírem carros com qualidade e quantidade inferiores, reuniam seus meios em unidades independentes — as Divisões Panzer.
- ¹³ José Pessoa era sobrinho de Epitácio Pessoa, presidente da República de 1919 a 1922, e irmão de João Pessoa, cujo assassinato seria um dos estopins para o Movimento de 1930, que poria fim à República Velha.
- ¹⁴ Cf. TANKS ENCYCLOPEDIA. *Medium Mark A Whippet*. Disponível em <http://www.tanks-encyclopedia.com/ww1/gb/British_medium_Mark-A_whippet.php> Acesso em 14 abr. 2016.
- ¹⁵ A designação FT é incerta. Alguns autores se referem a ela como *Faible Tonnage* (pequena tonelagem) e outros como *Franchisseur de Tranchées* (cruzador de trincheiras)
- ¹⁶ Cf. TANKS ENCYCLOPEDIA. *Renault FT*. Disponível em <http://www.tanks-encyclopedia.com/ww1/fr/renault_ft.php> Acesso em 13 abr. 2016.
- ¹⁷ Boletim do Exército nº 382, de 5 de maio de 1921.
- ¹⁸ Na estrutura organizacional do Exército Brasileiro na década de 1920, e ainda hoje, as subunidades da Arma de Infantaria eram designadas de companhias; as de Cavalaria, de esquadrões; e as de Artilharia, de baterias.
- ¹⁹ Aviso Ministerial nº 360, de 26 de maio de 1921.
- ²⁰ Os oficiais pioneiros da Companhia de Carros de Assalto eram, além do comandante, os primeiros-tenentes Carlos de Souza Reis, Otávio Monteiro Aché, João Pereira de Oliveira, Oswaldo de Araújo Motta e Raul da Cunha Bello (médico); e os segundos-tenentes Antônio Carlos Bittencourt e Francisco Salles de Senna (intendente).
- ²¹ Local onde hoje está localizado o 57º Batalhão de Infantaria Motorizado (Escola), unidade herdeira do Regimento Escola de Infantaria.
- ²² *Correio da Manhã*, edição de 27 de setembro de 1921. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.
- ²³ *Correio da Manhã*, edição de 20 de outubro de 1921. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.
- ²⁴ *Correio da Manhã*, edição de 7 de novembro de 1921. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.
- ²⁵ *Correio da Manhã*, edição de 2 de fevereiro de 1922. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.
- ²⁶ *Correio da Manhã*, edição de 7 de novembro de 1921. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.
- ²⁷ Aprovado pelo Aviso Ministerial nº 621, de 5 de outubro de 1921.
- ²⁸ *Correio da Manhã*, edição de 3 de fevereiro de 1932. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.
- ²⁹ *Correio da Manhã*, edição de 23 de fevereiro de 1932. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

SISFRON

Vetor da Guerra de Informação na fronteira terrestre brasileira

*Dardano do Nascimento Mota**

Introdução

O século XXI vem sendo marcado pelo aumento da velocidade de transmissão de informações provenientes das mais diversas fontes, sejam elas estatais ou não. Tais dados têm transitado por meio de ferramentas de Tecnologia da Informação (TI) cada vez mais complexas e integradas. Esse cenário vem intensificando as disputas entre atores governamentais e não governamentais por poder, influência e recursos financeiros.

Somado a isso, a quantidade de informação, cada vez mais ampla, difusa e variada, está exigindo maiores conhecimentos, capacidades e recursos para armazená-la e manuseá-la. Esse aspecto está conferindo grande dinamismo à realidade atual, marcado pelo grande compartilhamento de informações, impactando todas as expressões do poder, particularmente a econômica, militar e científico-tecnológica.

Como exemplo,

no ano 2000, o estudo do genoma humano levou vários anos, a um custo de US\$ 50 milhões, hoje ele pode ser realizado em um dia, por mil dólares. [...]. O mesmo se aplica à revolução da Informação. Muito

mais informações são geradas a cada dois dias que nos últimos 2 mil anos. Essa possibilidade leva a crer que haverá maior volatilidade nos domínios informacional, físico, infraestrutural e conceitual. (JOHNSON, 2015, p. 50)

Nesse contexto de grande complexidade, está inserido o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), um importante instrumento do Estado, conduzido pelo Exército Brasileiro, no combate ao atual cenário de grande trânsito de ilícitos transnacionais que passam pelas fronteiras terrestres do país.

O SISFRON foi oficializado pela Diretriz de Implantação, aprovada pela Portaria nº 193-EME, de 22 de dezembro de 2010. Ele vem sendo implantado, em uma primeira fase, na 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, sediada em Dourados-MS, com o objetivo de

prover as estruturas física e lógica apropriadas ao ciclo de Comando e Controle em todos os escalões do processo decisório, contemplando enlaces adequados para as comunicações entre todos os níveis, com capacidade de transmissão coerente com a missão atribuída e com a possibilidade de operar em rede, de acordo com o que estabelece a Estratégia Nacional de Defesa. (BRASIL, 2010b, p. 24)

* Maj Com (AMAN/00), pós-graduado em Ciências Militares (EsAO/09). Atualmente, é aluno do 2º ano da ECeme.

O SISFRON está baseado em três pilares: monitoramento, sensoriamento e apoio à decisão. Essa característica o reveste de grande envergadura tecnológica, uma vez que, para atendê-la, são necessários equipamentos que demandam capacitações específicas para operá-los. Isso impõe a sua compartimentação em subsistemas.

Nesse sentido, o SISFRON, por possuir em seu escopo subsistemas com perfis distintos, mas trabalhando de forma integrada, bem como por seu emprego dual, tem-se mostrado relevante, não só para o Exército Brasileiro, mas também para a sociedade, como gerador de segurança, emprego e renda. Isso o qualifica como um importante agente para as expressões política, econômica e científico-tecnológica do país no combate aos ilícitos transnacionais.

Ainda no contexto de velocidade de transmissão de dados e de disputas por poder e influência no campo informacional, vem ganhando cada vez mais força a chamada Guerra de Informação. É importante ressaltar que esse é um conceito atual e vem sendo estudado em diversas literaturas.

O Livro Branco de Defesa Nacional atesta que

outros desafios que se apresentam ao país dizem respeito à sua capacidade de fazer face aos chamados “conflitos do futuro”, quais sejam, **as guerras de Informação**, e os conflitos de pequena escala, caracterizados por origem imprecisa e estruturas de comando e controle difusas, que operam com o uso de redes sociais. (BRASIL, 2012, p. 28) (grifo nosso)

Da mesma forma,

a **guerra de Informação** apresenta-se tanto na dimensão militar quanto civil. No meio militar, ela se apresenta na guerra centrada em redes e, no civil, é travada no escopo da sociedade do Conhecimento. Esta última, quando bem empregada, proporciona aos comandantes de todos os níveis a consciência situacional¹ necessária ao seu escalão. Outra maneira de classificar a guerra de Informação é dividi-la em dois grupos: a guerra de comando e controle e a guerra econômica. (FONTENELE, 2008, p. 1) (grifo nosso)

Este artigo tem por objetivo abordar o SISFRON como um sistema que demandará: o envolvimento de outras agências federais, o constante incremento orçamentário do Estado e o seu fortalecimento em pessoal e equipamentos na região da Tríplice Fronteira (Paraguai, Argentina e Uruguai), tudo inserido no contexto da Guerra de Informação.

Desenvolvimento

A Guerra de Informação é muito abrangente, sobretudo no que tange aos perfis dos atores envolvidos. Essa abrangência se deve, entre outros fatores, à presença dos meios de TI, que estão ao alcance da maioria das pessoas e têm contribuído para conduzir o Conhecimento a grandes distâncias e a grupos totalmente distintos.

Reto Haeni (1997, p. 3) traz a seguinte definição para Guerra de Informação:

Actions taken to achieve information superiority by affecting adversary information, information-based processes, information systems, and computer-based networks while defending one's own information, information based processes, information systems, and computer-based networks.²

As organizações criminosas, por dispor de recursos financeiros e capacitação técnica, também podem empregar os meios de TI na execução de suas ações.

Isso está reforçado na ideia de que:

O crime organizado não é um fenômeno novo. Não está vinculado a nenhuma religião ou ideologia. Não é próprio de uma cultura ou de um povo em particular, mas sim o resultado da própria história da humanidade. Há muito tempo tem-se convivido com essas ameaças que constituem o caráter variado do crime organizado, como: a lavagem de dinheiro, o contrabando, o tráfico de drogas e armas, a corrupção etc. **O grande diferencial que o caracteriza atualmente é a sua conversão de um fenômeno localizado para um problema transnacional com patamares globais de atuação.**

Esse tipo de comportamento delitivo teve seu auge e diversificação nas últimas décadas. Aproveitou-se o fenômeno da globalização e do acelerado avanço tecnológico, especialmente, nas áreas de transporte e telecomunicações, para expandir suas atividades, beneficiando-se, ora das facilidades resultantes do movimento global, como a nova forma da geopolítica, a permeabilidade das fronteiras e o mercado internacional; ora pelas falhas decorrentes desse mesmo processo, como a desregulamentação do sistema financeiro mundial e a deficiência dos Estados no controle referente aos movimentos de desterritorialização. (RODER, 2007, p.20) (grifo nosso)

Dessa maneira, surgem alguns questionamentos. O primeiro deles, ainda que pareça óbvio, se refere à informação. Afinal, o que ela vem a ser?

Para o presente trabalho, “informação” será definida como:

Representação inteligível de objetos, estados e acontecimentos nos domínios real, virtual e subjetivo. Integra processos para a construção do conhecimento, o que promove a compreensão precisa e atualizada do ambiente operacional. (BRASIL, 2014a, p. 4-17)

Outros aspectos importantes se referem a: em que medida os meios de TI vêm influenciando as ações das diversas organizações criminosas na faixa de fronteira terrestre brasileira?

Muitas respostas e, até mesmo especulações, vêm à tona diante do questionamento apresentado. É notório o emprego de tecnologias da informação também no combate à criminalidade. No entanto, por que os ilícitos transnacionais seguem avançando?

Essa pergunta tem estreita ligação com ameaças como o tráfico de drogas, de armas e de pessoas e o descaminho, entre outros.

A despeito da abrangência do assunto em tela, o presente artigo analisa criticamente o caso brasileiro, tendo o SISFRON como um ator importante inserido no contexto da Guerra de Informação. Nesse sentido, emerge outra questão: em que medida o SISFRON pode atuar dentro da Guerra de Informação, provendo a necessária superioridade de informação ao Estado contra as supracitadas ameaças?

A resposta para este último questionamento é a ideia chave da presente reflexão integradora.

Era da Informação

O mundo do século XXI tem-se mostrado cada vez mais dependente da transmissão de dados por intermédio de meios digitais a grandes distâncias e em curtos espaços de tempo. Dessa forma, dada a gran-

de relevância da informação, como uma ferramenta para a construção de estruturas em todos os campos do poder, analistas de cenários prospectivos como Alvin Toffler e Manuel Castells apresentam a evolução das sociedades humanas em “Eras”.

Nesse sentido,

a “Era da Informação” sucedeu a “Era Industrial”. Na “Era da Informação”, quem controlar o domínio sobre o conhecimento influenciará decisivamente a sociedade e provocará mudanças tão profundas nesta como as que foram introduzidas na sociedade pela Revolução Industrial. (TOFFLER, 2003)

A Era da Informação está relacionada a três segmentos importantes: tecnologia, cultura e política. Eles estão interconectados, construindo um todo que formou, a partir dos anos 1970, uma nova estruturação social (CASTELLS, 2011). Dentro da linha de pensamento de Manuel Castells,³ o presente artigo aborda o segmento tecnológico, sendo este diretamente relacionado à Tecnologia da Informação, particularmente às estruturas em rede.

Complementando essa ideia,

a Era da Informação impôs às organizações a necessidade de funcionarem em Rede e, nestas novas formas de comunicação, desenvolveu-se também uma “nova lógica para o processo decisório – a Rede”. (NUNES, 2005)

Aprofundando a análise da Era atual, podemos constatar dois pontos de intersecção desta com a Guerra de Informação. O primeiro se refere ao emprego de ferramentas baseadas em TI, e o segundo, ao fato de que ambas possuem a informação como

matéria-prima principal em suas “mecânicas” de funcionamento. Esses pontos estão reforçados na ideia de que a Era da Informação “está caracterizada pela relevância da aplicação dos conceitos associados à TI nas diversas áreas da gestão e das atividades do dia a dia” (BRASIL, 2010a, p.46).

Assim, dados os supracitados pontos de intersecção, é lícito afirmar que o SISFRON está plenamente inserido na Guerra de Informação, uma vez que esse Sistema também possui a informação como matéria-prima essencial que irá alicerçar a chamada Consciência Situacional e está baseado, na sua maior parte, em estruturas de TI. Isso será constatado no tópico que abordará os subsistemas do SISFRON.

O cenário de ilícitos transnacionais

No que se refere aos ilícitos transnacionais, o Livro Branco de Defesa Nacional (2012, p. 259) os divide em

dois grandes segmentos: o dos crimes contra a pessoa, englobando o narcotráfico, o tráfico de armas e munições, o tráfico de pessoas e o contrabando de migrantes; e o dos crimes financeiros, como a corrupção e a lavagem de dinheiro. **Ainda se destaca o crime cibernético, como manifestação da abrangência global e da crescente complexidade técnica das atividades criminosas.** (grifo nosso)

Essa conceituação apresenta a importância dos meios de Tecnologia da Informação e seu emprego por parte das organizações criminosas na execução dos ilícitos transnacionais. Isso fica ainda mais evidenciado com os crimes cibernéticos.

Isso posto, ao trazermos para a realidade brasileira, particularmente para a sua

País	Fronteira seca (km)	Rios/Lagoas (km)	Total (km)
Guiana Francesa	303	427	730
Suriname	593	-	593
Guiana	908	698	1.606
Venezuela	2.199	-	2.199
Colômbia	835	809	1.644
Peru	992	2.003	2.995
Bolívia	3.423	751	4.174
Paraguai	437	929	1.366
Argentina	25	1.236	1.261
Uruguai	320	749	1.069
Total	10.035	7.602	17.637

Tabela 1 – Extensão da fronteira do Brasil com países limítrofes

Fonte: DANTAS, 2014, p. 27

conformação fronteiriça (conforme **Tabela 1**), observamos a imensidão e a variedade de cenários por onde transitam os ilícitos transnacionais (seja pela fronteira seca, pelos rios ou pelo ar). Isso pode ser constatado, particularmente, nas fronteiras com quatro importantes exportadores mundiais de drogas, como Peru, Bolívia, Paraguai e Colômbia.

Essa realidade, complexa e variada, fortalece a construção de um cenário no qual todos os estados do Brasil que fazem fronteira com outros países apresentem estatísticas de ilícitos (conforme **Tabela 2**) que impactam boa parte do país. Isso é favorecido pelo largo emprego dos meios tec-

nológicos na consecução dos ilícitos.

Ainda no que se refere à tecnologia, Guilherme Cunha Werner (2009, p. 44) reforça a sua importância para a consumação criminosa ao afirmar que as “alianças celebradas entre os diversos grupos criminosos se inserem no processo de globalização financeira”. Acrescenta ainda que “utilizam o incremento de tecnologias da informação e comunicação, articulam-se e se projetam no âmbito transnacional”.

Um bom exemplo disso é o uso do acesso de informações confidenciais, a manipulação de algumas informações, a implantação de vírus em sistemas e a destruição de arquivos.

Eventos criminosos	Grau de prioridade de implantação do projeto										Estados presentes	
	Alta					Média						
	AP	RS	MS	SC	AM	RR	PR	AC	RO	MT	PA	
Tráfico de drogas	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	11
Roubo de cargas, veículos	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	10
Tráfico de armas e munição	x	x	x	x	x		x	x	x	x		9
Crimes ambientais	x		x	x	x	x		x	x	x	x	9
Refúgio de criminosos		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	9
Contrabando e descaminho	x	x	x	x	x	x	x		x	x		9
Exploração sexual infanto-juvenil	x	x		x		x	x	x	x			7
Tráfico de pessoas	x	x				x		x				4
Rota de veículos roubados			x		x		x			x		4
Abigeato (roubo de gado)		x	x	x			x					4
Pistolagem					x	x		x				3
Evasão de divisas	x	x										2
Turismo sexual	x											1
Eventos criminosos presentes	9	9	8	8	8	8	8	7	7	7	3	

Tabela 2 – Eventos criminosos por estado situado na faixa de fronteira

Fonte: Eventos Criminosos Relacionados à Zona de Fronteira (Brasil, 2008), Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina¹

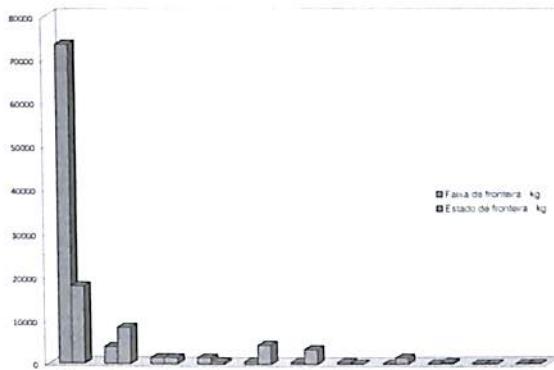


Gráfico 1 – Apreensões de Drogas – Estados da Fronteira 2012

Fonte: Brasil, Ministério da Defesa, 2013⁵

Assim, ao considerar o nível de impacto dos ilícitos transnacionais, pode-se constatar, ainda na Tabela 2, que o tráfico de drogas se constitui no principal ilícito nos Estados da faixa de fronteira terrestre brasileira.

Além disso, pode-se depreender, pelo **Gráfico 1**, que esse ilícito foi o mais destacado no Estado do Mato Grosso do Sul, que atualmente é o palco da implantação do SISFRON em sua fase piloto.

Outro aspecto que se soma ao potencial das organizações criminosas na consumação dos ilícitos transnacionais está em sua possível ligação com grupos terroristas, particularmente na região da Tríplice Fronteira. Nesse sentido,

os crimes correlatos ao terrorismo, que, segundo autoridades internacionais, são a principal fonte de levantamento de recursos financeiros, fazem da Tríplice fronteira Sul — Brasil, Argentina e Paraguai — uma região apontada por organizações internacionais como uma área onde pode haver a existência de células terroristas e levantamento de recursos financeiros para financiar ataques terroristas, através da venda

de drogas e contrabando de mercadorias. (COSTA, 2013, p.27)

Além disso,

não se sabe exatamente qual é o papel da tríplice fronteira na atração de grupos terroristas, mas a comunidade árabe e muçulmana da Cidade do Leste tem coletado fundos, através da lavagem de dinheiro, tráfico de armas e drogas, contrabando e pirataria. Supostamente, uma parte destes fundos é enviada para o Hezbollah e o Hamas em apoio aos atos terroristas contra Israel. (ABBOT, 2005, p.22)

Isso reforça, no contexto da Guerra de Informação, a importância do SISFRON como o vetor capaz de prover o indispensável ambiente de superioridade de informação nas fronteiras terrestres do país.

Pelo exposto, considerando a capilaridade fronteiriça e a diversidade de atores com potencial de ameaça à segurança pública, é lícito afirmar a necessidade de envolver outras agências apoiando o Exército Brasileiro na condução do SISFRON. Isso se iniciaria pela Marinha do Brasil e pela Força Aérea Brasileira, no que tange aos Requisitos Operacionais Básicos (ROB) e às aquisições de material, visando ao futuro dos equipamentos que comporão esse Sistema de Vigilância de Fronteiras.

Até este ponto, observam-se duas premissas importantes para o presente trabalho. A primeira refere-se ao emprego dos meios de Tecnologia da Informação por qualquer organização, e a segunda, ao uso da informação como matéria-prima importante para o sucesso ou insucesso de qualquer atividade, seja ela legal ou não. Isso ocorre na Era da Informação, na Guerra de Informação, no SISFRON e

nas ações das organizações criminosas na consumação dos ilícitos transnacionais.

Isso posto, a partir do próximo tópico, serão aprofundados os subsistemas que integram o SISFRON e a Guerra de Informação, particularmente no que diz respeito à superioridade de informação, considerando as supracitadas premissas (que estão em crescente importância na atual conjuntura).

Os subsistemas do SISFRON

O SISFRON,

por sua complexidade tecnológica e amplitude de emprego, compreende um conjunto amplo e integrado de tecnologias, estruturas organizacionais, processos e pessoas, constituindo um “sistema de sistemas”. (BRASIL, 2014b, p.75)

Essas características demandam altos custos financeiros no que tange à implantação do SISFRON, um sistema de informação em rede,⁶ baseado em grande quantidade e variedade de equipamentos, além da contratação de empresas com *know-how* para integrá-los (conforme a **Figura 1**).



Figura 1 – Planejamento e custos de implantação do SISFRON

Fonte: FRANÇA, 2014, p.26

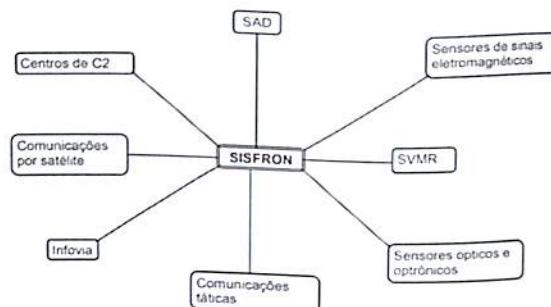


Figura 2 – Subsistemas do SISFRON desenvolvidos no CCOMGEX

Fonte: BRASIL, 2014b, p.75

Assim,

para o projeto piloto (1^a fase do SISFRON, que vem sendo implantada na 4^a Brigada de Cavalaria Mecanizada), no âmbito do pilar do Sensoriamento,⁷ foram estabelecidos, de forma específica, os seguintes subsistemas: Sensores ópticos e optrônicos; Sensores de vigilância, monitoramento e reconhecimento (SVMR); Sensores de sinais eletromagnéticos (Guerra Eletrônica); Comunicações táticas; Comunicações por satélite; Comunicações Estratégicas e Centros de comando e controle (C2). (BRASIL, 2014b, p. 75)

Para cumprir sua finalidade, cada um dos referidos subsistemas (conforme a **Figura 2**) está dotado de capacidades específicas, que contribuirão para, trabalhando de forma integrada, fornecer à sociedade a vigilância necessária das fronteiras terrestres do país.

Dessa forma, importa apresentar, ainda que de forma muito resumida, quais as principais capacidades que cada subsistema possui atualmente. Pode-se destacar o conteúdo apresentado na **Tabela 3**.

Apesar da importância de todos os subsistemas do SISFRON, para o presente trabalho, serão detalhados, por sua pertinência com o assunto, os subsistemas de Comunicações Tá-

Subsistema	Capacidades Atuais
Optrônicos	<ul style="list-style-type: none"> • ser empregado individualmente nas missões de vigilância, potencializando a eficácia e eficiência da tropa, entretanto sem uma integração direta do sensor em rede com os escalões superiores • integrar-se, por meio das comunicações táticas, ao Subsistema de Apoio à Decisão, possibilitando o aumento da consciência situacional dos escalões superiores e diminuindo o tempo do ciclo de decisão em comando e controle
Vigilância, monitoramento e reconhecimento (SVMR)	<ul style="list-style-type: none"> • executar a vigilância de áreas extensas pela detecção e reconhecimento de entidades móveis e sua identificação pelas versões dotadas de câmeras • prover a consciência situacional a nível local e ao nível de regimento • integrar-se com os recursos de comunicações da Infovia e das Comunicações Táticas, contribuindo para incrementar o processo de consciência situacional
Sensores de sinais eletromagnéticos	<ul style="list-style-type: none"> • operar relativamente desacoplado dos demais subsistemas de sensores • prover o SAD e os Centros de Comando e Controle com informações levantadas por seus receptores
Apoio à decisão (SAD)	<ul style="list-style-type: none"> • fornecer o suporte ao Exército Brasileiro para a execução da vigilância da faixa ao longo das fronteiras terrestres brasileiras, especificamente na região das OM (organizações militares) do Comando Militar do Oeste (CMO) que foram contempladas na Fase Piloto do Projeto SISFRON
Comunicações táticas	<ul style="list-style-type: none"> • possibilitar a comunicação entre e intra organizações militares (OM), em operações e manobras militares, por exemplo, quando uma OM estiver desdobrada no teatro de operações • atuar como elo entre o SAD e diversos subsistemas de sensores inerentes ao SISFRON, permitindo que o SISFRON opere como um sistema integrado • atuar como um sensor, na medida em que todos os rádios possuem um receptor GPS embutido e a posição de seu portador, seja um elemento ou uma viatura
Comunicações estratégicas (Infovia)	<ul style="list-style-type: none"> • suportar as comunicações em rede entre as OM envolvidas no SISFRON, possibilitando a experimentação e consolidação do conceito de operações centradas em rede no âmbito do SISFRON, provendo a comunicação entre as instâncias do Subsistema de Apoio a Decisão (SAD) instaladas nos regimentos, 4ª Brigada e CMO
Comunicações satelitais	<ul style="list-style-type: none"> • prover comunicações digitais em regiões sem infraestrutura de comunicações fixas • garantir comunicações entre brigada e comando central em operações de deslocamento em regiões sem infraestrutura, suportando o Subsistema de Apoio a Decisão (SAD) e a cadeia de comando e controle, em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> • permitir a operação contínua dos sensores e subsistemas de todo o SISFRON
Centros de comando e controle	<ul style="list-style-type: none"> • possibilitar a integração das unidades envolvidas no projeto piloto, provendo recursos de transmissão de dados, voz e imagem para todos os nós do sistema na área do Estado do Mato Grosso do Sul • possibilitar a utilização de recursos de telefonia e sistema de monitoramento das unidades remotas, de forma centralizada

Tabela 3 – Capacidades resumidas dos Subsistemas do SISFRON

Fonte: MOTA, 2015

ticas, Estratégicas e Satelitais, além do de Centros de Comando e Controle.

Eles serão abordados nos tópicos a seguir, quando for estabelecido o relacionamento do SISFRON com a superioridade de informação.

Superioridade de informação

Está cada vez mais evidenciada a importância de deter a capacidade de transmitir informações de forma oportuna e efetiva, desde o nível tático até o político. A História descortina episódios importantes, nos quais a referida capacidade ficou patente. Um bom exemplo que ilustra esse aspecto ocorreu durante a Guerra das Malvinas (1982), quando os Estados Unidos da América se mostraram um importante aliado da Inglaterra, inclusive transmitindo-lhe informações obtidas por seus satélites, ainda que sem interviro militarmente.

Esse apoio contribuiu para garantir a vitória britânica, uma vez que

os argentinos, sem informações providas por satélites, não poderiam realizar um contra-ataque eficaz contra a Grã-Bretanha. A sua maior possibilidade de obter na frustrada pelas negociações secretas desta litou o uso do arsenal militar soviético pelas forças argentinas. (CARVALHO, 2014)

Assim, dado o exemplo das Malvinas, pode-se constatar a importância da superioridade de informações da Inglaterra, provida por meios tecnológicos, em detrimento da Argentina, para o resultado do conflito.

O detentor de superioridade de informação encontra-se em melhores condições

de vencer o seu opositor, uma vez que tal superioridade se constitui em uma importante parte da Guerra de Informação. Isso está evidenciado na própria definição de Guerra de Informação adotada pelo Ministério da Defesa:

Conjunto de ações destinadas a obter a **superioridade das informações**, afetando as redes de comunicação de um oponente e as informações que servem de base aos processos decisórios do adversário, ao mesmo tempo em que garante as informações e os processos amigos. (BRASIL, 2007, p.124)

Complementando o disposto acima, está evidenciado que a superioridade de informação

é traduzida como uma vantagem operativa advinda da habilidade de reunir, processar, difundir, explorar e preservar um fluxo ininterrupto de informações aos comandantes em todos os escalões, ao mesmo tempo em que se busca tirar vantagem das informações do oponente e/ou negar-lhe essas habilidades. É possuir mais e melhores informações do que o adversário sobre o ambiente operacional. Permite o domínio da dimensão informacional (espectros eletromagnético, cibernético e outros) por determinado tempo e lugar. (BRASIL, 2014a, p. 3-1)

Ao verificarmos o supracitado conceito, pode-se afirmar que a superioridade de informação é condição indispensável para adquirir e manter qualquer vantagem operativa.

Não basta deter tecnologias adequadas ao êxito em qualquer ambiente operacional. É necessário, também, possuir as capaci-

dades técnicas e efetivamente empregar os meios para isso, uma vez que, superioridade de informação é, em outra definição,

a capacidade de adquirir, processar e disseminar os dados indispensáveis para a obtenção do conhecimento sobre a situação no tempo devido. Ela é fundamental para a conquista e manutenção da iniciativa no emprego das demais capacidades operacionais. (BRASIL, 2010, p. 46)

Além das referidas capacidades técnicas, também é necessário deter a condição de explorar de forma eficiente a superioridade de informação adquirida (conforme a **Figura 3**). Isso deve ser feito pela conjugação de informações relevantes, precisas e oportunas, pela “integração dos processos para a construção do conhecimento, o que promoverá a compreensão precisa e atualizada do ambiente operacional” (BRASIL, 2014a).

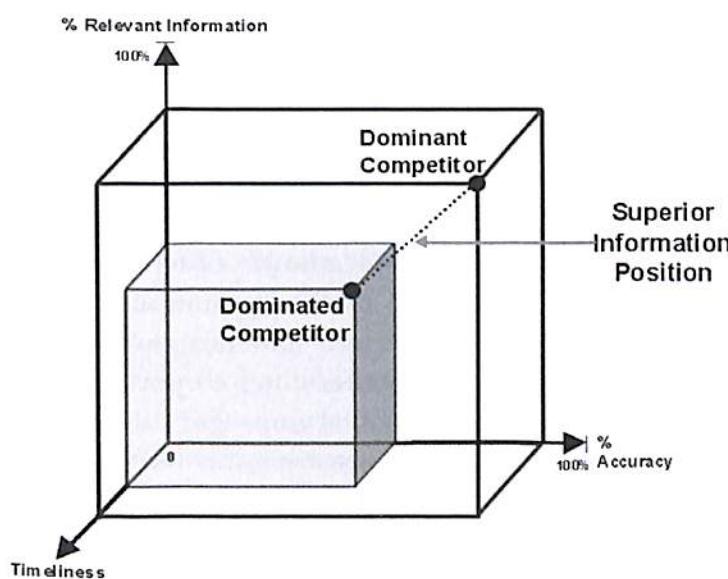


Figura 3 – Modelo conceitual de superioridade de informação

Fonte: Alberts, Garstka, & Stein, 1999, p. 34

Ainda explorando o exposto na **Figura 3**, verifica-se que é necessário que o “competidor dominante” em um ambiente de informações relevantes, precisas e oportunas envolva o “competidor dominado”, de modo que este fique circunscrito ao “dominante”. Isso gerará a devida “*Superior Information Position*”.⁸

Para o caso em análise, de acordo com a **Figura 3**, espera-se que o SISFRON permita ao Estado brasileiro desempenhar o papel de “competidor dominante”, configurando a situação de superioridade de informação, e as organizações criminosas estejam na situação de “competidoras dominadas”.

Somado ao exposto, outro aspecto relevante diz respeito ao processo de tomada de decisão. A superioridade de informação somente será evidenciada por decisões consistentes e oportunas.

Segundo Marcelo Paiva Fontenele (2008, p. 1),

atualmente, vivenciamos uma genuína guerra de informação, onde prevalece a assimetria e cujas batalhas são vencidas por aqueles que detêm a superioridade de informação em momentos decisivos. Entenda-se a superioridade de informação como: ter a capacidade de reagir de forma consistente a uma situação e **tomar decisões corretas mais rapidamente que o oponente com o objetivo de obter vantagem**. (grifo nosso)

Prosseguindo na ideia de superioridade de informação associada

ao processo decisório, pode-se afirmar que a primeira somente será efetivada se o segundo for coerente com a avaliação do impacto das informações recebidas. Esse pensamento não começou há pouco tempo. Como exemplo, temos o “Dilema Coventry” ocorrido com a Grã-Bretanha, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A seguir, em linhas gerais, como ocorreu o fato:

Durante a Segunda Guerra Mundial, os britânicos, usando a máquina Enigma, tiveram um acesso quase perfeito aos códigos operacionais alemães. Eles souberam, portanto, ao mesmo tempo que o comandante de campo alemão, que a Luftwaffe havia recebido ordem para destruir a cidade de Coventry, no interior da Inglaterra. Churchill enfrentou um dilema clássico. Se ele ordenasse a evacuação da cidade e os alemães descobrissem, eles saberiam que o código havia sido descoberto. Os alemães mudariam o código e os ingleses perderiam uma ferramenta de valor inestimável, talvez custando milhares de vida ou mesmo a guerra. Por outro lado, qual seria a finalidade da inteligência, se Churchill permitisse que uma cidade inglesa fosse devastada? Ele, apropriadamente, permitiu que a cidade fosse destruída sem evacuação, justificando que, se não o fizesse, muito mais vidas seriam perdidas no futuro. (FRIEDMAN, 2009, p. 363)

Assim, ao refletirmos sobre a superioridade da informação associada ao armazenamento de informações em um cenário de grande volatilidade e quantidade de dados circulando nos meios de TI, é lícito destacar a importância do emprego de sistemas com a capacidade de contribuir para que a superioridade de informação seja assegurada.

Segundo George e Meredith Friedman (2009, p. 364),

Imagens, o Programa norte-americano de apoio à Defesa, inteligência de sinais, inteligência eletrônica e quaisquer outros tipos de plataformas de reconhecimento, no espaço ou em outros lugares, **coletam vastas quantidades de dados; todos inúteis, em sua forma não processada. A torrente sem fim de material digital é incompreensível, a menos que algum sistema transforme os dados em informações, analise as informações e as distribua às pessoas que tomem decisões ou estejam conduzindo guerras.** (grifo nosso)

Essa assertiva ressalta a importância do armazenamento eficiente e da análise, baseada em sistemas confiáveis, que irão contribuir para garantir a superioridade de informações.

Assim, observando o exposto até este momento, emergem novas premissas que sustentam a ideia chave do presente artigo. A primeira: a superioridade de informação é condição indispensável para adquirir e manter qualquer vantagem operativa; a segunda: é necessário possuir as capacidades técnicas e efetivamente empregar os meios tecnológicos para garantir a superioridade de informação.

Proseguindo nessa linha de pensamento, a terceira premissa: a superioridade de informação somente será evidenciada por decisões consistentes e oportunas; e a quarta: é fundamental empregar sistemas com a capacidade de armazenamento de dados para que a supracitada superioridade seja assegurada.

Ao trazermos para a conjuntura brasileira, o SISFRON poderá ser o sistema com condições de prover, no contexto da Guerra de Informação, a necessária superioridade

de informação no atual cenário de grande tráfego de ilícitos transnacionais. Isso será tratado no tópico a seguir.

Os subsistemas do SISFRON e seu relacionamento com a superioridade de informação⁹

O SISFRON, como um “sistema de sistemas”, funciona à semelhança de um organismo que tem a informação como o principal insumo que sustentará o processo de tomada de decisão.

Como já foi abordado, os subsistemas do SISFRON trabalham de forma integrada, cada um exercendo funções específicas. No que diz respeito à Guerra de Informação e, particularmente à superioridade de informação, serão detalhados alguns dos seus subsistemas.

O primeiro deles se refere ao Subsistema de Comunicações Táticas. Esse subsistema dispõe de meios de comunicações (fixos, portáteis e veiculares) que operam nas faixas de UHF, VHF e HF. De acordo com a concepção do SISFRON, esse subsistema irá reequipar as tropas de fronteira no que tange aos meios de comando e controle tático e será um dos principais eixos estruturantes para o trânsito das comunicações das tropas (MOTA, 2015, p. 24).

Dentro do assunto em tela, basicamente, a informação produzida nos menores escalações, como os Grupos de Combate e Pelotões, será transmitida (seja voz ou dados) até o escalaão Brigada, por intermédio do Subsistema de Comunicações Táticas. Somado a isso, ele irá prover a integração dos demais subsistemas (MOTA, 2015, p. 35).

Ademais, em virtude de os equipamentos rádio estarem baseados em rede, tem sido necessária a implementação de um plano de treinamento¹⁰ com o objetivo de capacitar tec-

nicamente os operadores dos rádios, no que concerne à instalação e operação de redes de computadores. Isso tem agregado novas competências aos militares da fronteira terrestre brasileira.

Esse subsistema está revestido de grande importância para garantir a superioridade das informações, uma vez que dispõe dos meios tecnológicos para o trânsito da informação no nível tático e está construindo, por ocasião do seu processo de implantação, uma massa crítica com o conhecimento técnico para operar com efetividade os referidos meios.

O segundo dos subsistemas é o de Comunicações Estratégicas. Esse subsistema vem extrapolando a expressão militar. Atualmente as expressões política e psicossocial vêm sendo agregadas a ele por sua capacidade de apoiar iniciativas nessas duas expressões.

Também em fase de implantação, esse subsistema disporá de um conjunto de torres (Infovia) com alturas variando entre 60 e 100m e com visada direta,¹¹ onde estarão instaladas antenas de micro-ondas que transmitirão os dados levantados pelos sensores postados na fronteira até os Centros de Comando e Controle de Dourados e Campo Grande, MS.

A sua capacidade de transmissão associada a outros subsistemas, como o de Centros de Comando e Controle e o de Sensores de Sinais Eletromagnéticos, contribuirá para prover o SISFRON de dados que certamente contribuirão para garantir a superioridade de informação sobre as organizações criminosas que estiverem atuando nas fronteiras terrestres do país.

O terceiro subsistema a ser detalhado é o de Comunicações Satelitais. Nele, serão estabelecidas, por intermédio de estações —

à semelhança da apresentada na **Figura 4** —, as comunicações do SISFRON em regiões onde não há cobertura de comunicações por outros meios. Esse subsistema impõe o lançamento de um satélite de produção nacional de curto a médio prazo, o que reforçará a dualidade do SISFRON (MOTA, 2015, p. 26).

Dessa forma, por ampliar a capacidade de tráfego do sistema, operando como elemento redundante do SISFRON, esse subsistema contribuirá para a aquisição e manutenção da superioridade de informação. Além disso, a capacitação¹² fornecida para operação dos terminais satelitais reforçará a referida superioridade pela ampliação dos efetivos com condições técnicas de operar o supracitado subsistema ou de outros congêneres que venham a surgir futuramente.

Ainda no Subsistema de Comunicações Satelitais, a empresa Visiona¹⁴ está incumbida atualmente do supracitado lançamento do satélite militar brasileiro. Se considerarmos a inexistência de um satélite de defesa genuina-

mente nacional no Brasil e o envolvimento do SISFRON com essa empreitada, já seria um fator para considerá-lo como plenamente inserido na Guerra de Informação. Além disso, para fins práticos, o subsistema de comunicações satelitais contribuirá para o incremento de novas capacitações no emprego de meios que trabalhem na Banda X.¹⁵

O subsistema de Comunicações Satelitais será muito importante na busca pela superioridade de informações, em um contexto de ilícitos transnacionais, onde as organizações criminosas também empregam a comunicação satelital, por suas inúmeras facilidades, principalmente no que tange à segurança das comunicações.

Por fim, o quarto subsistema e não menos importante é o de Centros de Comando e Controle, tanto fixos quanto móveis (**Figura 5**). Esse subsistema está diretamente relacionado ao processo de tomada de decisão, uma das premissas estabelecidas para este artigo no que tange à superioridade de informação.

Para tanto, o subsistema de Centros de Comando e Controle está estruturado em plataformas que fornecerão a informação coletada nos sensores em interfaces que auxiliarão o processo decisório, de modo que este ocorra de forma rápida e eficaz (MOTA, 2015, p. 27-28). Isso contribuirá para a construção de um cenário de superioridade de informação, no qual os envolvidos nos ilícitos transnacionais serão ainda mais cerceados em suas ações.

Pelo exposto até aqui, é lícito afirmar que o SISFRON é um sistema plenamente in-



Figura 4 – Estações de Comunicação Satelital¹³

Fonte: Google®

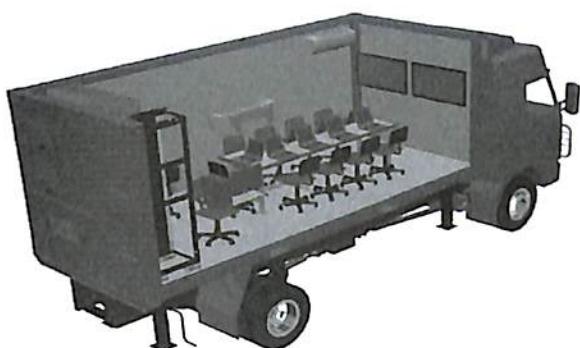


Figura 5 – Centro de comando e controle móvel
Fonte: MOTA, 2015, p. 27

serido na Guerra de Informação com condições de prover a necessária superioridade das Forças Armadas no combate aos ilícitos transnacionais.

Considerações finais

Dado o exposto neste trabalho, podemos afirmar que toda a análise apontou para o fato de a Guerra de Informação, particularmente na fronteira terrestre brasileira, se constituir em uma realidade com dois contendores importantes. De um lado, o Estado brasileiro, tendo o SISFRON, como uma ferramenta de vigilância das fronteiras terrestres; de outro, as organizações criminosas, relacionadas aos chamados ilícitos transnacionais. Ambos buscam garantir a superioridade de informação na consecução de seus objetivos.

Em síntese, e dentro desse escopo, podem ser apontados alguns aspectos importantes, que contribuirão para que o SISFRON siga sendo um vetor fundamental da Guerra de Informação no país. Tais aspectos merecem ser alvo de posteriores análises a

fim de que sejam apontados futuros caminhos para o SISFRON.

O primeiro aspecto está relacionado à complexidade e envergadura tecnológica, além dos meios de TI associados aos seus subsistemas. Ao considerarmos este aspecto associado à capilaridade e diversidade das fronteiras do país, surge a demanda de envolver, com profundidade, a Marinha do Brasil e a Força Aérea Brasileira na definição de requisitos e no acompanhamento das aquisições de equipamentos como embarcações e sistemas aéreos remotamente pilotados (SARP) a serem incluídos no SISFRON. O envolvimento das Forças irmãs com o Exército Brasileiro agregará maiores capacidades ao Sistema na Guerra de Informação contra as organizações criminosas.

O segundo aspecto está relacionado aos recursos financeiros envolvidos no SISFRON. Isso é muito importante, tendo em vista os altos custos envolvidos em um Sistema com grande integração de sensores, transmissão e armazenamento de dados. Nesse sentido, são indispensáveis todas as medidas para evitar a descontinuidade tecnológica do SISFRON em um cenário de avanço crescente dos ilícitos transnacionais alimentados pelas organizações criminosas. Considerando essa demanda, a superioridade de informação do SISFRON também depende da capacidade orçamentária do Estado, que deve considerar esse Sistema uma prioridade para o fortalecimento da estrutura de segurança pública do país.

O terceiro e último aspecto diz respeito à vigilância a ser provida pelo SISFRON na região da Tríplice Fronteira. É notório o estreito relacionamento entre o narcotráfico

co e o terrorismo. Isso nos permite afirmar que será fundamental dirigir esforços para a vigilância das fronteiras comuns entre Brasil, Paraguai e Argentina, de modo a prover para o Estado as indispensáveis informações sobre prováveis movimentações de grupos terroristas naquela região.

Dado o exposto, pode-se concluir que o SISFRON é um importante vetor da Guerra de Informação na fronteira terrestre do Brasil. Isso se deve às capacidades

agregadas em seus subsistemas, que lhe conferem alto valor tecnológico e a necessária superioridade de informação em face das organizações criminosas, principais responsáveis pelo trânsito dos chamados ilícitos transnacionais. Dessa forma, a manutenção e o aperfeiçoamento desse Sistema serão de importância vital para o Estado na garantia da segurança das fronteiras e da paz social, em um contexto da sempre presente Guerra de Informação. ☀

Referências

- ABBOT, Philip K. **A ameaça terrorista na Área da Tríplice Fronteira: Mito ou Realidade?**. Revista Military Review, 2005. Disponível em: <<http://www.observatorioseguranca.org/pdf/abbot.pdf>>. Acesso em: 13 Ago 16.
- ALBERTS, D., GARSTKA, J. STEIN, F. **Network Centric Warfare: Developing and Leveraging Information Superiority**. Washington DC: CCRP, 1999. Disponível em: <<http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/ccrp/ncw.pdf>>. Acesso em: 15 Ago 16.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **MD35-G-01 - Glossário das Forças Armadas**. 4^a Ed. [Brasília]: Ministério da Defesa, 2007.
- _____. Estado-Maior do Exército. **O Processo de Transformação do Exército, 3^a Edição**. Brasília, 2010a.
- _____. Secretaria-Geral do Exército. **Boletim do Exército nº 52/2010**. Brasília, 2010b.
- _____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>> Acesso em: 11 Ago 16.
- _____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em: 05 Ago 16.
- _____. Estado-Maior do Exército. **EB 20-MC-10.213, Operações de Informação**. 1^a Ed. Brasília, 2014a.
- _____. Estado-Maior do Exército. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**. 4^a Ed. Brasília, DF, 2014b.
- CARVALHO, Rogério do Nascimento. **ILHAS MALVINAS: uma reflexão sobre a soberania argentina**. Disponível em: <<http://www.esg.br/images/Monografias/2014/CARVALHO.pdf>>. Acesso em: 18 Ago 16.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Vol. I, 4^a ed., Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

COSTA, Sérgio Miguel Correia. **A atividade de Inteligência na prevenção da ameaça terrorista no Brasil**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103858/Monografia%20do%20Sergio%20Miguel%20Correia%20Costa.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 Ago 16.

DANTAS, Leonardo Arêas. **O agravamento da problemática da Segurança Pública brasileira na faixa de fronteira e os seus reflexos para o preparo e emprego da Força Terrestre**. Rio de Janeiro. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2014.

FONTENELE, Marcelo Paiva. **Proposta de Taxionomia da Guerra de Informação e das Operações de Informação**. Centro de Instrução de Guerra Eletrônica, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.ccomgex.eb.mil.br/cige/sent_colina/9_edicao_abr_10/index/Art_Maj_Fontenele.pdf>. Acesso em: 02 Ago 16.

FRANÇA, Eriwelton Ferreira de. **O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) no fortalecimento da soberania nacional**. Rio de Janeiro. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2014. Disponível em: <<http://200.20.16.3/guardiao/controle.php?modulo=cadastro&tela=legislacao&acao=detalhar&menu=0&rodape=0&Id=11949&readonly=true>>. Acesso em: 18 Ago 16.

FRIEDMAN, George; FRIEDMAN, Meredith. **Poder mundial: a tecnologia e o domínio dos Estados Unidos no Século XXI**. Tradução de Geraldo Alves Portilho Junior. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 2009.

HAENI, Reto E. **Information Warfare na Introduction**. The George Washington University, Cyberspace Policy Institute, 1997. Disponível em: <<http://www.trinity.edu/rjensen/infowar.pdf>>. Acesso em: 18 Ago 16.

JOHNSON, Robert A. **Como prever a Guerra do Futuro**. Revista Military Review, Julho-Agosto, 2015. Disponível em: <<https://www.joomag.com/magazine/military-review-edi%C3%A7%C3%A3o-brasileira-julho-agosto-2015/0483313001434382791>>. Acesso em: 14 Ago 16.

MOTA, Dardano do Nascimento. **Uma Concepção e Estratégias de Aplicação do Método Desdobramento da Função Qualidade (QFD) para as Comunicações Táticas do SISFRON**. Rio de Janeiro. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2015.

NUNES, P. Viegas. **O Impacto da Aplicação do Conceito de Network Centric Warfare nas Forças Armadas Portuguesas**. "Subsídios para o levantamento de uma Capacidade Militar Centrada em Rede". Academia Militar, Ministério da Defesa Nacional, 2005.

RODER, Ariane. **A Agenda Externa Brasileira face aos ilícitos transnacionais: o contrabando na fronteira entre Brasil e Paraguai**. Universidade de São Paulo. 2007. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/21205_Cached.pdf>. Acesso em: 15 Ago 16.

TOFFLER, Alvin (2003). **A Terceira Onda**. A morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização. São Paulo. Ed Record, 1980.

WERNER, Guilherme Cunha. **O crime organizado transnacional e as redes criminosas: presença e influência nas relações internacionais contemporâneas**. 2009. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131.../GUILHERME_CUNHA_WERNER.pdf>. Acesso em: 11 Set 16.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

-
- ¹ Consciência Situacional – Garante a decisão adequada e oportuna em qualquer situação de emprego, permitindo que os comandantes possam se antecipar aos oponentes e decidir pelo emprego de meios na medida certa, no momento e local decisivos, proporcionalmente à ameaça (BRASIL, 2014, p. 3-1).
- ² “Medidas tomadas para alcançar a superioridade de informação, afetando informações do adversário, processos baseados em informação, sistemas de informação e redes baseadas em computadores, enquanto protege a própria informação, informações baseadas em processos, sistemas de informação e redes baseadas em computadores” (tradução nossa).
- ³ Mais informações sobre a obra de Manuel Castells no livro *A sociedade em rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura vol.1)*.
- ⁴ Disponível em: <http://www.ssp.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_Download&gid=26&Itemid=174> . Acesso em: 15 Ago 16
- ⁵ Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/cedn/arquivos/palestras-junho-2013/securanca-das-areas-de-fronteira-brasileira-mj.pdf>
- ⁶ Informação em rede: é a integração entre sensores, armas e postos de comando e entre esses e sistemas similares — civis, militares, nacionais ou multinacionais — em todos os níveis de comando, do estratégico ao tático, apoiada em uma Infraestrutura de Informação e Comunicações comum. (BRASIL, 2014, p. 5-12).
- ⁷ Um dos pilares do SISFRON, já abordado na introdução deste artigo.
- ⁸ Posição de superioridade de informação (tradução nossa).
- ⁹ Todas as informações específicas dos subsistemas do SISFRON apresentadas neste tópico foram retiradas do Trabalho de Conclusão de Curso *Uma Concepção e Estratégias de Aplicação do Método Desdobramento da Função Qualidade (QFD) para as Comunicações Táticas do SISFRON*, de minha autoria como aluno do Curso de Comando e Estado-Maior da ECEME no biênio 2015/2016.
- ¹⁰ O Plano de Treinamento consiste na capacitação dos usuários de cada Subsistema do SISFRON, dada a complexidade tecnológica agregada em cada um deles. O autor, durante os anos de 2012 a 2014, participou da concepção e implantação do SISFRON na 4^a Brigada de Cavalaria Mecanizada, quando servia no Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CCOMGEX), motivo pelo qual pôde acompanhar e fiscalizar o andamento dos treinamentos conduzidos pela Empresa Integradora do SISFRON (SAVIS TECNOLOGIA E DEFESA), particularmente no que se refere ao Subsistema de Comunicações Táticas.
- ¹¹ Em 2013, foram realizados reconhecimentos por este autor, juntamente com integrantes da SAVIS, na região da 4^a Brigada de Cavalaria Mecanizada para encontrar os locais mais apropriados que garantissem a inexistência de obstáculos entre as torres.
- ¹² Também incluída no Plano de Treinamento do SISFRON (à semelhança do que já foi abordado para o Subsistema de Comunicações Táticas).
- ¹³ Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=esta%C3%A7%C3%A3o+de+comunica%C3%A7%C3%A3o+satelital&biw=1138&bih=548&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwj5-bO6kZDPAhVDUZAKHTVqBUYQ_AUIBygC&dpr=1.2#imgrc=nBFhRbMv9bO6yM%3A
- ¹⁴ Empresa Resultado da associação entre os grupos Embraer e Telebrás, a Visiona atua como integradora de sistemas espaciais completos. Contratada para ser a *prime contractor* do sistema SGDC (Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações), a Visiona está trabalhando para o lançamento desse sistema.
- ¹⁵ Banda de emprego exclusivamente militar.

Cerimônia de fundação da Biblioteca do Exército, no Quartel-General do Exército, atual Palácio Duque de Caxias.
Da esquerda para a direita: Princesa Isabel, D. Pedro II, Imperatriz Teresa Cristina, Conde d'Eu, Conselheiro Franklin Dória, Capitão Tito França.
Arte sobre óleo de Álvaro Alves Martins (1986)





Biblioteca do Exército

*Padra vez mais a serviço dos ideais,
dos valores e das necessidades da
cultura militar brasileira.*

www.bibliex.ensino.eb.br

